

Processo do MEP: dez condenados, sem provas.

André Teixeira, Claudio Roquette, Franklin Coelho, Frederico Falcão, Ivan Valente, Jorge Mello, Arthur Obino, Ignácio Guaracy, Luis Arnaldo Campos e Sidney Lianza se cumpriram toda a pena a que foram condenados passarão juntos 30 anos no persídio Político da rua Frei Caneca no Rio de Janeiro. A pena segundo Heleno Fragoso é absurda, pois o inquérito, é «cheio de ilegalidades» as confissões arrancadas sob tortura e as «provas produzidas imprestáveis».

O julgamento, iniciado na véspera, só terminou na madrugada da quarta-feira, dia 13. Mesmo sem prova nos autos, a 1ª. Auditoria de Aeronáutica, no Rio, condenou 10 dos 17 acusados de pertencerem ao MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado) a penas que variam de 2 a 3 anos, absolvendo, por unanimidade, os demais.

Contra o voto do juiz (civil) Mário Moreira de Souza, foram condenados a 3 anos de reclusão: André Teixeira, Claudio Roquette, Franklin Coelho, Frederico Falcão, Ivan Valente, Jorge Mello; a dois anos Arthur Obino, Ignácio Guaracy, Luis Arnaldo Campos e Sidney Lianza. O Conselho absolveu Elza Lianza, Errol Pessanha, Fernanda Cariso, José Pires, José Mendes, Maria Cecília Wetten e Maria de Fátima Pereira.

No fim da sessão houve cenas de forte emoção entre os parentes dos acusados, principalmente a mãe de Ivan Valente, cujo marido morreu na mesma ocasião da prisão preventiva de seu filho. Os condenados foram removidos para o anexo do presídio da Frei Caneca, destinado aos presos políticos.

O Julgamento

Que tudo se arrastaria madrugada da dentro já era previsto desde a manhã, quando o julgamento começou bastante atrasado. No prédio, onde funciona o Ministério da Aeronáutica, todas as atividades foram

suspensas. Só entrava o pessoal da segurança e os credenciados: dois parentes de cada acusado e seis jornalistas. Foi proibido o trânsito pelas escadas e só um elevador ficou funcionando. Na rua, o quartelão ficou sob a guarda da Polícia da FAB e o resto da área sob a responsabilidade da PM, que colocou dois camurões e duas rádio-patrolhas em pontos estratégicos, nas esquinas. Os veículos foram desviados pelas ruas próximas, onde dois caminhões do Batalhão de Choque da PM estacionaram, aguardando ordens.

Iniciada a sessão com a presença do promotor Gastão dos Santos Ribeiro e dos nove advogados de defesa, para não retardar os trabalhos ainda mais, foi dispensada a leitura da denúncia, reunida em 27 páginas datilografadas.

O promotor sustentou que a prova estava disfarçada, que o material subversivo apreendido fora reconhecido pelos réus e que as confissões haviam sido obtidas sem coação: «A alegação de tortura está em moda» Ele deu mais ênfase, entretanto, à exibição de cartazes e panfletos do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) dizendo que se tratava de uma afronta à Auditoria. Depois de arrolar como testemunhas três policiais, afirmou: «Quem é que eu ia chamar para testemunhar? O Pinochet? O Roberto Carlos? Seria engraçado... A polícia também é gente.»

Defensor do jornalista André Teixeira e da profes-

ra Fernanda Larísio, Heleno Fragoso foi o primeiro a falar, lembrando que o julgamento teria de ser feito com base na lei e na prova dos autos, e rebatendo a acusação da promotoria de que os acusados exerceram coação: «Eles nada tiveram a ver com o cartaz e o panfleto exibidos, ambos assinados pelo CBA». Heleno Fragoso destacou que o processo resultou de inquéritos «cheio de ilegalidades, com prisões sem mandados e buscas e apreensões ilegais feitas». Disse que seus clientes «foram torturados em estabelecimento militar que funciona como braço direito do sistema», concluindo que «as provas produzidas são imprestáveis para uma sentença condenatória», lamentando «a agitação artificial feita em torno do julgamento». A mesma tese foi sustentada por outros advogados que falaram à tarde, depois da interrupção para almoço. Na madrugada, os votos condenatórios foram dados pelo major Júlio Cesar Coimbra de Oliveira, capitão Valdir Rodrigues de Aguiar, e tenentes Roberto Moreira Calçada Jr. e Ney Erlinger.

Na lista do material apreendido na casa dos acusados foram relacionados: um liquidificador, uma geladeira, uma filmadora, escrivania, etc. Modesto da Silveira, defensor de José Mello, resumiu tudo numa frase: «Este processo não passa de uma maçoroca, não tem qualquer validade». Serviu, entretanto, para o total de penas - quase igual a 30 anos.

GERAIS

DCI botando o senso crítico no olho da rua

Agonizando desde setembro, morre agora um dos mais importantes projetos da imprensa econômica brasileira: o DCI — «Diário Comércio e Indústria». Seu idealizador e executor, Aloysio Biondi, foi demitido pelo que se poderia chamar de «excesso de dignidade». Ele se recusou a aceitar um «plano» dos diretores da Empresa Jornalística Comércio & Indústria (que também edita o Shopping e City News e o Jornal da Semana) de promover uma «degola» na redação do jornal, sob a duvidosa alegação de contenção de despesas.

A saída de Biondi representa o fim do projeto que ele idealizou e implantou no DCI, — inicialmente com doze colaboradores, até chegar a uma equipe de 50 profissionais — muitos deles trabalhando efetivamente de 12 a 14 horas por dia, durante 2 anos e meio, para fazer um jornal independente, crítico e atuante.

Além da perda de sua espinha dorsal, o DCI está ameaçado também por outras medidas a serem tomadas (e já anunciadas) pela sua direção: redução de duas páginas editoriais e extinção de 2 ou 3 editoriais, com a consequente demissão de 15 a 20 profissionais. Que nestes últimos anos vêm prestando sua colaboração a algo que representa para esses nossos colegas mais do que seu meio de subsistência: para muitos era a grande oportunidade de participar de um trabalho independente.

Acute-se: quando se fala em independência, está-se falando inclusive (e principalmente) da independência individual, numa redação

onde praticamente todas as decisões vinham sendo tomadas em regime colegiado, num amplo debate, numa busca incessante de todos os dados que influenciam os fatos econômicos, sempre procurando interpretá-los: diferentemente da reprodução simples das declarações das fontes, sem uma profunda visão crítica.

Esse trabalho que se deve única e exclusivamente ao sacrifício pessoal e a abnegação de jornalistas — transformou o desconhecido Diário Comércio e Indústria num dos mais expressivos jornais especializados em economia do País.

Uma prova inofismável da «mudança de linhas» do DCI, durante sua crise interna (e agonia do projeto), foi o aparecimento na edição de 30 de novembro, às páginas 7 e 9, de matérias publicitárias «plantadas», sem qualquer identificação de que se tratava de matéria paga (pelas quais o jornal cobrou 50% a mais sobre o preço da tabela de anúncios).

Tal comportamento não foi aceito por Biondi nem pela redação. A mesma redação que com seu trabalho profissional sério e pleno de sacrifícios elevou o prestígio do jornal e, conseqüentemente, seu faturamento publicitário.

comportamento da publicidade leva a crer que o lucro deste ano será ainda maior.

Na verdade, ao que parece o DCI pretende mesmo é aumentar violentamente seus lucros para pagar as despesas com a compra de maquinaria para ingressar no sistema «off-set». Para possibilitar este crescimento, o jornal mudará de «linhas», isto é, jogará fora sua independência para conquistar anúncios em área que, com a visão crítica que vem tendo sob a orientação crítica de Biondi e sua equipe, vem se mostrando refratária ao avanço.

Em resumo, o DCI está vendendo sua independência.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que se exige a redução drástica do número de jornalistas na empresa, esta efetua a compra de um conjunto onde funcionará seu escritório na cidade de São José dos Campos.

Gravidade

O mais grave desses fatos é que ele ocorre na mesma época em que se insinuam informações entre a categoria (como vem ocorrendo no DCI a três meses) de que outros órgãos de imprensa de São Paulo têm um «plano» semelhante: na TV Tupi se verificaram várias demissões, o Diário Popular teria anunciado para janeiro vários cortes e a redação da Última Hora sofre pressões semelhantes, tudo isso significando um início de 79 com uma drástica redução no mercado de trabalho da categoria.

Em Minas a greve sem panos quentes

«Ninguém aqui é chefe. Todo mundo resolveu parar porque acha que é nossa última alternativa para conseguir o salário.» Assim os 350 operários da Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas, de Juiz de Fora explicaram a greve de 7 dias nos setores de fiação, manutenção e depósito. Sexta-feira, dia 8 de dezembro, o salário de outubro foi pago. Apesar da incerteza quanto ao pagamento do salário de novembro e do 13º, o clima na fábrica era de vitória.

maquinária e utilizados para pagar as dívidas junto ao INPS, FGTS, etc.

A nova empresa, de início com capital social de Cr\$ 50 mil em um ano obteve lucros de 1 milhão de cruzeiros e constituía com a Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas um grupo industrial e comercial tal como previsto na legislação comercial e na CLT. Um contrato de prestação de serviços foi firmado com a TEBRAL, estipulando que esta forneceria a matéria prima à Mascarenhas, ficando de sua parte com toda a produção. Em fevereiro/março de 1978, com o aumento do capital integralizado, o sr. Mauro Miranda assumiu o controle da Bernardo Mascarenhas. Em julho, Miranda decidiu rescindir o contrato com a TEBRAL. Como era a TEBRAL que obtinha os créditos para a compra de algodão, com a rescisão do contrato o estoque está em vias de acabar e a produção ameaçada de paralisação.

Volta e meia os operários da Mascarenhas são obrigados a fazer greve para receber salários atrasados ou para exigir que a empresa pague as cotas do FGTS e do INPS. A situação se agravou há quatro meses e os operários deram um prazo até setembro para que o pagamento dos salários atrasados fosse regularizado. A revolta era tanta que um grupo mais exaltado chegou até a ameaçar «quebrar» o escritório da fábrica.

Segundo os operários mais antigos «a bagunça começou há 15 anos»

Em 1971, a família Mascarenhas deixou o controle da fábrica. E os prejuízos somados às dívidas junto ao INPS, FGTS, etc. já alcançavam Cr\$ 104.797,19. Dois anos depois, sob a nova administração os prejuízos da empresa chegavam a Cr\$ 1.441.027,76. Em 1976, prejuízos e dívidas somavam Cr\$ 12.896.239,00

Ai veio o golpe. Sem outra alternativa, os empregados tiveram de entrar num «acordo» com os donos da empresa. Uma nova empresa, a Indústria e Distribuidora de Têxteis do Brasil Ltda — TEBRAL, foi criada. Comandando a estaca zero, sem dívidas e com crédito na praça. Capaz de gerar lucros que seriam «reinvestidos em

Vários processos correm contra a empresa na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento. Segundo o Diretor da Mascarenhas, os atrasos no pagamento dos salários são determinados pela impossibilidade de «deixar de atender ao pagamento de certos negócios». E prossegue: «depois de ter feito acordos com o Estado e o INPS, não poderia deixar um patrimônio desses ser levado a leilão». Por isso os operários da Mascarenhas têm de entrar em greve, como aconteceu no começo do mês. Simplesmente para receber seus salários atrasados.

O sindicato não se preocupa com suas reivindicações e ainda faz tudo para criar obstáculos ao movimento dos trabalhadores. Eles, no entanto, estão dispostos a realizar novas paralisações para fazer respeitar seus direitos. (Jorge Antonio/Jorge Sanglard)

“Invista em Hitler” e a história se repete

Na edição de 29 de novembro de Veja — veículo da enorme imprensa que oferece e garante bons negócios a seus clientes daqui e do Exterior — foi publicado um anúncio de página inteira com o seguinte título: «Depois do Holocausto, invista em Hitler». Ao lado, a cara do famigerado fascista e, embaixo, o seu prepotente dedo cobridor, naturalmente ressaltando esta precisidade da «criação» publicitária. Que também pode ser considerada como a mais clara demonstração daquilo que se entende por «sinal dos tempos».

alemão Joachim C. Fest compiliou baseado no seu best-seller mundial (segundo o anúncio, em quarta edição no Brasil). Para tanto, o poderoso Bruni necessita de quatro cotistas com 315 mil cruzeiros nos respectivos bolsos, promete um prazo de seis meses para o retorno da grana com «excelente margem de lucro» e, de sobra, à exemplo dos filmes de sacanagem, oferece a cada cotista uma cópia em 16 milímetros para projeções particulares.

Apesar da gigantesca campanha mistificadora em torno de um insuportável melodrama sionista, a difusão televisiva de «Holocausto» talvez serviu para provar aos indecisos que a qualidade, política destes filmes-produtos é apenas o resultado mecânico da lei do «lucro acima de tudo». E se sabe que, na Alemanha, o filme «Hitler — Uma Carreira»

provocou calorosa participação do público, que chegou a se levantar para entoar as marchas nazistas que se ouvia na tela. Hitler aparece no filme como uma «estrela» enquanto sequer são mencionados os industriais, os banqueiros e os demais financiadores dos quais, na realidade, ele foi um instrumento.

Também se sabe que no mundo capitalista a cara de Hitler é uma etiqueta que vende livros, revistas, discos, charutos, suvenires, acessórios para motos, cruzeiros de ferro, suásticas e bagulhos de toda espécie. Mas o seu lance maior é sem dúvida o cinema — ainda o maior veículo de persuasão.

Até parece coisa do Terceiro Reich. Ou, como se costuma dizer por aí, coisa de loucos. Mas loucos seremos nós, se aceitarmos passivamente esse novo e perigoso produto de consumo. — (Renato Petri).

Centro Cultural

Programada para sábado, dia 16, a inauguração do Centro Cultural de Vila Santa Catarina, na periferia de São Paulo. O Centro já nasce com muitas propostas, entre elas uma escola para alfabetização de adultos, cursos de legislação trabalhista, promoções culturais, etc. O Centro fica na rua Panamá, 663, na Vila Santa Catarina.

Mostra de Arte

Desde o dia 8 está sendo realizada em São Paulo uma mostra de Artes Plásticas que surge na tentativa de furar o bloqueio dos canais oficiais. Com trabalhos de Luiz Antonio Garcia Diniz, Maneco de Gusmão e José de Arimatéia, a Mostra está acontecendo na Eitoria e Livraria Livramento na av. Waldemar Ferreira, 174, Butantã.

ERRATA

No depoimento de Altino Dantas Júnior, publicado no EM TEMPO nº 41, na página 6, um trecho saiu do seguinte modo: «Me parece simplismo achar que a radicalização da esquerda se deve muito mais a um desvio que predominou em quase toda a América Latina nos anos 60 — o vanguardismo».

O texto e a ideia original são diferentes e dizem o seguinte: «Me parece simplismo achar que a radicalização da esquerda se deve exclusivamente à edição do AI-5. A opção pela luta armada se deve muito mais a um desvio que predominou em quase toda a América Latina nos anos 60 — o vanguardismo».

GUENTA SÓ MAIS UM POUQUINHO NENE, DISSERAM QUE 79 É TEU ANO

EM TEMPO!

Até quando?

O semanário nacional EM TEMPO coloca à venda os mais valorizados títulos de leitor: assinaturas do jornal.

Comprando o título, ou seja, fazendo a assinatura, você recebe toda semana um jornal comprometido, como você, na luta pelas liberdades democráticas. E faz uma economia de Cr\$280,00. Ao fazer sua assinatura anual, você ainda recebe grátis um livro. Escolha entre os títulos abaixo o livro que você deseja ganhar:

- 1- "MEMORIAL DE IDEIAS POLÍTICAS" — Edgard da Mata-Machado
- 2- "AS RESERVAS MINERAIS E O FUTURO DA HUMANIDADE" — Francisco Fonseca
- 3- "PEDRO" (infantil) — Bartolomeu Queirós e Sara Ávila
- 4- "GUERRILHAS D'AMOR" — Sérgio Gama
- 5- CADERNOS DO PRESENTE I: "Economia Política Brasileira em Questão" — Guido Mantega e Maria Moraes.
- 6- CADERNOS DO PRESENTE II: "Graves Operárias — 1968/78" — Vários autores
- 7- "EUROCOMUNISMO X LENINISMO" — Coleção Polêmica — Vários autores

Faça hoje mesmo sua assinatura e dê outras a seus amigos neste Natal. EM TEMPO é um presente inteligente e combativo.

Faça aqui sua assinatura e economize Cr\$ 280,00

Desse fazer assinatura anual de EM TEMPO e receber 52 exemplares por apenas Cr\$ 500,00

Levo escolhido: 1 2 3 4 5 6

Desse fazer assinatura mensal de EM TEMPO e receber 26 exemplares por apenas Cr\$ 250,00

Nome: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Desse fazer assinatura anual de EM TEMPO e receber 52 exemplares por apenas Cr\$ 500,00

Levo escolhido: 1 2 3 4 5 6

Desse fazer assinatura mensal de EM TEMPO e receber 26 exemplares por apenas Cr\$ 250,00

Nome: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Dê em tempo de presente neste natal e economize mais cr\$ 280,00

Desse fazer assinatura anual de EM TEMPO e receber 52 exemplares por apenas Cr\$ 500,00

Levo escolhido: 1 2 3 4 5 6

Desse fazer assinatura mensal de EM TEMPO e receber 26 exemplares por apenas Cr\$ 250,00

Nome: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

FINAIS

METALÚRGICOS/Osgrevistas da Villares, em São Bernardo do Campo, conquistaram uma vitória parcial em seu movimento: a indenização dos companheiros demitidos por «justa causa». A greve começou depois que um operário do setor de fresas foi agredido pelo contra-mestre «Bate-Estaca»; e a Villares acabou demitindo o operário. Imediatamente seus companheiros se revoltaram, exigindo sua readmissão e a dispensa do contra-mestre (que continua trabalhando normalmente).

Ainda em São Bernardo e Diadema 1200 operários da Resil e 600 da Metagal entraram em greve, reivindicando (na Resil) 30% de aumento salarial e (na Metagal) 25% de aumento, melhoria das refeições e a demissão de alguns chefes de seção. Mas a pressão dos patrões já começou, com a demissão (de novo) por «justa causa» de vários operários, e outras formas de intimidação.

BANCÁRIOS/ A Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro aplicou mais um golpe à oposição do Sindicato dos Bancários, anulando pelo segunda vez as eleições para a nova diretoria.

A decisão foi tomada após um recurso da Chapa 1 (situação) alegando que as urnas haviam «circulado fora do horário». Foi determinada a intervenção do sindicato por uma junta especial que tem a

seu cargo cuidar e encaminhar a campanha para as próximas eleições (o que pode levar até 8 meses).

Era a segunda vez que a Chapa 2 vence as eleições. Agora, inclusive, somando mais votos que as duas outras chapas juntas.

BANCÁRIO-SP/ Foi lançada a Chapa 2 de oposição sindical para as próximas eleições em janeiro em SP contando com grande apoio da classe, e luta contra o arrocho, pela jornada de 6 horas, comissões de bancos, direito de greve e pela Central Única dos Trabalhadores. A Oposição Bancária comandou a movimentação dos bancários paulistas nas assembleias, passeatas e greve pela melhoria dos salários. Movi-

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:

Aluisio Marques, Álvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emílio José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Sulpícios: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES:

Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente). Secretário de Redação: Luiz Nadai. Produção e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges. Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAS:

Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alli, Wilson Prudente. Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marneide Oliveira, Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdeir Amorim. Arte: Sérgio L. Papi (diagramação), Betc Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Brusuns F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Nilsen Andress (foto). Arquivo e Pesquisa: Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinzeiro, Silvestre Prado, Valdeir Amorim. Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUBSCRITAIS:

Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgard da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélis Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan (redação), Mariza Araújo (administração). Porto Alegre (Av. Osvaldo Azevedo, 1407 — loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Ceça, Cláudio Almeida Flávio, Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Paul Pont. Recife: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebecca Scatrut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). Rio de Janeiro (R. da Lapa, 200 — sala 408): Adauto Novas, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Caius Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meirelles, Lúcia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Araújo Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas Salvador. (Av. Sete de Setembro, 202 — sala 501): Adelfo Oliveira, João Henrique, Antonio D.ás, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria. Escritório: Arcacaju (SE): David Dantas. Campinas (SP): Rinaldo Barros.

Fortaleza (CE):

Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição, João Passos (PB); Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos Natal (RN); Cícero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo):

Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos, Iemir, Jesus Varela, Assessora Jurídica: Luiz Eduardo Greenhaig, Luis Alberto Marcondes Piccina (São Paulo); Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte); Adelfo Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO

é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo de Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Araújo, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP. 05415 — Telefones: 280-4759 e 853-6680.

Composto e impresso nos oficinas dos Diários Associados, Rua sete de abril, 230, São Paulo, SP.

Conjuntura

Figueiredo estende a mão. Sai de baixo!

Como menino que lambe os beijos quando vê um pirulito, vários emedebistas ficaram no cio com a proposta de conciliação do general Figueiredo futuro presidente da República.

Tibério Canuto

Pois não é que o Figueiredo acredita mesmo no famoso «jeitinho do brasileiro»?

Mas disto ele está tão convicto que procura também dar o seu «jeitinho» nas coisas. Sentindo que o regime militar está no matos sem cachorro, o herdeiro de Geisel descobriu o elixir para todos os males: a «conciliação nacional».

E não digam que ele prega no deserto, muito pelo contrário, o campo é fértil à sua frente. Como menino que lambe os beijos quando vê um pirulito, emedebistas do porte de Tancredo Neves ficaram no cio com a conciliação a la Figueiredo e já propuseram que o futuro Congresso tenha poder constituinte. Grassa o espírito da «conciliação», tanto que, do exílio, Brizola fez um apelo patético: que Figueiredo não perca a oportunidade de ser o Juan Carlos brasileiro. Eu, heim... Até tu, Brizola?

É isso aí. Vai o governo marcando os seus primeiros tentos, vendendo o peixe de que só os radicais, os intransigentes, os arautos da discórdia nacional, os agentes da cisânia, são contrários à conciliação. Contudo, como é difícil acreditar que o espírito da paz tornou conta de quem sempre governou à base do cassete, é bom perguntar porque o regime ensaiou uma nova operação «tapa-buraco» que assume a roupagem de «conciliação nacional». E mais: ele pretende conciliar quem com quem?

Os oráculos do regime podem ser acusados de tudo. Menos de estarem contaminados pelo vírus da burrice crônica. Em sendo assim, eles sabem que, apesar das vozes nostálgicas, hoje é inviável uma guinada à direita, pois 1978 é radicalmente distinto de 1968 e já não é possível fazer AI-5 como antigamente. E sabem também: a política de distensão lenta, gradual e segura deu em nada. Isto é, não teve o poder mágico de evitar o aprofundamento de sua crise política. O negócio, portanto, é procurar outra porta, talvez a única que a médio prazo, lhe esteja aberta. A de composição com setores que se afastaram do regime ao longo destes 14 anos.

Mão estendida

Eis porque quando, candidamente, Figueiredo vai à televisão e num «gesto magnânimo» estende a mão aos adversários, tudo aparentava ser este um recado para os arraiais militares, conturbados, inclusive, com a candidatura do general Euler, que ele tinha derrotado no nosso colégio eleitoral tupiniquim. Este é, o primeiro componente do mais novo plano dos gênios do Aracôara. Através da conciliação recompor a tão

decantada unidade militar. Mas não é o único. O outro, o próprio Figueiredo deu a dica, ao fazer distinção entre a oposição constitucional e a não-constitucional.

Adivinhem a lógica do raciocínio do homem: a primeira seria a boazinha, bem comportada e, portanto, legítima. Em palavras claras, os liberais, os moderados do MDB e todos os «homens de bem» que não estão contaminados pelo vírus da contestação. A segunda, seriam os radicais, os eternos conspiradores, os subversivos emperdidos que não deixam os generais dormirem sossegados. Não precisa dizer que nesta categoria o papa da conciliação enquadrou o movimento estudantil, as oposições sindicais, os movimentos pela anistia, os parlamentares combativos e todos aqueles que lutam consequentemente contra o regime autoritário. E com os primeiros, portanto, que o regime procuraria se compor e seria com eles que procuraria tocar adiante o malfadado projeto de conciliação nacional.

O plano é perfeito. Com ele o governo teria chances de isolar a oposição popular e de conquistar uma base social que hoje ele morre de desgosto por não a ter. Mas como tudo tem o seu preço, o regime não conseguiu muito bem definir quais as concessões que tem de fazer para tornar viável a conciliação. Tudo seria mais fácil se a chamada oposição constitucional fosse composta só de fisiológicos. Era só distribuir uns miniteriosinhos ao MDB, democratizar mais um pouco as mordomias e estaria tudo resolvido. Mas acontece que as coisas não são assim e muitos dos que namoram a conciliação nacional admitem o estropo mas querem manter a aparência de dignidade. Para se compor, no mínimo eles pedem uma anistia parcial, a transformação do atual Congresso numa Assembléia Constituinte, o fim dos biônicos e outras concessões. Ai a coisa se complica, pois Figueiredo não é tão desprezado assim e as pressões pela direita dificultam passos mais ousados.

O risco de dar certo

Quem pensa que por causa destas dificuldades o projeto de composição é inviável, tire o cavalo da chuva pois existe o risco de ela virar. A mosca azul está picando alguns condetáveis da República e não apenas ao Tancredo Neves, que no encerramento do Congresso saiu com esta jóia do pensamento político: «A conciliação proposta por Figueiredo é uma condição da sobrevivência nacional». Estes também não se resumem ao senador Nelson Carneiro, cujo radicalismo só se



manifestou na hora de enfrentar a polícia para ganhar votos, pois assim que foi reeleito propôs de imediato que o atual Congresso tenha poderes constituintes.

São sintomáticas as palavras de um Pedro Simon, para quem «a conciliação nacional significa a normalização institucional, a pacificação da família brasileira» e de apesar de considerar a convocação de uma Assembléia Constituinte como a solução ideal, defende uma postura «realista», se manifestando favorável à negociação com o governo com vistas à pacificação nacional.

Enfim, o centro está em cima do muro, à espera de que Figueiredo conceda um pouco mais. Como um sanduíche, este centro sofre pressão de todos os lados. E o que faz a balança oscilar é a existência de, no próprio MDB, um bloco de parlamentares, com uma postura nitidamente oposicionista.

Estes perfilam-se nas palavras de Francisco

Pinto, para quem é impossível qualquer conversação sem antes ser decretada uma anistia «ampla geral e irrestrita porque não entendo que se possa fazer uma distinção entre a oposição constitucional e a institucional. Essa distinção não tem valor, pois a bem da verdade a luta contra um regime ilegítimo pode ter meios termos para uns, mas, para outros não. Por conseguinte, é odiosa uma anistia que marginaliza os que travaram a luta ilegal». E a incomodar a posição daqueles que pretendem transformar o atual Congresso em uma Constituinte, há a oposição dos que, como Francisco Pinto, apontam ser isto inaceitável, «não só porque muitos brasileiros e muitos líderes estiveram impedidos de participar do último processo eleitoral, como porque no Congresso não estão representadas as diversas correntes políticas que hoje estão marginalizadas». E mais: «o Congresso não foi eleito com esse objetivo e uma Assembléia Constituinte só pode ser convocada garan-

tindo-se seus pré-requisitos, entre os quais a anistia ampla e irrestrita e a plena liberdade partidária, ou seja, o próprio fim do arbítrio» disse ele a este semanário.

E a atormentar os sonhos dos que vislumbram uma hipótese de conciliação nacional, há, fora do Parlamento, uma oposição popular cujos anseios não deixam dúvidas: quer o fim do regime militar, a conquista de liberdade sindical, direito de greve, liberdade partidária, e para quem é inadmissível a decretação de uma anistia parcial ou transformar um Congresso mutilado como o atual, numa Assembléia Constituinte. Se o MDB ignorar a existência deste sentimento não só terá provocado uma profunda frustração como pode esperar com toda convicção que será superado pela oposição que vai além de suas fronteiras. Estas não comungam do desejo de Brizola de ver o Figueiredo transformado no Juan Carlos brasileiro. Ao contrário, torcem para que ele seja o Marcelo Caetano do Brasil.

Trabalhadores & democracia

Lula: «sou obreirista com orgulho»

Bravos, Lula e outros sindicalistas «autênticos» defendem a necessidade de formação de um partido dos trabalhadores e criticam a tese de uma ampla frente democrática que tenha como espinha dorsal o atual MDB. Foi no Encontro pela Democracia, realizado no Rio.

Um fato talvez surpreendente para os organizadores do Encontro Pela Democracia, promovido pelo Centro Brasil Democrático, durante o fim de semana passada no Rio, foi a posição assumida pela nova safra de dirigentes sindicais, os chamados «autênticos», que em bloco rejeitaram a idéia de uma ampla frente democrática que tenha como espinha dorsal o atual MDB.

Ao mesmo tempo que recusavam essa tese predominante no Encontro — «preservar a unidade da oposição em torno do MDB até a derrota do regime militar» — e criticavam as articulações do novo PTB, estes sindicalistas sustentaram a necessidade de construção de um partido que representasse os reais interesses dos assalariados «surgindo de baixo para cima e contando com a ampla participação dos trabalhadores».

As siglas não importam muito elas variam desde partido dos trabalhadores — ou dos «assalariados» — até partido popular. O conteúdo, no entanto, é muito mais claro; «trata-se de lutar pela democracia no sentido que os trabalhadores a entendem», como disse Luís Inácio da Silva, o Lula, presidente dos metalúrgicos de São Bernardo.

Divergências

Tal divergência custou, no entanto, a ser entendida por uma parte do público que domingo lotava a sala dos debates sobre «Articulação da Sociedade Brasileira». Cerca de 600 pessoas discutiram, durante toda a tarde, estas duas teses: a sustentada pelos promotores do Encontro e a defendida pelas novas lideranças sindicais.

Lula enfatizou — «A classe operária seguirá seu caminho irreversível para a conquista dos seus objetivos. Ela criará mais cedo ou mais tarde seu partido político. Participará diretamente — e não apenas através do apoio — da elaboração de uma nova Constituição. Exigirá o cumprimento dos direitos humanos. Brigará pela contratação coletiva do trabalho. Garantirá o emprego para todos. E caminhará para a democracia que atenda aos anseios de todos os setores da sociedade brasileira».

Segundo ele, «essa frente soa como a Frente pela Redemocratização, que era ampla demais para o nosso gasto»; disse referindo-se à proposta predominante.

Hábil no modo de falar para um público diferente do que está acostumado a tratar Lula explicou que a unidade, das forças de oposição é saudável e deve ser estimulada. «Ressaltou, porém, «Se nós trabalhadores não estivermos vigilantes com a unidade das forças de oposição poderemos sofrer derrotadas como a de 1964,

quando a burguesia rompeu com os trabalhadores jogando-os do outro lado da rua. É preciso estar atento para evitar que através da sigla do MDB, sejam eleitos patrões para o parlamento. É preciso fiscalizar também dentro do MDB para saber quem é que está lá, evitando que os trabalhadores comam gato por lebre».

Obreirista com orgulho

Respondendo às críticas do deputado Alceu Collares, Luís Inácio disse que no atual contexto se orgulha de ser chamado de «obreirista». «Me chamam de obreirista — frisou — porque me identifico totalmente com as necessidades e posição da minha classe. Portanto, só posso ter orgulho disso».

Lula destacou também que no período do governo JK — quando se configurava uma situação de semi-democracia e os trabalhadores podiam debater seus problemas — não só ocorreu intensa penetração do capital estrangeiro no país, como também surgiram partidos voltados para a «manipulação» de classe operária, como era o caso do PTB: «É muito fácil falar dos interesses da classe operária, como se tratasse de papel higiênico».

«Já diziamos em maio de 78 que a caminhada da classe trabalhadora era irreversível — assinalou. E que somente fazendo greve era possível combater a lei de greve. Somente perdendo o medo da repressão era possível conquistar uma posição para os trabalhadores».

Luis Inácio defendeu ainda uma linha de autonomia dos trabalhadores. «O partido da oposição — disse — não tem condições de resolver nossos problemas. Se ficássemos esperando do MDB que viesse resolver nossos problemas iniciariamos o ano de 1979 no mesmo lugar de sempre».

Estranhou também a atitude de alguns parlamentares autênticos do MDB que há três ou quatro anos atrás defendiam a criação de novos partidos mais representativos e agora defendem a preservação do MDB como única condição de dar continuidade à luta pela democratização.

«Hoje — frisou — depois de ter crescido eleitoralmente o MDB passou a ser contra o surgimento de novos partidos. Na verdade, a diferença é que ele agora é mais forte e está chegando ao poder. Ele hoje pode chegar a participar do poder que aí está. A classe trabalhadora, porém, não faz oposição apenas para conquistar uma posição no poder constituído».

Segundo Lula, «os partidos quando chegam ao poder abandonam as questões fundamentais que interessam aos trabalhadores. A classe operária, por isso mesmo, tem que aprender a exigir e



Lula, na campanha de Fernando Henrique Cardoso.

criar. Ela tem que criar condições para o surgimento de um verdadeiro partido dos assalariados».

«Também sou a favor da unidade, da participação de todas as oposições, mas é necessário que a classe trabalhadora não seja apenas um instrumento. É fundamental que ela participe diretamente expressando a força que representa. E a participação, no campo político, implica em que a classe forme seu próprio partido», disse. Na sua opinião a democracia é algo «mais importante do que aquilo que alguns empresários andam falando. Mas, eles próprios rejeitam a luta pela democracia na época das vacas gordas».

Lula definiu alguns dos aspectos que representam, hoje, para o trabalhador o problema da democracia: «democracia é a garantia de emprego — depois da greve de maio os empregadores aproveitando do arbítrio dispensaram a dezenas de companheiros em São Bernardo —; democracia é poder participar e administrar os fundos que foram criados para os trabalhadores; é abolir os contratos individuais de trabalho; é o pagamento de salários mais dignos; mais escolas para os trabalhadores melhores condições de saúde; é a garantia do direito de trabalho. A democracia implica para os trabalhadores o direito de criar seu próprio partido político; participar diretamente da confecção de uma nova Constituição; a liberdade de expressão e organização».

Luis Inácio afirmou que a caminhada da classe operária culminará com a conquista da democracia, «que atenderá os interesses de todos os segmentos da sociedade».

Criação do Partido Popular

«O presidente do Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro, Sebastião Ataíde, defendeu a «união de todos os trabalhadores para avançar na construção de um verdadeiro partido popular».

Segundo Ataíde, o objetivo central dos trabalhadores é a conquista das «liberdades políticas, das liberdades democráticas e de atuação para o movimento sindical». Ressaltou, no entanto, que o «elemento primordial é a conquista das liberdades democráticas, sem a qual o direito de greve e a autonomia sindical não serão alcançados».

Na sua opinião, a recuperação dos sindicatos pelas oposições é um passo fundamental para a conquista das liberdades democráticas e não podem ser vistas como lutas externas a esse processo.

O dirigente sindical denunciou as «articulações entre o general Golbery e Ivete Vargas para a criação do PTB», criticando o sistema de formação de partidos de cima para baixo.

Disse ainda que a vitória eleitoral foi obtida «porque o MDB mesmo não merecendo a confiança dos trabalhadores terminou colhendo um grande número de votos dos trabalhadores».

O exemplo do deputado Miro Teixeira foi citado pelo dirigente sindical, que chamou a atenção para a necessidade de fortalecer a oposição anti-chaguista (o novo governador biônico, Chagas Freitas) no Estado.

Para Ataíde «os parlamentares autênticos, eleitos recentemente, reforçarão, no parlamento,

as lutas pelas liberdades democráticas e pela anistia ampla, geral e irrestrita».

Onde estava o MDB?

O presidente do Sindicato dos petroleiros do Rio de Janeiro, Ronaldo Magalhães — «Ronaldo Petroleiro» — denunciou a omissão dos parlamentares do MDB na ocasião em que foi aprovado o projeto de reformas políticas e, posteriormente, na votação da nova lei de greve, que enquadrava a vários setores de atividades na área de segurança nacional.

«Em Brasília — argumentou-os políticos nos evitaram quando mais precisávamos deles. Na hora da votação estavam presentes apenas os dirigentes sindicais que haviam viajado a Brasília. Mas soubemos engolir esta derrota e evitar que aumentassem nas últimas eleições os votos brancos e nulos».

Para Ronaldo «os dirigentes sindicais precisam parar de bajular os políticos. Os políticos precisam também parar de enganar o povo. O povo tem que deixar de pedir favores aos parlamentares. A partir de agora, vamos eleger apenas aqueles que estão comprometidos com os trabalhadores e o povo».

O presidente do Sindicato petroleiro de Mauá, Eli da Silva Ferreira, denunciou as articulações em torno da criação do PTB como uma tentativa de dividir o movimento operário. Segundo ele, «sempre que o movimento operário se levanta, surgem forças minoritárias com o fim de derrubar a força conquistada pelos trabalhadores».

Carlos Campos



Herminia Maricato

Movimento de bairros : compromisso no cotidiano.

“As eleições recentes mostraram que os políticos oportunistas e carreiristas, realmente tem espaço pra chuchu.

A esquerda precisa se dar conta que o clientelismo é uma coisa viva, acesa pra cacete.”

Há dois grandes perigos atualmente nos movimentos de bairro de São Paulo, segundo alerta de Herminia Maricato, arquiteta e professora da Universidade de São Paulo, participante há vários anos de movimentos de periferia.

Por um lado, Herminia denunciou, nesta entrevista a *Em Tempo*, que os resultados obtidos pelos políticos oportunistas e carreiristas nas últimas eleições foram surpreendentes, com a ajuda da corrupção nas administrações regionais da Prefeitura Municipal, «uma verdadeira gang». Nas regiões do movimento do loteamento clandestino, três destes políticos tiveram mais votos que qualquer outro. «O clientelismo tá e é sério pra esquerda levar em conta, principalmente os setores mais apressados», diz ela.

Por outro lado, Maricato revelou que há um risco nos movimentos de bairro de São Paulo, que se engajaram na campanha eleitoral: enxergar no MDB a alternativa mais importante de atuação. «A esquerda sempre discute que o fundamental não é a luta do parlamento, mas de repente, pelo que estou vendo, tá todo mundo embotado nos diretórios do MDB, em torno de candidaturas», comenta Herminia, que contudo acha relevante a participação nos canais do MDB.

Autora de estudos sobre autoconstrução e sobre a proletarianização do espaço urbano sob a grande indústria, Herminia Maricato faz no momento um filme sobre o movimento do loteamento clandestino. A seguir, a entrevista, na qual ela debate vários temas quentes sobre as lutas da periferia.

1 “Não vamos negar que os intelectuais têm instrumentos de análise científica da realidade

política e econômica. Mas sua relação com os movimentos de bairro tem que partir dos valores e do estágio em que se encontra o pessoal do bairro. Senão, vira uma forma de dominação de cima pra baixo”.

— O clientelismo, tem penetração nos movimentos de bairros, isto é, os coronéis urbanos, os políticos oportunistas e carreiristas influenciam e conseguem manobrar? Avalie o papel que eles desempenham e o alcance deles.

— As eleições mostraram que os políticos oportunistas, carreiristas, realmente tem espaço pra chuchu... A votação do Samir Achôa, da Nodoci Nogueira e do Arthur Alves Pinto é surpreendente. Bom, as administrações regionais são profundamente corruptas. Conversei com um alto funcionário da Prefeitura e ele falou que é uma gang, ninguém pode meter a mão. E acontece que cada regional estava fazendo campanha para um candidato. Então a regional de Santo Amaro, tínhamos provas, quando o pessoal do bairro ia fazer alguma reclamação, algum pedido, eles diziam: nos temos candidato; vamos pôr pedregulho nas ruas se vocês levarem o Arthur pra lá, levarem faixas. E realmente isto foi feito em vários bairros, passaram máquina nas ruas, puseram pedregulhos e o Arthur teve uma votação maluca.

Então acho que a esquerda precisa se dar conta que o clientelismo é uma coisa viva, acesa pra cacete. Veja, nas regiões do loteamento clandestino os três candidatos citados tiveram mais votos do que qualquer outro. Então há as Sociedades de Amigos de Bairro e as Administrações Regionais como força real e concreta. Na hora que houver uma reformulação partidária é provável que levemos um susto, por enquanto a coisa tá fácil: ou se é contra ou a favor do governo. Se houver uma fragmentação, com censura, que as coisas não fiquem muito claras...

O clientelismo tá e é sério pra esquerda levar em conta principalmente os setores mais «dotrinaristas» ou «apressados». Quer dizer, a hora que você está no movimento de bairro a posição de quem é de fora não deve ser de quem está de fora. Deve ser a de assumir a perspectiva lá

porque se se vai com uma proposta política fechada junto aos setores atrasados, pode incorrer numa relação de dominação — uma forma de dominação de outra qualidade mas é uma forma de dominação de cima pra baixo. Não vamos negar que os intelectuais (no sentido amplo) têm instrumentos, que dominam certos elementos científicos de análise da realidade política e econômica, que devam ter uma proposta que é sempre mais avançada, que organiza e aponta perspectivas. Mas a sua relação tem que ser necessariamente dialética, partindo dos valores e do estágio em que se encontra o pessoal do bairro. Isso implica em às vezes até prestar serviço que é uma conta vista com muito pruído por parte da esquerda. Por exemplo, o caso dos advogados do loteamento clandestino. Levam uma proposta política e prestam um serviço. Não é um trabalho puramente doutrinário e quem tentou uma relação puramente doutrinária não conseguiu. É preciso se comprometer com o cotidiano do pessoal sem perder de vista seu papel.

Isso é um negócio antigo: tem que se dar instrumentos para formar uma liderança com autonomia, lá. E é exatamente o que se pode contrapor ao clientelismo. Estas eleições mostram que os setores populares em geral não votam ainda no programa. Mesmo a votação dos candidatos do aumento do custo de vida foi uma escolha que teve um caráter ideológico claro, mas não podemos dizer que foi em cima de um programa.

Veja as sociedades de Amigos de Bairro. A máquina montada em torno delas vai desde o Palácio do Governo até plenários regionais elas tem uma relação clientelista com o Estado (favores em troca de voto). Mas acontece que não é só sua origem que influi no seu papel atual. Há quem defenda a possibilidade de se atuar nelas. Há algumas experiências que, dizem, estão sendo bem sucedidas, mas são raras. O estatuto delas é sempre burocratizante, sem caráter em geral é elitista, sua prática não é muito democrática. Seus dirigentes dizem, em geral que a sociedade não cuida de política, que seu interesse é do bairro. Elas têm uma diretoria que é escolhida pelos sócios e em muitas sociedades, os militantes são, em número, não muito além da própria diretoria. Na campanha da Zona Sul elas atuaram muito para eleições do Adhemar de Barros, do Baldacci e eu acho que esta rede se estende pelo Estado, afora.

Vale a pena atuar nelas. Acho muito difícil. Uma sociedade de bairros independente — que seria a única saída — eu não sei bem como seria. Acho que teria que mudar o caráter, estatuto. Tem uma proposta que o Resk está levando que é diferente — O Resk foi pessoa muito importante no plenário de Santo Amaro da Sociedade Amigos de Bairro. Eles estão chamando de União dos Moradores, com estatuto mais democrático, etc.

Entrevista a Samira Zaidan

2 “A igreja é a grande organizadora dos movimentos de bairro em São Paulo, não tenha dúvida.

Sem ela, não existiriam os movimentos populares que existem hoje, eu diria em 90%”.

— Há correntes políticas que consideram que o movimento de bairro é puro reformismo — não resolve os problemas mais estruturais das classes trabalhadoras e serve como paliativo, propiciando uma participação política ilusória. O que você acha disto?

— Eu não considero o movimento de bairro reformista. Ele pode ser paliativo, dependendo de como se der a orientação. Alguns setores da Igreja — num documento que defendia o voto nulo, por exemplo diziam que política correta e a que o povo faz, e não a da burguesia, a dos políticos e tal. Ai neste caso, o trabalho de bairro está de fato propiciando uma participação política ilusória, se ele diz que não tem nada a ver com o poder que está aí. Tanto por parte de quem defende o populismo — «política é a que o povo faz» — quanto por parte do pessoal que defende unicamente a organização operária, há uma falsa questão. Acho que a organização operária é fundamental, mas ela não existe se você esquecer da organização em geral de todos os movimentos populares.

Vejo ainda que existe um perigo atualmente, nos movimentos de bairro, que se engajaram na campanha eleitoral, de enxergarem uma saída no MDB, dentro do parlamento, isto é perigoso. A esquerda sempre discute que o fundamental não é a luta do parlamento, mas de repente, pelo que estou vendo, tá todo mundo embotado nos diretórios do MDB, em torno de candidaturas...

Uma coisa é que a gente acha, os discursos. Outra coisa — e isto está faltando — é uma discussão em cima da prática concreta. Uma herança — destes anos todos de ditadura é a gente conversar as coisas muito no nível da intenção, da proposição política e a prática às vezes contradiz o discurso.

Agora, tem um problema. O movimento de bairro depende da conjuntura, ele não consegue se desenvolver, por exemplo, se você não conseguir dar uma perspectiva de participação política efetiva — um canal de participação que pode ser partidário, etc — aí realmente ele corre o risco. O movimento está crescendo muito e pra superar a situação geográfica dos bairros é necessário criar formas de participação política e isso depende da conjuntura. Então ele deixa de ser reformista dependendo da direção e também da conjuntura.

— Que papel desempenha a Igreja Católica neste contexto? Sua atuação é positiva? Quais os limites que apresenta? A Igreja Católica em São Paulo age como um conjunto homogêneo, ou há diferenças no engajamento no trabalho de bairro (há forças reacionárias)?

A Igreja é a grande organizadora dos movimentos de bairro em São Paulo, não tem nenhuma dúvida. Vejo que além do aspecto de ser uma instituição que se organiza pela cidade toda, de ter uma infra-estrutura, um local de fazer reunião, tem um certo respaldo. Então se você está num trabalho de bairro e quer fazer uma reunião fora da Igreja é difícil. Mesmo que as pessoas concordem, não tem local.

Do ponto de vista político a Igreja de forma nenhuma é homogênea. Há diferenças profundas no engajamento do trabalho de bairro e as eleições mostraram bem isso. Tinha dentro da Igreja posições de voto nulo — mais aprofunda-

das, respeitáveis; de voto nulo — daquelas bem moral, de não se envolver na política que está aí, que não tem nada a ver com o povo. Só entre estas duas posições — de voto nulo — tem muita diferença. E tinham posições ao contrário, padres que se engajaram na campanha eleitoral. Depois tem os setores reacionários.

Eu não estou julgando as linhas da Igreja. Sem ela não existiriam os movimentos populares que existem hoje, eu diria em 90%. Então vamos dizer que eu estou constatando isto, isenta de julgar, é uma situação objetiva. Agora, uma das limitações é o passar da reivindicação para o plano político, de discussão da questão do poder, acho que isso tem tido limitações no trabalho com a Igreja. A Igreja às vezes coloca barreiras, por exemplo, numa certa literatura e na participação direta tem um peso fundamental, é muito respeitada.

A discussão que estamos fazendo, quando falamos em montar núcleos independentes, seria independente também da Igreja. Não é exatamente um rompimento, inclusive grande parte do pessoal é cristão. Isto é só o começo da discussão.

3 “Movimentos de bairros e de fábricas não se excluem, se complementam. Elevar o nível político

do trabalho de periferia é realmente discutir política. É colocar a questão do poder, da organização.”

— De que maneira o processo de desenvolvimento urbanístico do Brasil nas últimas décadas determina a precariedade das condições de vida nos bairros populares?

Eu fiz um estudo que mostra que a periferia da grande São Paulo, como existe hoje, começa a se desenvolver em 1940. Mas foi a partir de ingresso da grande indústria multinacional que se tem a proletarianização do espaço como se vê hoje. Você tem um espaço que do ponto de vista do conceito urbano, não é urbano. Você tem casas, pura e simplesmente, precárias, se estendendo por grandes regiões. Não tem serviços urbanos, comércio, enfim, toda parte de infra-estrutura urbana. A população se instala, são verdadeiros acampamentos. Isto muito como resultado deste objetivo político e econômico do desenvolvimento da acumulação do capital onde o Estado ignora a instalação das grandes massas na cidade (que é fundamental ao acúmulo de capital porque garante o exército industrial reserva). Então essas massas se instalam a custa de seus próprios recursos. Entre 50 e 60 você pega ABC, Diadema, Guarulhos, Osasco, regiões que crescem ao redor da capital. Em meados da década de 60 o processo começa a extravasar. A indústria sai para um raio de 100, 200 quilômetros. Ai também a proletarianização do espaço, onde podemos citar Jundiaí, Campinas, muito mais recentemente Sorocaba e ainda nesta década a área de São José dos Campos.

Então este tipo de crescimento extremamente precário, as pessoas construindo as próprias casas, água de poço, esgoto a partir de fossa, não tem telefone, não tem correio, não tem pavimentação nas ruas, não tem galeria de águas fluviais, não tem postos de saúde, tudo que seria necessário. As escolas, numa certa medida, acompanham, mas precariamente. O único equipamento do Estado que se instala em loteamento clandestino é o grupo escolar.

As favelas em São Paulo, até pouco tempo, eram significativas, mas não tanto como no Rio de Janeiro. Mas nos últimos anos o crescimento é absurdo. Não ocorrem como no Rio onde são imensas favelas. Aqui você tem pontilhada a cidade inteira da periferia. É preciso começar a

estudar a favela como o lugar do fulano integrado, é a força de trabalho, nada de marginalização. Tudo isto leva às condições de vida muito precárias e prepara as condições objetivas para os movimentos de bairro.

— Qual a diferença básica entre o movimento no local de trabalho e o movimento no local de moradia, a seu ver? Eles são excluídos ou se complementam?

— Bom, o local de trabalho quando no caso é uma fábrica, realmente propicia um nível de organização e consciência mais avançada. Agora, eu acho que numa situação onde há uma imensa população pobre como é o nosso caso, a grande São Paulo, onde mais ou menos 75% da população tem renda familiar abaixo de cinco salários — há um potencial muito grande de mobilização que teria a classe operária como liderança, que é o setor mais avançado. Acho que estes movimentos se complementam e de forma nenhuma são excluídos. Muita greve de fábrica surgiu a partir das comissões de bairros, na Zona Leste Sul, por exemplo. São pessoas que trabalham na mesma fábrica ou em fábricas diferentes, que trocam informações através do trabalho de bairro. Na prática realmente, apesar da rotatividade, tem uma população que é predominantemente operária e levam a organização do bairro pra fábrica e vice-versa. É necessário para o movimento de fábrica ter o respaldo do movimento de bairro. Como se arruma, por exemplo, fundos para uma greve? Como foi em Itu? Foi nos bairros. Tem donas-de-casa que são incríveis, são ultra-atuantes nos movimentos de bairros. Já no movimento operário, as mulheres não tem tantas chances quanto os homens, pela própria constituição do operariado em número de homens e mulheres.

Na luta de bairro, claro, existe o perigo da reivindicação parar na reivindicação. Por isto eu digo que o trabalho de bairro não é como o de fábrica, ele é disperso e depende bem mais da direção. Agora, é difícil hoje no Brasil, mesmo o trabalho de bairro não ser político. Por exemplo, quando a população de um bairro se organiza pra reivindicar água na SABESP, ele na verdade está contrariando uma política do Estado que é de não aplicar nas camadas populares. Quer dizer, o Estado aplica no sentido de reprodução de capital. Às vezes ele é o próprio capitalista ou então agente do capital, repassa para os setores privados, prepara condições, infra-estrutura para acumulação do capital, etc. Então na medida que o Estado no Brasil não tem recursos abundantes, ele tem que resolver: ou ele aplica na reprodução da força de trabalho ou no processo do desenvolvimento do capital. No Brasil, após 64, a opção é clara. Antes ele fazia um jogo, ora aqui, ora ali. Se ele aplica na reprodução do capital e você tem um movimento com força exigindo que o transporte meliore, esgoto, águas, etc, isto é contrariar a própria orientação política, é a própria sustentação econômica do regime que vai entrando em jogo. Não quero deixar de dizer que o movimento deve buscar o aumento do nível de consciência política, é claro.

— Como fazer a vinculação entre o trabalho de bairro e o fabri? Tem havido resistência a isso? Como elevar o nível político do trabalho de periferia? Como foi a campanha eleitoral?

— Eu acho que elevar o nível político do trabalho de periferia é realmente discutir política. É colocar a questão do poder, da organização. Agora, as formas... Por enquanto eu gostaria de dizer só que é necessário criar núcleos independentes no trabalho de bairro, núcleos que organizem e tenham uma perspectiva política.

No processo eleitoral, o próprio Movimento do Custo de Vida — que se colocava como não sendo contra o governo — se viu envolvido numa campanha onde as palavras de ordem realmente contra o governo. Ele teve que se envolver politicamente. O processo não se deu tão envolvente no movimento de bairro quanto se tivesse televisão, rádio. Muitos bairros não foram alcançados porque realmente você tem que vencer distância aliada à ausência de canais de participação.

“Motorista de táxi é povo também”

Da recente greve dos táxis em São Paulo, ficou um saldo importante: o surgimento de um movimento de oposição sindical que pretende defender os interesses específicos da categoria, como a formação de cooperativas e consórcio, contra a carestia e em favor da democracia.

Enquanto o Conselho Interministerial de Preços, CIP, decidia passar a competência dos reajustes nas tarifas de táxis para as prefeituras municipais, em São Paulo a greve dos motoristas deste tipo de transporte deixava um saldo político importante: a união de motoristas para organizar um movimento de defesa dos interesses da categoria, em oposição ao Sindicato.

«O principal da greve pra nós foi nos encontrarmos — não nos conhecíamos antes — e daí nasceu um entendimento entre a gente no sentido de fazer um trabalho no sentido de pressionar o Sindicato e fazer oposição à própria diretoria», afirmam os motoristas que se constituíram num movimento de oposição ao Sindicato dos Motoristas de táxis.

Os motoristas conseguiram 20% de aumento — correspondente à utilização da Bandeira 2 — mais Cr\$ 3,00 do aumento na bandeira. O presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários das Zonas Leste, Sul e Norte do Estado de São Paulo, Rogério Aitorre, afirmou que o «Sindicato não teve nenhuma participação na greve» mas, perguntado sobre se a greve influiu na obtenção deste aumento, respondeu «a greve teve peso em tudo».

Rogério Aitorre diz desconhecer o movimento de oposição. «Oposição pra mim é só daqui a dois anos», quando haverá nova eleição, conclui.

Gasolina, matéria prima.

Ricardo Evangelista, Plirio Ferreira e Nadson Ramos são motoristas de táxi que estão levando, junto com outros colegas, a proposta, analisam como foi a greve e contam como acham que o movimento de agora pra frente: deve se organizar. «A idéia da greve foi espontânea, nasceu em todas as regiões de São Paulo. Vamos parar, diz-se e o pessoal parava e ia pro Sindicato. O pessoal saía dali e ia fazer piquete. Não teve nenhuma preparação».

Logo pela manhã a gente estava lá no sindicato pedindo sala pra reunir, discutir e fazer comissões e tal, mas eles negaram. Pedimos uma carta à população comunicando por que a gente estava parando, eles negaram também. Os piquetes então saíram descentralizados. Teve muito desentendimento, mas tudo isto aconteceu por falta de uma coordenação por parte do sindicato, cada um fazia aquilo que passava pela cabeça e isso esvaziou rápido o movimento.

«O Sindicato atua sem consultar ninguém»

Os motoristas estão divididos na categoria de autônomos e frotistas sendo que para cada um existe um Sindicato. De acordo com os motoristas, o movimento veio mostrar como atuam os Sindicatos, principalmente o dos autônomos que corresponde a 32 mil dos 35 mil táxis da cidade. Os participantes do movimento de oposição afirmam: «O sindicato não deliberou nada em assembléia. Eles pediram o aumento sem consultar ninguém. Como um sindicato deve atuar? Realiza uma assembléia onde aparecem as várias propostas, que vão pra votação e a que vencer a diretoria está outorgada a levar. Mas o nosso aqui não atua desta forma. Eles fazem conforme acham que deve ser sem consultar a categoria».

Rogério Aitorre, presidente do Sindicato, acha que «Não precisa fazer assembléia pra apresentar números para a categoria. Se tá certo ou errado, vamos discutir. Mas como se trata de transporte, é feito assim há questão de dez anos. E depois, hoje não dá pra o Sindicato fazer uma assembléia. Aquilo coitado que trabalha dezesseis, dezessete horas por dia, esperando há 115 dias o aumento e vem receber Cr\$ 3,00, então a turma revolta. O que o presidente do Sindicato fez? Ele comunicou às autoridades».

O núcleo pró-oposição ao Sindicato apresenta suas idéias pra iniciar o movimento: «Vamos unir as pessoas que estejam com as idéias da

gente, descontentes com o sindicato e ir defendendo inclusive que é preciso todo mundo sindicalizar, que é preciso brigar lá dentro se tem muita coisa errada. Só que tem um problema que é para o motorista se sindicalizar ele precisa pagar seis mensalidades adiantadas — Cr\$ 500,00 — pra ter os direitos. As idéias iniciais que a gente tá tendo é brigar pra conseguir do sindicato uma cooperativa e um consórcio porque o motorista não pode ficar com o mesmo carro mais que cinco anos. Então se ele tivesse que comprar um carro, seria através do consórcio. Mas tudo isso aí dirigido por uma comissão de associado que fosse eleita de tempos em tempos».

E mais: «Agora, de uma forma mais geral a gente vai batalhar contra o arrocho salarial, por melhores condições de trabalho, contra a carestia, porque sem dinheiro o povo também não paga táxi. Isso aí incluiria também as lutas de todo o povo brasileiro, a luta por sindicatos livres, pela anistia ampla e irrestrita, as liberdades democráticas, por uma Constituinte. A gente acha que a classe é prioritária, primeiro os seus interesses, mas os outros movimentos também fazem parte da sociedade e a gente tem que atuar na sociedade. Motorista é pai de família tem responsabilidade em casa, é povo também. Então é nossa missão lutar também como povos».

Para os motoristas frotistas a situação é um «beco sem saída». De qualquer forma, com aumento dos donos das frota aumentam a fêria — que chega a Cr\$ 400,00 por dia. Pra ganhar Cr\$ 150,00 por dia o motorista frotista tem que trabalhar perto de 17 horas!

A greve

Quem foi às compras natalinas no dia 4 de dezembro confiando em apagar um táxi encontrou um dia tumultuado. Naquele dia 80% de 35 mil motoristas de táxi, sem a coordenação do seu sindicato, paralisaram suas atividades e se organizaram em piquetes pelos principais pontos da cidade para conquistar um aumento nas tarifas. Tudo aconteceu quando eles foi concedido um aumento de Cr\$ 3,00 na bandeira quando os motoristas reivindicavam: aumento da bandeira de 7 para 9 cruzeiros, de 2,70 para 3,30 o quilômetro rodado e de Cr\$ 54,00 para Cr\$ 65,00 a hora parada. O aumento concedido foi considerado uma ofensa pelos motoristas que não vacilaram: foram à greve.

A cidade esteve movimentadíssima em pontos como a Av. Brig. Faria Lima, a Ponte do Jaguaré, Estação da Luz, Estação Rodoviária, Estação da Lapa, os piquetes se aglutinavam e os motoristas agiam aguerridamente contra aqueles que os motoristas em trabalhar. Os motoristas de frota — uma minoria — dizia a um motorista na rua, Frei Caneca — eram pressionados pela empresa que eles exigem uma cota que varia entre trezentos e quatrocentos cruzeiros, no fim do dia. Houve muitos casos de dispensa de motoristas que não trabalharam no dia. De qualquer modo, nestes, como em outros pontos da cidade, táxis não passavam carregando passageiros. Muitas pessoas foram despejadas ali mesmo, as vezes provocando atritos, sendo obrigadas a procurar ônibus. A cidade estava repleta de pessoas portando enormes pacotes a cada de algum furo-grevo. Enquanto isto, desde a madrugada, da estação Rodoviária saíam telefonemas de familiares pedindo para serem buscados — os que tinham este recurso estavam socorridos, os outros circulavam com malas e bagagens. O caos urbano já um cotidiano na cidade, naquele dia aumentou sensivelmente pela azafama do Natal e pela ausência dos táxis.

Enquanto isto, no fim do dia, o DEOPS anunciou a detenção de 84 motoristas que passaram por interrogatório e foram dispensados. De outro lado o presidente do Sindicato, que insistia em afirmar a espontaneidade do movimento, viajou para o Rio de Janeiro para negociar o aumento.



Marcito, dez anos depois:

O AI-5 é filho do arrocho salarial!

Exatamente dez anos depois de baixado pelo marechal Costa e Silva, o Ato Institucional nº 5 estaria em agonia? O ex-deputado e emedebista Marcio Moreira Alves, alvo central do episódio que gerou o Ato em 13 de dezembro de 1968, responde: «as chamadas reformas do general Geisel são uma tentativa de dar balão de oxigênio à ditadura, e apenas têm o propósito de iludir a sociedade civil que tão claramente se manifestou nas eleições de 15 de novembro».

Falou quem pode. Nesta entrevista exclusiva, concedida em Lisboa à repórter Marisa Mourão, Marcito aponta as origens do ato na política do arrocho salarial e no arranque para o «milagre brasileiro». Ele avalia também a intervenção das forças oposicionistas naquele período e conclui que a esquerda subestimou a coesão das forças militares.

Discute ainda as possibilidades e os limites da radicalização parlamentar, enquanto relembra os momentos que marcaram sua atuação junto com outros deputados chamados na época de «imatuross».

Por ocasião de 7 de setembro, Marcito havia pronunciado um discurso sugerindo uma Operação Lisistrata, isto é, um boicote por parte das mulheres e namoradas dos oficiais militares diante do silêncio que mantinham face às violências dos torturadores. O episódio serviu como pretexto para o fechamento do Congresso Nacional, a decretação do AI-5, e o começo da longa noite de tormento para o povo brasileiro, que ainda dura até hoje.

«Não era possível o projeto da concentração de riquezas nas mãos de poucas pessoas, e de entrega das riquezas naturais do país às multinacionais, sem a abolição do movimento liberal representado pelo parlamento».

— Algumas análises sobre a conjuntura dos anos 67/68 consideram que o AI-5 teria sido evitado caso o movimento estudantil não tivesse desencadeado as manifestações e os operários não tivessem desencadeado as greves do período, e que, ou a frente ampla, ou o parlamento é que deveriam conduzir a luta contra ditadura. Afinal, o AI-5 foi fruto de que?

No meu entender, o AI-5 estava dentro da política do arrocho salarial, de favorecimento das multinacionais do Dr. Roberto Campos, assim como a gema está dentro do ovo. Não era possível o projeto da concentração de riquezas nas mãos de poucas pessoas, e de entrega das riquezas naturais do país às empresas multinacionais, sem a abolição de todas as garantias do movimento operário, do movimento camponês e do movimento liberal representado pelo parlamento.

Entretanto, o grupo que dominava o pensamento da homogeneidade das forças armadas, nessa época, desejava estabelecer um modelo que reclamava, como indispensável para o seu funcionamento, a manutenção de salários a um baixo nível do poder de compra. Porque a idéia

fundamental era que se oferecessemos suficientes atrativos do ponto de vista fiscal, do ponto de vista de financiamento e do ponto de vista de quietude social da classe operária mal paga, o Brasil se industrializaria e se desenvolveria através da implantação de indústrias estrangeiras, fundamentalmente norte-americanas e alemãs.

Para obrigar os operários a aceitarem uma redução do poder de compra do seu salário, era também indispensável que abolissem todas as franquias democráticas, todos os direitos que são considerados normais e inerentes à categoria de cidadão nos países industriais desenvolvidos: o direito de greve, o direito de organização sindical, o direito de expressão de opinião, o direito de organização partidária, enfim, todos esses direitos que são parte inerente da estrutura democrática ocidental desenvolvida.

O que esse grupo buscava, desde o início de 68, era o pretexto para se abolirem os resquícios de garantias que haviam sido inseridas na Constituição de 67 pelos chamados bacharéis da UDN, entre os quais o general Castello Branco sentava praça, que tinham sempre pensado num Brasil onde os membros da classe dominante fossem absolutamente livres em dizer, pensar e fazer o que quisessem. Por isso, as garantias constitucionais da carta de 67 foram redigidas pelos paradigmas do pensamento liberal conservador de então, que eram o senador Milton Campos, o deputado Pedro Aleixo e o senador Afonso Arinos de Melo Franco, todos três de Minas, todos três extremamente conservadores, todos três ligados a uma tradição de Estado agrícola que entrou em decadência econômica havia 150 anos, mas que mantivera nas suas camadas bacharelescas e letradas uma memória do tempo em que esse

Estado era florescente economicamente e havia organizado a primeira luta importante contra a monarquia portuguesa, baseada exatamente nos mesmos princípios da revolução americana de

1.776. O que caracteriza «o pensamento dos liberais conservadores brasileiros mais consequentes» como Adauto Lucio Cardoso e Aliomar Baleiro é o fato de pensarem com 200 anos de atraso. Os menos consequentes, que são aqueles que traíram esse pensamento, pensam com 300 anos de atraso, porque estão sempre dispostos a abrir mão do que dizem ser os seus princípios, para servir ao soberano rei, que no caso é o ditador.

— Algumas análises também sobre a conjuntura que gerou o AI-5 se esquecem da existência da classe operária. Numa entrevista ao Em Tempo, meses atrás, um grevista de Contagem afirmou que «o AI-5 para os operários chegou antes de dezembro, na repressão às greves de Osasco, em julho, e a de Contagem, em outubro». Você acha que existiu um AI-5 especial para a classe operária? E para os estudantes, a repressão ao Congresso de Ibiúna poderá também ser considerada da mesma forma?

«O que caracteriza os liberais conservadores mais consequentes, como Adauto Cardoso e Aliomar Baleiro é o fato de pensarem com 200 anos de atraso. Os menos consequentes pensam com 300 anos de atraso»

Houve muitos AI-5 na história do Brasil. Houve um AI-5 violentíssimo contra Canudos, por exemplo, que representava a possibilidade de trabalhadores do campo nordestino, em estado quase servil, irem para uma determinada região,

trabalharem coletivamente e viverem a vida sossegados. Se fomos mais atrás, o AI-5 contra os escravos foi a conquista de Palmares por Domingos Alves Velho. Mais próximo de nós, houve uma série de AI-5. Em 47, houve um AI-5 contra o Partido Comunista, colocando-o na ilegalidade, fazendo o Brasil voltar ao estado de República de banana, quando todas as nações civilizadas do ponto de vista da democracia industrial permitiam e conviviavam com partidos comunistas, alguns dos quais infinitamente mais fortes que o brasileiro.

Houve sempre tentativas de AI-5 para limitar o direito de greve aos trabalhadores: contra os camponeses nem se fala. A primeira vez que os camponeses receberam o salário mínimo foi no campo pernambucano, no mês de março de 63, e com isso acabaram com o estoque de camisas que existia em Pernambuco, porque era também a primeira vez que tinham dinheiro suficiente para comprar camisas. Há uma sucessão de atos de violência de uma classe dominante extremamente retrógrada, egoísta e concentradora de riquezas, ao longo da história, contra diversos setores da massa da população. Logo, é evidente que o operário de Contagem tem razão; os direitos sindicais tinham sido abolidos desde 64 e não em 68, mas é evidente que essa razão é apenas parcial, porque o operário é também um cidadão, e quando, além dos seus direitos sindicais, também se lhe caçam os seus direitos de cidadão, ele é duplamente atingido, da mesma forma que é atingido um negro, dentro da classe operária, pela discriminação racial, por ser operário e negro.

— As «Reformas Políticas», o «Pacote de Abril», eliminam o AI-5?

As chamadas reformas do general Geisel, no meu entender, são uma tentativa de dar balão de oxigênio à ditadura, e apenas têm o propósito de iludir a sociedade civil — que tão claramente se manifestou contra a ditadura nas eleições de 15

«Houve muitos AI-5 na história do Brasil. Por exemplo, contra Canudos e Palmares.

Ou um outro que colocou, em 1947, o PC na ilegalidade. São atos de violência de uma classe dominante extremamente retrógrada».

de novembro —, tentando abrir um novo crédito de confiança ao novo ditador, para continuar a velha política.

— Algumas pessoas comparam a abertura política atual com a que advém da Constituição de 67 que acabou desembocando no AI-5. O que pensa você dessa comparação?

A Constituição de 67 não era abertura nenhuma, era um retrocesso. Ela, ao contrário de abrir, fechava todas as portas de expressão da Constituição de 46. Apenas não chegava, ainda, ao descaramento autoritário do AI-5. 67 não é um momento de abertura nenhuma. É momento de fechamento, como 68 é um momento de fechamento maior. Agora, em 78, e 79 sobretudo, que é um ano extremamente decisivo, o futuro está na balança. Se depender da estrutura palaciana, fecha, se depender do pacote de abril, fecha, se depender da nova lei de segurança, fecha, se depender da mobilização dos patriotas dentro das forças armadas, do povo dentro das fábricas, dos estudantes, de todas as forças sociais que repudiavam a ditadura, abre.

“Se repetisse o discurso de 68, demonstraria paralisia cerebral”

«O parlamentar deve radicalizar na medida em que a estrutura social que ele representa possa sustentá-lo. Aprendemos que não adianta nada ir muito adiante da consciência política das bases de sustentação que possamos ter»

— Dez anos depois, você voltaria a fazer o mesmo discurso? Voltaria a pedir às jovens brasileiras que não se casassem com os militares?

Qualquer pessoa que dez anos depois, repetisse o que havia dito dez anos antes, demonstraria paralisia cerebral. Eu tenho a impressão que o meu cérebro não está parado este tempo todo.

— O discurso que você fez em 68, foi usado como pretexto para o endurecimento do regime.

Até onde o parlamentar deve radicalizar? Tendo em vista a situação atual, na sua opinião qual deve ser o grau de radicalização dos parlamentares eleitos a 15 de novembro e comprometidos com uma postura combativa de oposição?

Eu tenho a impressão que o nosso grande erro de então, foi não dar continuidade ao momento eleitoral. O parlamentar deve radicalizar na medida em que a estrutura social que ele representa possa sustentá-lo. Nós aprendemos que não adianta nada ir muito adiante da consciência política das bases de sustentação que possamos ter. Nesse sentido, seria talvez interessante pensar que há um aprimoramento progressivo da representação, parlamentar no Brasil, embora quem esteja fora da representação possa sentir-se tentado a pensar que no seu tempo era melhor do que hoje. Eu estou seguro de que o chamado «grupo dos imaturos», que então constituímos, era política, ideologia e, se quiser, éticamente muito superior à média da geração parlamentar que nos precedeu, da chamada «frente de nacionalistas». Os autênticos atuais, os que saíram dessa eleição de 15 de novembro, são provavelmente muito superiores ao que nós fomos. Nesse sentido a luta, as derrotas, os golpes depuram a representação parlamentar ao mesmo tempo que abre um grande espaço para bandidos, gangsters, vigaristas do tipo do Miro Teixeira, do Chagas Freitas e dessa corja que se

«O fundamental é pensar que a luta do povo brasileiro é muito antiga, que nunca foi abarcada ou representada ou expressa por um partido, um partido único. Ela sempre aconteceu em frentes».

apossou da mais libertária cidade do Brasil, que é o Rio de Janeiro. Mas ao mesmo tempo, apesar de todos os entraves, golpes, tramóias e corrupções que se passam no Rio de Janeiro, os representantes da oposição autêntica de hoje, no Rio, são seguramente mais bem preparados do que os representantes da oposição autêntica de 1966.

— Trace um paralelo do MDB de hoje e do MDB de sua época, um breve histórico do desenvolvimento do partido nesse período de 10 anos, do AI-5 para cá.

É muito difícil fazer rupturas no tempo e pensar num desenvolvimento histórico de algo que

não é um partido, é uma frente. O fundamental é pensar que a luta do povo brasileiro é muito antiga, que ela nunca foi abarcada ou representada ou expressa por um partido, um partido único. Ela sempre aconteceu em frente. A luta dos trabalhadores da cana de açúcar em Pernambuco, no tempo de Miguel Arraes, envolvia petebistas, socialistas, comunistas, católicos, trotskistas e uma grande massa que não tinha noção do que eram essas categorias. Todas as lutas anteriores, as lutas dos posseiros do Paraná, a luta dos operários pelo salário mínimo, pelo descanso semanal, pelas oito horas de trabalho, pelas férias remuneradas, todas essas lutas foram lutas de frente que nunca foram assumidas por qualquer partido. Alguns partidos procuraram delas se utilizar com maior ou menor sucesso.

A continuidade dessas experiências de frente para obter as mais corriqueiras reivindicações populares, tem se expressado através de uma frente política que é o MDB. Mas há agora outra frente política, como o Movimento Pela Anistia, e também essas reivindicações populares expressam-se através de uma série de frentes de massa que são sociais, como um sindicato. Por exemplo, dos metalúrgicos do ABCD de SP, é uma frente social, na qual existem as mais variadas tendências. O MDB é um episódio eleitoral quadrienal, existe como estrutura partidária apenas no momento das eleições, e portanto é extremamente frágil.

— Não seria esse o problema de qualquer frente?

Não, depende de como a frente é conduzida e estruturada. Uma frente política é diferente de uma frente de massa. A frente de massa sempre tem um conteúdo político, mas ela envolve pessoas cuja luta termina na obtenção dos objetivos principais que nortearam a constituição da frente. Por exemplo, a frente de massa representada pelo sindicato termina na obtenção de um melhor salário ou de melhores condições de trabalho dentro da fábrica, mas haverá outras pessoas que vêm mais longe e que continuam a luta no sentido de estabelecer uma norma política que favoreça a globalidade dos operários em qualquer fábrica, em qualquer setor, em qualquer estado. A frente social que é representada por uma associação de amigos de bairro, engloba pessoas cuja militância termina na obtenção de uma linha de ônibus, de uma rede de esgotos, de um sistema de água, de um posto de saúde, de uma padaria, enfim, da solução dos problemas mais prementes daquela comunidade, mas haverá outras pessoas que vêm que da soma de reivindicações dessas comunidades deve se estabelecer uma política habitacional, uma política de urbanização, uma política de saúde pública, uma política educacional, etc.

continua na página seguinte.

Entrevista com Marcio Moreira Alves — continuação



1968 com os olhos de 1978:

A esquerda subestimou a unidade das forças armadas

— Como você enxerga hoje a análise que a esquerda fazia da conjuntura brasileira nos momentos que antecederam o Ato-5? Havia homogeneidade quanto às perspectivas de que o regime cairia em breve e que o ascenso popular era iminente?

— Em primeiro lugar, eu não posso falar em nome da esquerda, nem agora, nem naquele tempo. Não posso falar em nome da esquerda de 1968 sobretudo, porque então eu via o Brasil de uma forma muito mais intuitiva e emocional do que de uma forma analítica, racional e conceitual.

— Eu era um dos jovens parlamentares do MDB, um intelectual saído da alta burguesia brasileira que havia despertado para a realidade do País, para a sua exploração pelas empresas multinacionais, para a miséria do seu povo, a injustiça da sua estrutura, muito mais pelo fato de vivê-la do que pelo fato de analisá-la. Como eu trabalhava desde os 18 anos de idade como jornalista, havia rodado muito o Brasil, havia estado no Nordeste durante a seca de 57, havia estado no Maranhão e em muitos outros lugares do Brasil, mas o-lhava aquele terrível drama do povo como se fosse algo de historicamente dado, sobre o que não se ouvia atuar de forma decisiva. A miséria do povo para mim, era como uma pedra que se poderia talvez moldar um pouco, tirando umas lascas daqui e dali, mas que eu não imaginava poder ser movida.

«A esquerda armada pensava que poderia repetir o episódio dos tenentes de 1922, embora não contassem com nenhum tenente. Contaram apenas com um capitão, o Lamarca».

A análise da esquerda era exatamente o contrário. Os vários agrupamentos, partidos, frações, nas quais a esquerda se dividia então, acreditavam e acreditavam — e hoje vejo que com toda a razão — que desde o momento em que o povo se organizava numa massa suficientemente estruturada e poderosa, ele pode alterar o seu destino.

Minha visão, é um pouco contaminada por 10 anos de prazo, 10 anos de estudo e atenção diária da situação brasileira, mas o que me parece claro é que os agrupamentos da chamada nova esquerda ou esquerda armada, pensavam então, que, como se tinha estabelecido no País um regime que era evidentemente favorável aos estrangeiros e desfavorável aos brasileiros, se tomassem a iniciativa do combate, mesmo que não se dessem ao trabalho de organizar, de ajudar a organizar a massa popular, que esta massa acompanharia o combate e participaria de forma ativa. Mas não foi o que aconteceu. Essa fração da esquerda era formada fundamentalmente por estudantes, intelectuais e pequena classe média. Era uma classe preponderantemente oriunda da classe média, e na memória da classe média brasileira estava presente o movimento tenentista dos anos de 22 até 30, Gétúlio, as eleições posteriores, etc. Essa memória significava que cada vez que essa massa de classe média se mobilizava, ela tinha uma real influência sobre a história do Brasil e sobre o curso dos acontecimentos. Essa fração de esquerda pensava que poderia repetir o episódio dos tenentes de 1922, embora não contassem com nenhum tenente, contaram apenas com um capitão, o capitão Lamarca, enquanto os tenentes contaram com enormes ramificações dentro das forças armadas de então e não se propunham a mudar a estrutura da sociedade.

Por outro lado, a esquerda mais estabelecida e melhor instrumentada do ponto de vista de análise, eram os dois partidos comunistas então existentes e que tinham visões diametralmente contraditórias com a visão da chamada nova esquerda. O Partido Comunista Brasileiro seguia uma linha que era a sua, tradicionalmente, ou seja, a de utilizar os instrumentos que lhes eram facultados pela sociedade brasileira, especialmente o instrumento sindical, para acumular forças, criar quadros, influenciar massas, no sentido de fortalecer a si mesmo e a uma corrente nacional democrática que restabelesse o «status quo» anterior, ou seja, o sistema de franquias legais, governado pelo sistema eleitoral. Enquanto que o partido de influência chinesa, o PC do B, pensava em repetir a experiência do seu modelo através de uma acumulação de forças no campo, e de uma longa guerra revolucionária, que se chamava «guerra revolucionária» prolongada, que fizesse com que as populações camponesas cercassem e acabassem por tomar as cidades.

— Eram estes os pontos então em debate. Essas frações da esquerda faziam cada uma, uma análise da situação que não levava em consideração o fator primordial da conjuntura brasileira, que era a unidade das forças armadas. Tendo havido um enorme expurgo nas forças armadas em 1964, elas haviam adquirido um grau de homogeneidade de pensamento que nunca tinha existido antes na história do Brasil, porque nunca tinha havido antes um expurgo profundo dos quadros profissionais, oficiais e sargentos das forças armadas.

— Aqueles que vinham de uma experiência de intermediação entre o povo e o poder político, que eram os antigos petebistas, ou chamados populistas, verificavam que se houvesse eleições, o governo seria derrotado, e ti-

ravam como consequência dessa verificação a ideia de que o consenso existente na população afetaria as forças armadas, logo, estavam muito otimistas.

«A esquerda errou redondamente na análise catastrófica que por vezes fazia da economia.

A surpresa em relação ao AI-5 é ligada à surpresa em relação à possibilidade de desenvolvimento de um capitalismo industrial dependente».

— Quanto à fração parlamentar de esquerda, à qual pertenci, um grupo de jovens parlamentares, o embrião dos autênticos de hoje, chamados por uma velha parlamentar, a senhora Ivete Vargas, de «amatuross», tínhamos em comum alguns pontos, embora não houvesse identidade ideológica mais profunda.

— Éramos jovens, exercíamos pela primeira vez um mandato federal, éramos oriundos de profissões liberais, jornalistas, médicos, engenheiros, advogados, e éramos todos eleitos pelas grandes capitais: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, etc. Também tínhamos na memória a hipótese de podermos alterar o sistema. O ponto em comum que havia entre nós era apenas o exercício pleno do mandato, como se nenhuma restrição ou ameaça a ele houvesse. O exercício pleno do mandato implicava em ser deputado, tanto dentro da Câmara como fora da Câmara, e uma grande parte do nosso tempo era passado a emprestar as poucas garantias que ainda tínhamos como deputados a movimentos populares, como o movimento estudantil, como a organização das primeiras greves desde 64, e outros movimentos deste tipo.

«Nem mesmo Juscelino que foi o mais multilateral dos presidentes brasileiros ofereceu às empresas estrangeiras as vantagens que o Governo militar tem oferecido».

— Na sua opinião, como a esquerda reagiu diante da decretação do Ato-5? Terá o conjunto da esquerda na época conseguido ver o significado do Ato-5 teria para a vida política do País nos anos seguintes? Parece-lhe que a esquerda acreditava na viabilidade de um desenvolvimento econômico, no «boom», no «milagre econômico», na recuperação do tipo que se deu posteriormente? Ou teriam certos setores da esquerda uma visão catastrófica da economia?

— A surpresa em relação ao AI-5 é ligada à surpresa em relação à possibilidade de desenvolvimento de um capitalismo industrial dependente. Em 1968, as esquerdas de um modo geral, quaisquer que fossem elas, não tinham ainda uma aparelhagem de análise econômica e técnica suficiente para imaginar que o capitalismo tem muitos pulsos de gato, e um deles é criar um sistema industrializado num país subdesenvolvido, baseado em empresas multinacionais e no crédito externo. E não podiam imaginar isso porque isso nunca havia sido feito. Por outro lado, também nunca havia ocorrido na história do Brasil uma gigantesca abundância de crédito externo. Nem mesmo Juscelino Kibitschek foi o mais multilateralista dos presidentes brasileiros, ofereceu às empresas estrangeiras vantagens que o governo militar, o regime militar, tem oferecido, e ao contrário, Juscelino procurou até oferecer algumas resistências às ordens políticas que recebia do Fundo Monetário Internacional. Quando entra em 64, um governo disposto a obedecer a essas ordens, disposto a oferecer ao capital estrangeiro todas as vantagens que ele jamais poderia imaginar ou sonhar, isso de mão beijada, identificando-se ideologicamente com ele como se fossem tropas de ocupação dentro do Brasil, ao ponto do general Juracy Magalhães dizer que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil, surgiu a mina de ouro. Ao mesmo tempo havia uma grande e progressiva liquidez de recursos, de dólares na mão das empresas multinacionais, produzida pela inflação gerada pela guerra do Vietnã e posteriormente produzida pelo excedente de dólares nos países árabes produtores de petróleo. O «boom» brasileiro foi baseado numa reserva disponível de divisas estrangeiras e em troca do «boom» o País foi loteado. Isso nunca havia sido feito, portanto nunca podia ser pensado nem previsto, e em consequência, a esquerda errou redondamente na análise catastrófica que por vezes fazia, mas nem toda a esquerda fazia isso. Os mais lúcidos economistas da esquerda, diziam, ao contrário, que o sistema do capitalismo multinacional tinha um fôlego muito grande. Celso Furtado nos seus primeiros livros sobre o modelo brasileiro, dizia isso. Paul Singer com uma análise mais penetrante, mas radical, também dizia isso, e muitos outros diziam a mesma coisa. A surpresa quanto ao AI-5 não é quanto ao AI-5, é quanto à durabilidade do AI-5 e a viabilidade do modelo econômico que o AI-5 engendrou.

Um texto premiado em Cuba e inedito no Brasil

Da votação no Congresso à clandestinidade

«Um grão de mostarda, o despertar da revolução brasileira» é o livro de Marcio Moreira Alves que recebeu o Prêmio Testimônio, da Casa de Las Américas, em Cuba. Aqui, pela primeira vez no país, trechos de um dos capítulos, no qual Marcio descreve emotivamente os momentos finais do episódio no Congresso e fala da angústia da clandestinidade.

Ainda que eu não tivesse dúvidas sobre o resultado da votação parlamentar, não estava seguro de suas consequências. Sabia apenas duas coisas: o equilíbrio político mudaria radicalmente, e meus riscos de ser assassinado aumentariam bastante. Considerava esta hipótese de extremo gesto.

Insusos otimistas somadas ao apego que naturalmente temos por nossa própria pele, são ótimas conselheiras. Aquela manhã entrei no Palácio do Congresso, disposto a desaparecer tão logo terminasse a sessão. Essa disposição me acalmou os nervos e me deixou uma estranha sensação de distanciamento. O que para todos representava o drama principal era para mim apenas um anticlimax, me sentia menos envolvido nos acontecimentos e capaz de fingir.

Se diz que um grande discurso pode mudar opiniões, porém não votos. Fantei construir o meu buscando não perder votos, mas mantendo, ao mesmo tempo, meus mal-vistos princípios antimitiliter e de justiça social. Depois de pronunciá-lo verifiquei com satisfação que os resultados haviam sido excelentes.

Abandonei o recinto e me encaminhei para o gabinete do líder da oposição, de onde escutei, através dos microfones, a marcha da votação. Ali nos reunimos minha mulher, meus ansiosos pais, alguns amigos e jornalistas. À medida que a derrota do governo se esboçava, me sentia mais e mais distante. A sala rompeu em lágrimas, gritos, abraços, enquanto que eu me refugiava em meu interior como se tudo aquilo ocorresse a um desconhecido. Beijei a Marie, a minha mãe, a minha irmã, e repeti os beijos por solicitação dos fotógrafos. O abraço amoroso de minha secretária quase me mata. Entreguei aos jornalistas uma declaração escrita, pedindo o restabelecimento da democracia no país, e lentamente atravessando uma selva de mãos estendidas e rostos sorridentes, me encaminhei até a saída dos fundos da Câmara onde companheiros de confiança me esperavam para levar-me. Os colegas, muitos dos quais jamais me dirigiram a palavra, como se eu fosse um kamikaze enlouquecido estavam tão excitados como adolescentes ingleses perseguindo aos Beatles. Por meu intermédio, queriam abraçar a sua própria coragem, que haviam demonstrado ao votar contra os senhores militares que tantas vezes os humilharam. Segui caminhando, imperturbável, salvo quando cai nos braços de dois ou três amigos queridos. Recordo haver sussurrado uma advertência ao ouvido de David Lerer que seria o único parlamentar golpeado no cárcere por ser um «sujo comunista» e, principalmente, «um porco judeu».

«Os deputados estavam tão excitados como adolescentes ingleses perseguindo aos Beatles. Por meu intermédio, queriam abraçar a sua própria coragem que haviam demonstrado ao votar contra os senhores militares que tantas vezes os humilhara».

Enquanto atravessava o recinto, acompanhado por um grupo de deputados, minha principal preocupação consistia em proteger o revólver que grosseiramente levava pendurado na cintura. Comecei a sentir vergonha de estar armado, e não quis que os demais percebessem o duro volume sob meu paletó. A vergonha que senti carecia de motivo já que era muito provável que grande parte dos deputados ali presentes estivessem também armados e eu não havia mostrado indisposição alguma com esse grupo belicoso através de toda a crise.

Um jornalista, que segundo eu sabia, trabalhava para a polícia secreta, me perguntou onde eu iria descansar. Lhe disse que passaria uns dias pescando e tomando sol nas praias de Cabo Frio. Dois dias depois essa informação levou ao cárcere um velho amigo de meu pai. O homem tinha sido secretário privado de Kubitschek, mas fazia muito tempo que se dedicava exclusivamente a garantir sua razão diária de uísque. No melhor estilo vietnã, um pelotão de fuzileiros navais desceu de um helicóptero buscando-me na praia. Como não me encontraram, levaram a pessoa que à primeira vista pudesse ter laços políticos comigo.

Os companheiros me esperavam na porta da biblioteca, tal como havíamos combinado. Ao abraçar os últimos colegas, pensei, «senão me pegam agora, jamais o farão».

Meu pai e eu entramos em um automóvel oficial da Câmara. Nos distanciávamos alguns quilômetros para que eu pudesse passar para o Volkswagen que nos seguia. Quatro anos de vida pública que me haviam levado de um liberalismo burguês a uma profunda convicção revolucionária, haviam terminado. Nem sequer me voltei para olhar o Palácio do Congresso já distante, dominando com suas torres gêmeas a planície de terra de Brasília. Havia cumprido minha tarefa da melhor maneira que me foi possível. Agora me restava jogar escondido contra a repressão.

Apartados ao redor do rádio, na cozinha de uma casa de subúrbio de São Paulo, escutávamos o Ministro da Justiça. A voz aguda, precedida pela fanfarrônica favorita dos propagandistas da ditadura militar brasileira, punha um ponto final em uma singular etapa política. «Enfrentando uma crescente onda de atividades subversivas que chegou a continuar a parlamentares integrantes do partido do Governo, que tinham por missão defender a Revolução de março de 1964, o Governo da República se nega a trair seus deveres para com a paz social e o desenvolvimento econômico...»

As noas normas foram saindo uma a uma. A geringonça jurídica caía sobre nossos rostos silenciosos, entre os restos de sanduíches e de cerveja quente, arrasando com o que sobrava de garantias dos direitos políticos e humanos no Brasil.

O Congresso estava fechado. O habeas corpus, abolido para os presos políticos. Os militares podiam governar por decreto, prender a quem quisessem, suspender direitos políticos e anular mandatos eleitorais. Os tribunais ficavam impedidos de examinar a legalidade de seus atos.

As grandes transformações políticas, ainda que esperadas, provocam uma pontada de surpresa quando o imaginado se torna real. Todos nós sabíamos que os militares acabariam por apoderar-se do poder absoluto. Essa era a lógica interna do regime. Muitos de nós havíamos organizado nossas vidas a partir deste pressuposto, vivendo como se a lei que o ministro anunciava já existisse. Alguns haviam deixado suas famílias, seus empregos, haviam mudado para outras cidades, adotando nomes falsos e aprendendo a usar a máscara, que é o seguro de vida de um lutador clandestino. Estas precauções eram necessárias porque já havia vários meses que a polícia e os serviços de inteligência militar estavam em plena atividade. Desde novembro de 1968, quando obtiveram provas de que Carlos Marighella havia dirigido o assalto a um caminhão blindado, a tortura havia se convertido novamente em um método rotineiro para arrancar informações dos presos políticos.

Para os companheiros que viviam na guerrilha urbana, aquela já era uma realidade dentro de suas vidas. Para os outros, sem dúvida, consistia somente em uma abstração, para onde nos movíamos a medida que cumpríamos tarefas auxiliares entre uma população incauta e regida por leis que, se bem suspendiam algumas das antigas garantias constitucionais, tratavam de manter ainda as aparências de um sistema liberal democrático.

Para mim, acostumado a lutar em campo aberto desde que pela primeira vez, aos dezito anos de idade, havia entrado na redação de um diário carregando nas costas dois séculos de tradição de uma classe dominante que considerava a polícia como um mal necessário para a defesa da propriedade, porém um instrumento que jamais deveria mesclar-se nas disputas pelo poder político; para mim toda esta vida clandestina era uma novidade completa. Eu a encarava com os olhos incrédulos de um burguês que entra pela primeira vez na corte dos milagres.

O choque com a realidade nos deixou atordoados.

A vida clandestina é muito diferente do que se pode imaginar. Antes de ter que enfrentá-la, minha mulher e eu havíamos decidido que não deixaríamos o Brasil quaisquer que fossem os acontecimentos políticos. Sabíamos que se o Congresso se negasse a suspender minha imunidade parlamentar, ou ele seria fechado ou eu correria o risco permanentemente de um atentado contra minha vida. Em qualquer caso, não poderíamos manter por muito tempo uma vida «normal».

Tínhamos informações precisas sobre o selva-garia policial, mas, por incrível que pareça, encarávamos a incerteza do futuro com um problema puramente masculino — os homens lutando e as mulheres continuando a rotina da sobrevivência, tal como ocorrera ao longo de incontáveis gerações de guerras que eram parte da memória francesa de minha mulher.



Na sessão decisiva do Congresso, em 68: «à medida que a derrota do Governo se esboçava, me sentia mais e mais distante».

«Eu não havia chegado a posições revolucionárias através do sofrimento, das duras humilhações que tantas vezes acompanham as opções dos operários e camponeses. Ao contrário o processo havia sido intuitivo e intelectual».

Sonhando uma vez mais, confiei nesta visão idealizada da preparação revolucionária em um país subdesenvolvido, colonizado e violento como o Brasil. A resistência a um invasor era para mim, como para a maioria dos brasileiros de origem social similar, uma mera referência em nossa formação intelectual, não uma experiência concreta. O processo de radicalização política, que eu havia percorrido desde a tomada do poder

pelos militares quatro anos atrás, havia sido essencialmente intuitivo e intelectual. Não havia chegado a posições revolucionárias através do sofrimento, das duras humilhações que tantas vezes acompanhavam as opções dos operários e camponeses. Ao contrário: a radicalização política havia dado um sentido a minha vida, presente que jamais se pode agradecer o suficiente, e a oportunidade de combater na imprensa e no Congresso de posições relativamente seguras. Minha situação acarretava poucos riscos e muitos incentivos, tantos na verdade, que devia aprender a ver-me como um estrangeiro para conservar assim o sentido crítico e evitar escorregões que pudessem reintegrar-me ao sistema.

Entrar em uma organização revolucionária clandestina é romper inteiramente com o passado. Nós transformamos em um astronauta que depende da improvável ajuda de seu foguete aviado, em Cortez lançando seus navios contra os recifes astecas, em um alpinista atacando o pingente virgem de uma geladeira. A transformação é tão profunda que nos deixa assombrados o fato de que não nos marquem o rosto com que andamos pelas ruas.

Não concebemos como as outras pessoas podem levar uma vida normal, mover-se dentro de sua rotina diária, pensar em empregos, em comida, em equipes de futebol, em suas famílias, e em seus fins de semana, quando tudo isto estava completamente eliminado de nossas vidas. Sobretudo não se consegue imaginar como podem preocupar-se tão pouco com as coisas que nos absorvem integralmente: os problemas da luta política, as transformações que sofre o país. Entrar na clandestinidade é caminhar solitário pela obscuridade, guiado apenas por uns poucos sinais, uma chamada telefônica, um gesto, um ponto de encontro, uma revista sustentada de cima a baixo por estranhos aos quais confiamos nossas vidas. É uma dependência constante incessantemente renovada. Já não podemos confiar em nossas famílias ou em amigos de toda a vida, mas em troca nos pomos a mercê de desconhecidos que se tornam senhores de nossa sobrevivência e de quem dependemos até para as coisas mais simples, como podem ser a comida, o refúgio, as informações. Nos tornamos parte de uma misteriosa família de esposas, maridos, criaturas que vemos por uma só noite em lugares que desconhecemos ou procuramos esquecer imediatamente. Os nomes passam a ser abstrações, como palavras de uma língua desconhecida, já que o nosso é falso e são falsos os nomes de nossos amigos.

«Entrar na clandestinidade é caminhar solitário pela obscuridade, guiado apenas por uns poucos sinais, um gesto, um ponto de encontro. Os clandestinos estão sempre esperando».

A vida clandestina implica estar sempre vigilante e sobressaltado. Primeiro é o medo de ser reconhecido. Recreamos de um transeunte, um vizinho de restaurante, alguém na multidão que nos identifique. Imaginamos o que aconteceria se topássemos com um conhecido. Falaria? Faria uma denúncia a polícia? E qual seria nossa reação se, de repente, no meio de uma rua alguém gritasse nosso nome? Vem depois a irritação com o espelho que, cada manhã, reflete nosso rosto imutável. Os esforços que fazemos para disfarçar nossas feições — os óculos escolhidos, o penteado modificado, o bigode que cresce com uma demora intolerável — alteram o rosto muito pouco. Apesar de tudo, a cara continua sendo terrivelmente familiar. Existe também o perigo dos espões. Qualquer um pode ser um espião. Por que será que o sorveteiro está hoje em frente a casa quando ontem estava na esquina? E o que estará fazendo o mulato alto que já passou três vezes em frente a porta em menos de meia hora? E os lixeiros, os choferes de táxi, os carteiros, os namorados em baixo do farol, que estão fazendo todos? Por que estão olhando? De que lado virá o golpe? As rotinas da vida se tornam ameaçadoras, cheias de um significado oculto, e encerram milhares de armadilhas.

Nós clandestinos estamos sempre solitários. Sempre esperando. No meio da multidão, somos os únicos que têm um objetivo completamente desligado da pressa habitual dos demais transeuntes, e sentimos como se a peculiaridade deste objetivo marcara nosso corpo, como se de repente a pele ficaria azul ou cresceram antenas em nossas orelhas. As pessoas com as quais nos encontramos se aproximam por motivos específicos, durante breves instantes, sem calor humano. A brincadeira se torna coisa do passado e só então descobrimos até que ponto ela era importante, como as palavras trocadas sem sentido podem encher nossos espaços emocionais e estimular o pensamento. Devemos aprender a ser nossa própria companhia, a encontrar descanso e resposta dentro de nós mesmos, e sobretudo, aprendemos a esperar.

Minhas ideias sobre a guerrilha urbana tinham que ver mais com os torneios medievais que com a sórdida realidade que os combatentes devem enfrentar. É extremamente difícil libertar-se dos padrões ideológicos convencionais, inclusive em um aspecto tão desumanizante como é o dos métodos de matar bem e rápido. Meus conhecimentos sobre a guerra se detinham nos bem organizados — e obsoletos — massacres da Europa e da Coreia, durante os quais se concedia aos soldados pausas para recompor-se dos nervos e das emoções.

Tradução de Elvira Oliveira



Feliz Natal e o que desejam

Flavio Aguiar (coordenador)
 Antonio R. Espinoza
 Guido Mantega
 Maria Moraes
 Maria Rita Kehl
 Sueli Nascimento
 Valdevez Amorim

em tempo de cultura-2

Mais uma vez instalou-se no país a formidável controvérsia sobre quem ganhou as eleições - se foi o governo ou se foi a oposição. Já tivemos essa discussão antes, e pelos mesmos motivos. O partido que ganha mais votos não recebe, necessariamente, mais cadeiras no Senado ou na Câmara Federal. Engana-se quem pensa que essa injustiça é típica do regime brasileiro ou foi por ele inventada. Todos os regimes burgueses, sem uma única exceção, possuem variáveis de jogo eleitoral. Assim na Irlanda do Norte, os protestantes elegem sempre mais deputados (por distritos bem pequenos) do que os católicos (aos quais são distribuídas eleições enormes para uma única cadeira). Na França e na Itália - as regras do jogo favoreciam as coligações majoritárias burguesas do centro ou direita com a democracia cristã (ou gaullistas, no caso francês), sempre para prejudicar os comunistas. Quando, na França tornou-se possível uma coligação majoritária de outro tipo, a dos comunistas com socialistas, as regras do jogo foram modificadas para favorecer a minoria - e o resultado foi visto nas últimas eleições, quando essa coligação praticamente ganhou mas não levou. No Chile houve descuido: as regras do jogo foram mantidas, e Allende ganhou as eleições com a Frente Popular. O resultado sabemos qual foi, apesar de que muitos detalhes, como o despejo de corpos das vítimas da ditadura em minas de sal abandonadas, só começam a ser descobertas agora.

Em resumo, na democracia burguesa, as regras do jogo eleitoral vão variando conforme o próprio jogo existindo uma única lei fixa: o proletariado e seus aliados mais próximos não devem ganhar nunca. Apenas em países como os Estados Unidos, em que o proletariado nem sequer se faz presente com um partido que autenticamente ponha em cheque o poder do capital, o problema não se coloca e, aí sim, as regras do jogo são mais estáveis e é permitida certa alternância no poder entre grupos burgueses ou representativos de classe média.

Ora, quando o regime burguês assume certas formas patológicas, como o fascismo, ou a ditadura militar, ou o regime também conhecido como «República bananera» (estilo Somoza por exemplo), o jogo eleitoral tem valor ainda menor.

O resultado das eleições

Feita esta lembrança sobre a democracia burguesa e suas tramóias (muito necessária, no momento em que muita gente séria vestiu camiseta do Fernando Henrique e fez boca de urna), passemos aos resultados das eleições, e respectivas controvérsias. A começar pelo Senado, vamos verificar que em 1974 o MDB com 58% dos votos (computados

aqui e no que se segue apenas votos para ARENA ou MDB e não os nulos, em branco, etc) fez 72% dos senadores, ou seja 16 dos 22 então eleitos. Ora, isso violava a lei básica da democracia burguesa; aconteceu exatamente aquele lapso, a regra era apropriada para uma vitória da ARENA e nunca uma do MDB. Que fez então o governo? Mudou as regras, e criou o senador biônico. Dessa forma, nestas eleições, quando dois terços do Senado e não um terço se renova, 21 das 45 cadeiras já eram da ARENA antes mesmo das urnas serem abertas. A ARENA com cerca de 42% dos votos, apenas, ficou com 80% das cadeiras em disputa (21 biônicos e mais 15 ganhos no voto direto). E o MDB apesar de obter 58% dos votos, ganhou apenas 8 miseráveis cadeiras e mais 1 biônico (o do Rio de Janeiro), ou seja, cerca de 10% das cadeiras em jogo.

Para a Câmara Federal, as regras do jogo foram mudadas, mas não de forma tão radical. O governo apenas alterou os quocientes eleitorais, ou seja, o número de votos que elegem um deputado, de forma a aumentar um pouco o peso já considerável do voto rural. Assim se em 1974 a oposição obteve 47% dos votos mas apenas 43% das cadeiras, desta vez, com quase metade dos votos a oposição levou só 45% das cadeiras. O governo, com 51% dos votos ficou com 55% das cadeiras. O resultado concreto disso tudo, em primeira aproximação, é o que o MDB vai presidir seis e não cinco comissões no Senado, e terá, em geral, mais votos do que antes nas comissões e mais lugares do que antes na direção do Congresso. O governo já previra que perderia maioria de dois terços e mudou a tempo as leis, de forma que continua podendo promover mudanças na Constituição, (agora com maioria simples) e podendo, ao mesmo tempo, vetar propostas desse tipo da oposição.

O campo e a cidade

Feitos esses esclarecimentos, vejamos outro fenômeno, talvez o mais importante dessas eleições: o cerco do campo pela cidade, que já havia se revelado nas urnas em 1974, (contrariando os adeptos locais de Mao tse tung) avança ainda mais em 1978. Computados os votos das capitais e cidades com mais de 50 mil habitantes, verifica-se uma maioria de dois para um contra o governo. No seu conjunto, no entanto, essas cidades contêm apenas 41% do total de votos do país. Os outros 59% distribuem-se em cidades com menos de 50 mil eleitores, e a maioria com menos de 10 mil eleitores (30% do eleitorado).

Essa divergência de posições traduziu-se em votações majoritariamente governistas nos estados menos industrializados, e principalmente naqueles onde existe um enorme número de

pequenos municípios, como Maranhão (130 municípios), Bahia (336 municípios), Ceará (141 municípios) e, principalmente, Minas Gerais (722 municípios). Na Bahia o governo chegou a fazer 24 federais contra apenas 8 do MDB. Em Minas a proporção (29 a 18) só não foi maior porque esta eleição marcou o começo do fim da Tradicional Família Mineira, dilacerada pelas suas dissidências não só juscelinistas, mas agora também udenistas (Magalhães Pinto). Três estados apenas, sob profundo domínio da oligarquia dos currais eleitorais, como Ceará, Bahia, Piauí, bastaram para dar ao governo sua maioria na Câmara Federal. «O homem do interior (...) tem um equilíbrio particular que lhe conferiu ao longo do tempo uma imagem ponderada onde predomina uma visão prática da vida aliada a uma certa malícia de fundo filosófico», disse a propósito desse fenômeno, o jornalista Luis Carlos Lisboa, (em «O Estado de S. Paulo»). Com a mesma coragem o coronel Ludwig alegria que o governo considera os votos do campo tão dignos e justos quanto os da cidade.

De fato, tanto o governo se apeteceu com os votos do campo que em Minas Gerais, no Acre, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, houve urnas com mais votos do que eleitores inscritos. Sempre para a ARENA. Em Minas Gerais e Pernambuco, o governo colocou o SNI em trabalho de boca de urna, só que depois e não antes da votação. No Rio Grande do Sul o Tribunal Regional Eleitoral anulou urnas, declarando ter havido fraude pela primeira vez em 30 anos e no Rio Grande do Norte, o dissidente arenista Dinarte Mariz disse que essas foram as eleições «mais sujas dos últimos 50 anos.» As brigas entre facções arenistas, ou seja, oligarquias locais descontentes com a repartição do poder, facilitou muito a descoberta das fraudes. Com tanta fraude nessas regiões, e por maior respeito que se tenha pela «malícia de fundo filosófico» do morador do campo do interior, fica difícil saber qual tenha sido, de fato, sua exata intenção de voto. Que o morador do interior não vota conservador por alguma razão atávica fica esclarecido pelos votos também do interior, e de cidades pequenas, mas em Estados desenvolvidos, como São Paulo. O deputado Franco Barucelli, eleito por uma região do interior de São Paulo, para a Assembleia Estadual, diz, por exemplo, que o povo do interior não quer saber mais de ponte, estrada, nada disso. Segundo ele, o povo votou no MDB para que o partido acabe com o regime ditatorial. E disse mais o deputado: «se o MDB não cumprir essa missão, na próxima eleição é capaz de ninguém votar em coisa alguma». Aí está, sem muita malícia ou filosofia, um pensamento concreto de gente do

interior, e que pode ser perfeitamente estendido às grandes cidades.

Pró e contra o Regime

De fato, a característica maior do voto foi o seu conteúdo como um mandato para por fim ao regime. Por esse motivo, houve a radicalização do voto conservador, que também foi um voto pela sustentação desse regime, sem a conversa fiada de costume. Assim, um «arenista de vanguarda» como Faria Lima, que fazia oposição ao regime mas estava na ARENA, não se elegeu. Toda a dissidência arenista foi destruída pelo voto arenista, que se reduziu nas regiões mais desenvolvidas do país, ao seu núcleo mais recessivamente conservador.

O povo, na expressão do próprio Faria Lima, «cassou mandatos». Assim, foram cassados do povo também mandatos de parlamentares tidos como «dedoduros», entre eles Amaral Netto e Eduardo Galil. Esses nem receberam os eventuais votos dos conservadores recessivos, que concentraram-se nos poucos que realmente conseguiram montar uma grande campanha, como o coronel Erasmo Dias, em São Paulo.

O eleitor deu um mandato ao MDB, para que botasse o regime abaixo também por outras formas. Não elegeu, por exemplo muitos dos chamados moderados do partido, entre eles o próprio antigo líder na câmara, Laerte Vieira, sempre preocupado em segurar a cristaleira do regime, para que os copos não trincassem. Em todos os estados foi grande a votação de candidatos mais chegados à causa popular, mais convincentes na sua pregação popular, mais conhecidos por seu espírito combativo, mais radicais nas suas colocações. Todas as correntes de pensamento radicais (exceto a libelu que novamente combateu a participação na farsa eleitoral burguesa) foram aquinhoadas por esse aprofundamento do espírito crítico do eleitorado, mas é claro que nem todas avançaram o mesmo tanto. Avançaram mais as que possuíam mais gente para fazer o trabalho eleitoral, e que, muitas vezes, eram também as que possuíam mais ligação efetiva com movimentos populares. Um exemplo típico é o movimento contra o custo de vida em São Paulo, mas todos os grupos comunitários de base a maioria criados sob inspiração da Igreja) podem ser enquadrados nessa análise, e dizem que há cerca de 40 mil no País. Também os movimentos políticos mais ou menos organizados (no movimento estudantil, por exemplo) atuaram decisivamente. Mas o voto não foi meramente contra o custo de vida (sem dúvida uma das causas mais importantes da tomada de consciência da população), ou por essa ou aquela

pastoral da Igreja. Tanto foi mais radical o conteúdo do voto que em São Paulo, por exemplo setores da Igreja mostraram-se desgostosas alegando que a Igreja foi «usada» pelas oposições.

Varejo e atacado

Muita gente pode achar que é um exagero dizer que o povo votou pelo fim do regime e não pelas mudanças no varejo. Mas a enorme bancada dos «autênticos», a votação relativamente menos espetacular dos setores progressistas ortodoxos, inclusive em São Paulo, que se desgastaram ao não oferecer um combate mais decisivo contra o representante local do regime, o governador Paulo Egydio (mesmo após a derrota do inimigo comum em São Paulo, a linha-dura «ednardista»), a virtual cassação de mandatos dos ambíguos de todos os tipos estão a mostrar o desejo de mudança («Mudança já», diria um dos candidatos). E que ninguém se iluda com a eleição dos populistas tipo Samir Achoa em São Paulo e Miro, no Rio. Para estes sempre haverá votos na grande cidade das grandes misérias. O voto decisivo foi o voto pela mudança decisiva.

O que nos devolve ao começo desta história. Se nos próximos quatro anos, de preferência nos próximos dois, o MDB não pôr em prática uma organizada atuação visando acabar com o regime ditatorial, haverá uma cobrança elevada nas eleições seguintes. Cobrança que pode assumir muitas formas, inclusive a forma de seu afastamento político por parte da própria população. Ora, o MDB não está nem preparado, nem se preparando para algo tão sério quanto o que está sendo pedido. Nem os interesses específicos dos grupos que poderiam ser majoritários dentro do partido, levariam naturalmente a uma atuação desse tipo. E, principalmente, o parlamento não foi feito para que nele se obtivessem coisas tão sérias assim. E como ficamos então? Ficamos que é preciso aproveitar o reencontro do povo com lideranças combativas tão salutarmente proporcionado pela campanha eleitoral e não desgrudar mais. Entrar de sola no MDB, para tentar quebrar o poder interno do partido, a serviço dos inativos e pensionistas do antigo PSD, tentar colocar o partido na trajetória de colisão com o regime; e, calçar por fora com a sustentação da mobilização popular. É isso aí que o povo pediu. E não a presidência de seis comissões no Senado em vez de cinco. O povo ainda quer o MDB como ariete, aquela peça que a gente arremessa contra a fortaleza, arrebentando com fortaleza e peça ao mesmo tempo. Se for para não arrebentar nada, o MDB é inútil. E se rachar antes do tempo, não serve de ariete.

Coisas de mulher

Maria Moraes

DIU, de grande eficácia e pequenos riscos, pode vir a ser proibido no País, se depender do senador Gilvan Rocha. Diversos grupos de mulheres prometem travar uma luta contra uma proibição que consideram absurda.

Toda sociedade pratica algum tipo de «política demográfica», seja ela explicitada em termos de uma política oficial de controle ou incentivo à natalidade, esteja ela contida implicitamente no modo através do qual os bens e serviços são produzidos e distribuídos. Assim, a proibição de anticoncepcionais ou do aborto corresponde a medidas explícitas de interdição do controle de natalidade. Mas nem por isto tal proibição pode ser considerada explicitamente como uma «política natalista». Pois se no país em questão a apropriação desigual da riqueza leva à miséria, com todas suas consequências (desnutrição, ignorância, pequena esperança de vida, etc.), pratica-se de fato uma política de controle demográfico, mesmo que a contracepção esteja legalmente proibida.

«No Brasil, morrem anualmente 280 mil crianças antes de completar um ano de vida,

sem se contar os 12 milhões de crianças, entre dois e seis anos, portadores de diversas doenças provenientes da desnutrição», afirmou o ex-ministro da saúde, Mário Machado e que «as crianças que falecem anualmente em São Paulo antes de completar um ano de vida dariam uma fileira de sepulturas de São Paulo a São Vicente, com o espaço de um metro entre os túmulos. Se idêntica mortalidade ocorresse entre os bezerros, a pecuária seria fatalmente conduzida à falência. Trata-se de hecatombe permanente e, por isso mesmo, maior e mais prejudicial do que a produzida pelas guerras. E quase ninguém percebe, pois os óbitos dispersos na comunidade ocorrem silenciosamente, sem o ruído das metralhadoras e canhões» (Folha de S. Paulo, 21/7/77).

Este é o país de enormes e variados problemas. Da subnutrição ao desemprego, do arbítrio policial às péssimas

condições de moradia. Enfim, basta olhar para o cotidiano da esmagadora maioria da população.

Ora, dentro deste conjunto de problemas as mulheres enfrentam algumas agruras muito especiais. Por exemplo, a questão da contracepção. Porque, não obstante o fato inegável de que a gravidez supõe um casal de parceiros (deixemos de lado o bebê de proveta), as consequências do ato genital recaem, invariavelmente sobre os ombros da mulher. E o mesmo se passa no tocante às precauções anticoncepcionais.

E não é que o senador Gilvan Rocha, do MDB, com tantos projetos para propor, das as inúmeras carências de que padece a população, vem se notabilizar pelo projeto de lei que promete apresentar ao Legislativo no sentido de proibir a utilização e comercialização do DIU (1), com severas penas aos infratores! Enquanto isso, como anda a estabilidade provisória à empregada gestante? E o cumprimento da lei que garante creches nos estabelecimentos em que trabalham pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos.

Ao mesmo tempo, o governo promove a distribuição maciça de pílulas (comprovadamente de maiores riscos para a saúde da mulher) após a proibição da importação de uns dos anticoncepcionais que oferece menores problemas: o diafragma. Ademais, as nossas autoridades se dizem preocupadas com aquilo que denominam de «gravidez de alto risco» (mulheres com hipertensão crônica, toxemias ou diabetes graves, etc), esquecendo-se que, na prática «toda gravidez de mulher pobre é gravidez de alto risco», como bem observou o ex-ministro da saúde Mario Machado.

Os dados da pesquisa (2) coordenada pela obstetra Albertina Takeuti, do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, comprovam que «em São Paulo, 54% das mulheres morrem por problemas ligados à gestação, parto e puerpério (dieta)». E a grande tragédia, comenta Albertina Takeuti, «é que a maior parte dessas mortes pode ser evitada pois não apenas o número insuficiente de consultas e exame, mas também as circunstâncias em que ocorre o

parto e a falta de condições para o seguimento da dieta contribuem grandemente para esta dramática situação».

O Carnaval da Globo

É este o momento que a rede Globo escolhe para entrar na jogada sensacionalista de denunciar anticoncepcionais e o aborto, através de imagens de mulheres loiras, saudáveis e sem problemas financeiros que dão à luz crianças com as mesmas características maternas. Estas mães de padrão norte-americano são apontadas como heroínas; enquanto as mulheres que não podem ou não querem ter filhos são chamadas, nos enxaropados sermões lidos por Sergio Chapelin (espécie de porta-voz da mediocridade pseudo cultivada que impera no Fantástico), de assassinas.

Tudo se passa como no reino encantado da prosperidade e da paz algumas mulheres, perversas como as bruxas do faz-de-conta, resolvem abortar ou evitar filhos por «métodos aléticos como o Diu» (no dizer do senador Gilvan Rocha). Enfim, com todas as condições para levar adiante uma magnífica gravidez - pois todas têm casas confortáveis, gozam de estabilidade no emprego, dispõem de uma rede de creche e de postos de saúde, etc. - estas malvadas e desumanas mulheres recusam-se a desfrutar de uma gravidez. E quem falar dos milhões de menores abandonados e outros «detalhes» do estilo será chamado de subversivo, pois no reino do Fantástico a verdade é muito relativa...

Sorte do Gilvan Rocha e outros médicos (e homens) que lhe são solidários por nunca terem de experimentar uma gravidez indesejada. E azar seu se as mulheres, nas próximas eleições, se lembrarem do seu projeto de lei.

O direito à escolha

«Como presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana não diria se apoio ou não o programa do Governo sobre o planejamento familiar. Mas na condição pessoal de especialista, digo que o tema tem muito a ver com o que



DOUT BICALHO

chamamos de Paternidade Consciente, ou seja, o direito de todo ser humano de ter o número de filhos que deseja» (professor Milton Nakamura, da PUC de Campinas - Jornal do Brasil, 3/9/77).

Em que condições o indivíduo pode realmente optar? Em outras palavras, quais as circunstâncias em que podemos escolher o tamanho de nossa prole? E a proibição de anticoncepcionais e do aborto é mais «humana» do que sua permissão?

O acesso à contracepção corresponde a uma grande conquista feminina. Somente quando sua fertilidade pode ser controlada a mulher garante, de fato, a separação entre sexualidade e reprodução biológica. Por outro lado, o exercício do domínio sobre o próprio

corpo só pode se colocar como opção quando a mulher não encontra barreiras - econômicas, sociais ou políticas - para sua escolha entre gerar ou não uma criança. Mais ainda, esta opção refletirá - naqueles casos em que ela puder realmente se processar - as próprias perspectivas do indivíduo em relação ao mundo em que vive.

1. DIU (Dispositivo intra-uterino) é um dispositivo muito leve e pequeno, em matéria plástica ou metal, colocado no interior da cavidade uterina. Sua eficácia é comparável à da pílula (95%), sem apresentar os mesmos inconvenientes.

2. Em 49 maternidades e acompanhando o caso de quase 800 mulheres na capital paulista, em 1975.

Qual a melhor opção?

Se as estatísticas americanas não forem deficientes pode-se concluir, como fez Barbara Seaman no livro «Livre e Feminina» (1972), que o destino de 100 mil mulheres norte-americanas durante um ano de atividade sexual frequente, variaria em torno de sete tipos de consequências conforme as seguintes opções:

1º - Se não tomassem nenhuma precaução anticoncepcional, 40 a 60 mil engravidariam e, destas, 8 a 12 morreriam em consequência de complicações associadas à gravidez, ao parto e ao puerpério (dieta).

2º - Se nenhuma usasse anticoncepcionais e se as que engravidassem sofressem abortos clandestinos, 100 delas morreriam de infecção, hemorragia e outras causas relacionadas com o aborto.

3º - Se nenhuma usasse anticoncepcionais e se as que engravidassem viessem a sofrer aborto em hospital, apenas 3 morreriam.

4º - Se todas tomassem pílula, haveria 3 óbitos causados pelo anticoncepcional e umas 50 hospitalizações por acidentes cardiovasculares não fatais.

5º - Se todas usassem anticoncepcionais de uso local, como o diafragma ou o condom, haveria 2,5 óbitos decorrentes de gravidez, parto e puerpério daquelas que engravidassem apesar das precauções.

6º - Se as mulheres usassem anticoncepcionais locais e praticassem aborto clandestino quando as precauções falhassem, haveria 14,3 mortes.

7º - Se as mulheres usassem anticoncepcionais locais e praticassem aborto em hospital quando as precauções falhassem, haveria apenas 0,4 óbitos.

(Folha de São Paulo, 21/8/77)

Os leitores concluirão, portanto, que a melhor hipótese para a segurança pessoal da mulher é a de nº 7. E é por isto que vem sendo adotada em um crescente número de países. Quaisquer outros argumentos poderão dizer respeito a preceitos religiosos e «éticos» mas, na verdade não poderão utilizar a saúde da mulher como argumento.

A carta dos direitos da mulher

Elaborada em setembro de 1978 por vários grupos e por mulheres feministas (1), vincula a questão anticoncepcional a uma política geral de saúde, reivindicando:

• que o Governo coloque à disposição do homem e da mulher serviços de atendimento médico e orientação familiar gratuitos e adequados durante todas as fases de sua vida;

• que o planejamento familiar seja encarado sempre como uma das medidas destinadas a melhorar a qualidade de vida e não como substitutivo das transformações econômicas e sociais que devem ser empreendidas pelo Estado para assegurar o bem estar da população, ou seja, condições adequadas de habitação, saúde, alimentação, educação, saneamento, etc;

• que o atual Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco, imposto pelo Governo à população brasileira, seja imediatamente revisto por comissões especialmente formadas (incluindo representantes de grupos feministas organizados), por significar uma grave ameaça à saúde da mulher brasileira, na medida em que se baseia na ampla distribuição de pílulas anticoncepcionais sem garantia de acompanhamento médico;

• assistência médica adequada a todas as mulheres no período pré-natal e durante o processo de parto, independente de sua condição socioeconômica ou filiação previdenciária;

• acesso à informação e métodos anticoncepcionais dentro do programa de acompanhamento médico, conforme a opção da mulher;

• incentivo à fabricação nacional de dispositivos intrauterinos e diafragmas como métodos anticoncepcionais alternativos;

• incentivo à pesquisa de melhores métodos anticoncepcionais para homens e mulheres;

• abolição da legislação repressiva com relação ao aborto, que deve ser encarado como último recurso face a uma gravidez não desejada;

• proteção médica às mulheres que recorrem ao aborto.

(1) Associação e Jornal Nós Mulheres; Jornal Brasil Mulher; Associação das Mulheres; Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira; Grupo de Mulheres da Zona Norte; Carmen Barroso; M. Cristina Bruschini, Cristina Mucci, Ruth Cardoso, Tereza Caldeira e outras.

RESENHA

Arakcy Martins Rodrigues



OPERÁRIO, OPERÁRIA

OPERÁRIO, OPERÁRIA

Olgária Chain Fêres Matos

Pesquisar é preciso - mas algo mais além de um lápis na mão e números na cabeça.

«O proletariado é uma classe que tem cadeias radicais (...). É uma esfera da sociedade que tem caráter universal devido ao seu sofrimento universal e que não reclama nenhum direito em especial porque não lhe é infligida nenhuma justiça em especial, mas antes, uma injustiça ilimitada.» (Marx)

Operário. Operária. procura uma aproximação do universo operário (operariado industrial) não segundo métodos quantitativos - que perdem o essencial ao rechaçar o que não pode ser medido - mas, considerando como constitutivas da pesquisa as situações emocionais que se estabelecem entre o entrevistador e o entrevistado, bem como as disposições inconscientes que se revelam nas conversas e no tom em que as coisas são narradas: «o pesquisador social (diz Arakcy Martins Rodrigues) na maioria das vezes se limita à redação de um bom questionário. O trabalho de campo é, geralmente, a parte menos cuidada de uma pesquisa». A autora enriquece suas pesquisas ao não perder de vista os problemas suscitados na utilização de técnicas de pesquisa e de discussão em grupo: muitas vezes estas técnicas manifestam um descompasso entre o dogmatismo de opiniões de pessoas em grupo (condenação do divórcio, da família moderna, etc.) e sua flexibilidade quando em entrevista individual. Este fenômeno é o que merece ser compreendido: «a situação de grupo mobiliza defesas contra as ansiedades psicóticas, em outras palavras, contra a desintegração, que se traduzem na

rigidez das proposições assumidas. Esta postura é predominantemente regida pela estrutura conjuntural do grupo e muito pouco leva a inferir acerca das posições mais comumente adotadas pelas pessoas». Outra questão a não ser minimizada é a atitude puramente normativa do entrevistado, quando, em um questionário opinativo, escolhe a mesma alternativa como resposta a questões que se contradizem (segundo a autora, se deve à tendência (sobrejuda nas classes mais despossuídas) a dar uma resposta considerada de «alto nível» para se legitimar diante do entrevistador «erudito». Deste modo, os testes «normais» mediriam muito pouco.

Assim, a originalidade do livro se encontra no dimensionamento do quadro afetivo das situações de entrevista, tanto ao considerar «os inúmeros temores e fantasias» que se manifestam naqueles que são solicitados a realizar um discurso autobiográfico, quanto ao apontar os mecanismos de defesa que atuam no «trabalho emocional do esquecimento»: os lapsos de memória são o anteparo à rememoração das condições dolorosas de vida. Além disso, em diversos casos o abatimento se apodera do entrevistado, dando aparecimento a sentimentos de culpa, em particular em operários semi-qualificados, para os quais estudar ou se especializar são ânsias aflitivas. Quanto às operárias, apresentam mais um «sistema de queixas»: «muitas choram durante a entrevista, em alguns casos desde que ouvem a palavra vida». Toda vida passada ou presente está car-

regada de intensos sofrimentos e desgraças, apesar de sentirem sua história pessoal acontecendo pela mediação de outra pessoa - sobretudo o marido, que desempenha o papel de «princípio de realidade» feminino - dado que na maior parte dos casos é ele que traz o dinheiro para o sustento.

Operário, Operária faz, ainda, transparecer as razões da «docilidade feminina no trabalho» (diretamente vinculada à situação de inferioridade a que está submetido o trabalho doméstico), bem como o caráter «independente» do operário, já que se sente o autor de sua própria vida.

O tônus deste trabalho não se perde em nenhum instante, pois a cada passo, enfrenta situações de forte apelo emocional que se estabelecem entre o entrevistador e o entrevistado: a ideia fixa do dinheiro e a iminência de grandes privações. Ao se tratar das condições de moradia, uma forte angústia se instala - a consciência operária de suas péssimas condições de existência se alia a um desejo (irrealizável) de mudança - as pessoas que devem mudar de casa sonham com um mínimo de melhora enquanto, na realidade, se encaminham para uma degradação ainda maior, dado que, a mudança se coloca pela impossibilidade de custear o aumento de aluguel.

Alguns depoimentos: «Será que não tem um filho de Deus que vê isso aqui, a gente sofrendo nessa miséria desse lugar aqui?»

«Eu tenho levado pão e chá (para o trabalho) porque não dá prá levar marmitta».



coleção ensaio e memória 11

COPA ECOZINHA



OURO VERDE



«Não podemos esquecer que floresta é um negócio rentável» — a frase, do sr. Paulo Berutti, presidente do Instituto Brasileiro de Desmatamento Florestal (impropriamente chamado de Desenvolvimento Florestal), não é uma descoberta, mas possui uma ilustre tradição. Da mesma forma, a propalada exploração da madeira da Amazônia via contratos de risco apenas continuaria a tradição predatória formada durante o período colonial. O exemplo mais óbvio é o do pau-brasil; dele, hoje, só resta o nome do País. Mas há outros exemplos ilustres. Houve tempo em que as exportações de açúcar da colônia para a metrópole portuguesa deviam ser feitas em caixotes de jacarandá da Bahia, o que lembra aquela piada do sujeito que contrabandeava carniños de mão através da fronteira.

No início deste século a construção da ferrovia, através do sertão de Santa Catarina implicou na concessão, para a companhia britânica encarregada, da exploração das riquezas naturais numa faixa de nove quilômetros para cada lado dos trilhos. O fato, além de implicar no deslocamento de vários colonos, e por isso ter contribuído para a formação dos contingentes de

camponeses mais tarde aniquilados na Guerra do Contestado, marcou o começo do aniquilamento das florestas de araucária, ou pinheiro do Paraná, uma das madeiras mais nobres que havia nesta terra. O sistema predatório, era geral; há quem diga que foi o ouro de Minas Gerais, utilizado por Portugal para equilibrar a sua balança de pagamentos, no século XVIII, que financiou a Revolução Francesa. O certo é que mais tarde, D. João VI, enquanto esteve no Brasil, instalou um monetarismo tosco recunhando moedas, de modo a diminuir a percentagem de metal nobre no meio circulante brasileiro. Quando a família real se retirou do Rio de Janeiro, não havia mais ouro circulando no Brasil (ao que parece nem prata): fora tudo parar nos bancos ingleses com quem Portugal se endividara até o pescoço. Estava proclamada a inflação, diria o samba do crioulo doido, se tratasse de economia.

A verdade, portanto, é que o plano do IBDF apenas joga no atacado aquilo que tivéramos em cinco séculos de varejo deslavado. Resta saber o que o madeirame da Amazônia poderá financiar desta vez. A Guarda Nacional da Nicarágua, quem sabe.

FA



Há alguns anos atrás o nu estava proibido no teatro nacional «sério». Só podia (e me recorde de Ítala Nandi tendo de enfrentar esse «édito real») se entre o ator ou atriz e o público se estendesse um púdicu véu semitransparente, semiopaco, jogo de esconde esconde com que a Censura Federal terminava por transformar em pornografia estilo revista de fotos qualquer tentativa de expor, no palco, o corpo humano como ele é. Muita coisa mudou, neste País, apesar do torniquete a que estamos submetidos há quase quinze anos (em vésperas, portanto, de debutar). Hoje o nu já pode, ainda que com algumas discreções; e há dois espetáculos, agora em exibição em São Paulo, de que o nu faz parte intrínseca do enredo dramático. Um é

Macunaima, baseado no romance-rapsódia homônimo de Mário de Andrade e em exibição no Teatro São Pedro; o outro é **Trate-me Leão**, do grupo carioca **Asdrúbal Trouxe o Trombone**, em exibição no Teatro das Nações.

Os dois espetáculos têm estruturas, propósitos e ambições muito diferentes. Mas ambos retratam mitos — ou elementos míticos — da nossa realidade. **Macunaima**, nas águas mesmo de Mário de Andrade, busca a reconstituição de uma cosmogonia abasileirada (as várias personagens que morrem vão para o céu e viram estrelas ou constelações inteiras, inclusive o protagonista) e mede a sua capacidade de resistência diante da ferocidade do processo de colonização/urbanização e posterior industrial-

ização. É uma peça admirável, pois durante quatro horas e meia sustenta a atenção do espectador com pouco mais do que o corpo dos atores, algumas folhas de jornal e uns poucos objetos dispersos que fazem o cenário. Neste sentido a peça segue a lição do diretor polonês Grotowski, segundo a qual a verdadeira riqueza do teatro está no corpo dos atores e na pobreza de meios, por oposição à parafernália de recursos da moderna industrialização massificante da cultura. A nudez, em cena, é um elemento funcional: a nudez inocente ou erótica dos índios, ou a nudez natural das personagens lendárias, como a Uíara, contrasta violentamente com a nudez morta das estátuas do jardim de Venceslau Pietro Pietra, rico industrial e vilão caricatural da peça.

Trate-me Leão busca a representação de um outro mito — o da juventude. A peça retrata, ao que parece, uma aventura autobiográfica do próprio grupo que a representa. Divide-se em duas partes: de quatro episódios autônomos cada uma. Na primeira parte, os episódios recompõem a realidade coisificada de nossa paisagem urbana: as personagens buscam relacionar-se com autenticidade, mas só conseguem chegar a caricaturas de relação, na escola, no trabalho, na rua, na festinha ou «no barato». A segunda parte representa o reencontro desta autenticidade, balizada por uma «volta» à natureza e por uma «volta» ao sentido original do teatro, que seria o de propiciar uma espécie de encontro/catar-se da «fera»

não corrompida pela (por essa) civilização de objetos e não de pessoas. Neste contexto a nudez — capitalizada numa cena em que todos os atores se desvestem ao mesmo tempo, numa hipotética barraca no mato — é central na peça: ela simboliza o encontro com a «fera», e a recuperação do sentido original da representação teatral. Ela não é «funcional», no sentido exposto em **Macunaima**, mas é uma descoberta: vale por si só, no sentido de que o que se reforça ali é a capacidade, ou possibilidade, dos atores/personagens se «desvestirem».

Trate-me Leão é ainda uma peça «admirada» com o que descobriu: a possibilidade de representar o mito da juventude no palco, com tudo o que ele tem de novo, de fragmentado e também de passageiro.

Falta um pouco de juízo crítico, especialmente na primeira parte, cujos dois últimos episódios são longos demais e um pouco confusos no seu enredo. Há quem diga que isso é funcional na medida em que cria um clima adequado para a «liberação» e melhoria de qualidade da segunda parte. No meu entender isso não convence: o cansaço é um elemento dispersivo, e na verdade essas partes são cansativas porque são redundantes em relação às outras (repetem temas melhor tratados anteriormente).

Nenhum dos episódios se resume a problemas de «nudez». Mas a sua conquista, pelo palco, é coisa séria e importante demais para ficar sem registro. Não vamos brincar com isso. Ou por outra, vamos.

FA

PSICOLOGIA ATUAL



Agora que Júlia parece estar entrando em seu período de reabilitação, foi possível perceber algumas coisas sobre o que essa personagem havia representado nos últimos dois ou três meses. O que irritava muita gente não era o fato de que as condições sociais que Júlia sintetizava no início da **Dancin'Days** houvessem desaparecido por encanto. É verdade que isso aconteceu: os problemas de desemprego, discriminação, sentimentos de inferioridade e marginalização que a ex-presidiária sofria, agravados pelo fato de ela ser mulher (aliás, onde foi parar todo o discurso feminista do início da novela?) terminaram de repente quando ela se valeu justamente desse último atributo — o de ser mulher — para conquistar a grana de Ubirajara. Mas, o que desagradou grande parte do público foi que nesse momento a personagem de Sonia Braga tornou-se totalmente amoral, comprando seu lugar na sociedade com a própria beleza e o dinheiro do outro. E evidenciando demais, em suas atitudes e em seu discurso, o que estava fazendo.

Talvez se Júlia houvesse sofrido como Cinderela até o fim e viesse mais tarde a conquistar o prestígio de agora através de um casamento «de amor» (o que mais cedo ou mais tarde deve acontecer) ninguém achasse ruim. O caso é que ela foi cinica o tempo todo. Um cinismo que é a resultante no limite da mistura entre a fachada de liberalismo que a indústria cultural ostenta para vender seus produtos e o moralismo intrínseco, defensor da ordem e do bom comportamento, que ela não pode ultrapassar, a não ser em breves aparências. Portanto, se Júlia por um lado deveria lutar pelos seus direitos e pela sua felicidade (e, em se tratando de uma novela de «vanguarda» dentro dos padrões da tevê brasileira, lutar de uma forma original, anti-cinderelismos) por outro lado sua batalha nunca poderia se dar de forma a denunciar ou ameaçar a estrutura social e/ou as ideologias que a justificam. Restou-lhe esta saída clássica e individual, mas sempre maldita por não conseguir ocultar totalmente as relações que a produzem: a prostituição. Uma prostituição requintada, charmosa, mas nem por isso. Daí o cinismo dessa personagem mais amoral que a televisão já produziu. Não é que o cinismo seja uma virtude — mas em vez de nos chocarmos com ele, talvez seja melhor tentar entender o que está ostentando.

MRK



VARIAÇÕES SOBRE O NU



SEM DORA NEM MUNDO

Doramundo, de João Batista de Andrade, é um filme ruim. Infelizmente, e apesar das ótimas intenções. É ruim porque não soube armar-se de modo convincente, do ponto de vista ficcional, desperdiçando um argumento excepcional. Este argumento pode ser descrito mais ou menos da seguinte maneira: numa pequena cidade do interior paulista, à beira da serra e à beira da ferrovia por onde se escoam as «riquezas nacionais» para o porto, há uma série de crimes (primeiro vistos como «acidentes») misteriosos. A violência faz parte do cotidiano da cidadezinha. Que meios as autoridades locais dispõem para elucidar os crimes? Os meios do Estado Novo (os policiais do Estado Novo) e da companhia inglesa proprietária da ferrovia: estes meios produzem o inevitável; ao invés de combater, institucionalizam a violência. Com tal óleo na fogueira, a violência se alastra para todos os lados, destruindo as relações de amizade, fazendo com que os próprios trabalhadores da ferrovia destruam a solidariedade — única arma de que dispunham contra os policiais da capital e contra os espíões da direção da ferrovia. Nesse carnaval de violência destrói-se também a relação entre Dora — mulher de um dos ferroviários líderes da cidade — e Raimundo, outro ferroviário-chave. Raimundo morre assassinado; a cidade silencia seus crimes e silencia também a sua voz, dominada pela roda infernal da modernização capitalista. Este argumento belíssimo fica fragmentado na estrutura do filme. Este se arma rigidamente dividido em duas partes: na primeira, estuda-se a intervenção do Estado Novo; na

segunda, a intervenção da direção da ferrovia e o final da relação entre Dora e Raimundo. A relação entre ambos fica perdida, transforma-se num acontecimento quase episódico no cenário, quando, de acordo com o título do filme, deveria ser um acontecimento central de toda a trama, para onde convergiriam todas as linhas narrativas secundárias. Mesmo nestas linhas narrativas secundárias o tratamento ficcional não é bom. Veja-se, como exemplo, o episódio da substituição de delegados na cidade. Como o delegado antigo, Flores (Fernando Peixoto) não consegue solucionar os crimes, a ferrovia providencia a vinda de um delegado de São Paulo, Guizot (Armando Bogus), que faz meia cidade passar pelo crivo da tortura. A substituição de um pelo outro resume-se numa frase de Guizot: «você ficou tempo demais aqui nesta cidade; mas vamos dar um jeito nisso» — e pronto, o delegado Flores some de cena. Ora, uma «despedida» merece uma curta cena cinematográfica, uma cena de adeus, uma conversa esclarecedora, um confronto a portas fechadas, algo que dê, para o espectador, a medida do impacto dramático que ela terá na vida da cidade dali para frente, através das reações das personagens envolvidas. Nada disso. O delegado antigo simplesmente some do mapa, quer dizer, da tela. De erros desse tipo é que **Doramundo** se fez um filme confuso, que desagradava tanto ao espectador que deseja distrair-se com uma novela policial quanto o que deseja ver ali a reconstituição de uma época histórica, ou ambas as coisas.

FA



ABSOLUTISMO DIVINO

«As autoridades são constituídas por Deus, conforme está escrito nos livros sagrados»
Palavras de Luíz XIV, o rei sol, que afirmava receber suas autoridades diretamente de Deus?
Nada disso. Trata-se de Fausto Rocha, o arenista mais votado para a Assembléia Legislativa de S. Paulo, que declarou (segundo o Estadão), que o mandato não lhe foi conferido pelos eleitores, mas pela vontade divina, da qual «os eleitores não passam de instrumento».
Pelas suas idéias, parece que a maciça votação de Fausto Rocha foi mesmo um verdadeiro milagre. Não esqueça de rezar a São Falcão, seu Fausto (G.M.)

VARIAÇÕES SOBRE O NU



Inflação à brasileira

Guido Mantega

Inflação: catástrofe ou salvação da economia brasileira? O debate levantado pela reedição de Ignácio Rangel.

Neste Natal, o ministro da Fazenda resolveu presentear a população com um belo pacote de restrições creditícias. É que a inflação ameaça, mais uma vez, ultrapassar a elevada marca dos 40% (indicada nos modestos índices oficiais), como vem ocorrendo nestes últimos 4 anos, numa época do ano em que os Eldorados costumam aproveitar os embalos natalícios para majorar ainda mais os seus preços.

Deixando de lado a possibilidade ou não de aplicação das anunciadas restrições, pois, já estão esbarrando na eficaz resistência da chamada classe empresarial, vale a pena aproveitar para refletir a respeito dos velhos antídotos inflacionários do monetarismo que, nestes últimos anos, têm sido ministrados pelo dr. Simonsen, destacável membro do monetarismo caboclo (1). E a ocasião torna-se ainda mais propícia em face da reedição, pela terceira vez, de *A Inflação Brasileira* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1978), de Ignácio Rangel, justamente uma crítica contundente à política econômica monetarista.

Mesmo pouco conhecido das novas fornadas de pensadores, Rangel desenvolveu idéias cuja influência se faz presente no pensamento de autores como Maria da Conceição Tavares ou Francisco de Oliveira. E o seu mérito não se resumiu à apreciável tarefa, de reduzir os Eugênio Gudin e Cia, a sua minúscula dimensão, mas consistiu numa interpretação revolucionária da inflação, que se distinguiu das incipientes análises estruturalistas e mesmo das da esquerda.

Rangel balançou o coreto quando, em 1963 (1ª edição do livro) lançou a idéia de que a inflação era um benefício e mesmo uma necessidade para a sustentação do crescimento de países atrasados como o Brasil, e não um sério empecilho para o desenvolvimento, como acreditavam gregos e troianos. Estes achavam que havia um excesso de demanda em relação a uma oferta insuficiente de mercadorias por trás do processo de alta de preços, enquanto Rangel apontava justamente uma excessiva oferta de mercadorias provocando o processo inflacionário.

A Inflação como arma do subdesenvolvimento

Ignácio Rangel superou de longe a mera descrição do funcionamento da economia brasileira dos anos 50 e dos primórdios da década seguinte, ao elaborar uma espécie de teoria da inflação dos países subdesenvolvidos. Segundo ele, um dos maiores problemas para o desenvolvimento nacional consistia na alta taxa de exploração dos trabalhadores, que deprimia a principal fonte de consumo de mercadorias: o poder aquisitivo dos assalariados. Por falta de compradores, o sistema estaria constantemente às voltas com uma certa capacidade ociosa e uma falta de incentivo à expansão. Mas, a existência de um processo inflacionário ameaçava corroer o dinheiro parado na mão dos capitalistas. E, naquela época, os bancos pagavam juros negativos (abaixo da inflação), mesmo para os aplicadores de maior vulto. Logo, não havia outra saída senão a de aplicar esse dinheiro em imóveis, investimentos produtivos e outras formas de pô-lo a salvo da corrosão inflacionária.

Assim, a inflação tornava-se a tábua de salvação do desenvolvimento, uma vez que acabava incentivando novos investimentos,

provocando uma elevação da Renda Nacional e elevando o nível da demanda. Ela servia para exorcizar o fantasma da recessão. Toda vez que a capacidade ociosa apertava, a excitação dos preços era suficiente para seduzir os capitalistas a investir os seus sobrelucros em lugar seguro.

Mas, de onde provinha a alta taxa de exploração e porque havia uma constante elevação dos preços?

O latifúndio feudal e a alta taxa de exploração

Para Rangel, a estrutura agrária brasileira, feudal e atrasada, não possuía as condições para absorver o alto índice de natalidade da população rural, e liberava enormes contingentes de trabalhadores que iam para as zonas urbanas engrossar o exército industrial de reserva. Esse excesso de força de trabalho produzia um efeito depressivo nos salários que perdurava, de forma atenuada, mesmo após o estabelecimento de um piso salarial (salário mínimo), legislação sindical — corporativista de Getúlio Vargas.

Diante desse mercado de baixo poder aquisitivo, as empresas monopolizadoras dos gêneros de 1ª necessidade compensavam as parcas possibilidades de expansão elevando os preços de seus produtos e aproveitando assim, o fato de serem indispensáveis. Ao destinar uma parcela maior de seu salário aos gêneros de 1ª necessidade, os trabalhadores tinham de sacrificar os bens menos necessários ou «supérfluos» como vestuário, habitação, ou eletrodomésticos.

Acontece que as empresas de «supérfluos» também são monopólios com o mesmo poder econômico de seus colegas de bens essenciais e não tinham porque ficar atrás na elevação dos preços. Porém inicialmente financeiras e estas o Governo para desembolsar mais crédito para vender suas mercadorias ou financiar seus estoques.

Nessas condições, o Governo teria duas alternativas: deixar a vaca ir para o brejo, ignorando as pressões por maiores créditos, ou botar a máquina de fazer dinheiro para funcionar. A elevação dos preços, numa economia capitalista, torna a massa de dinheiro em circulação insuficiente para negociar o volume de mercadorias existentes nas mãos dos produtores. Nesse caso, o Governo tem de correr atrás da elevação dos preços, fornecendo uma maior quantidade de meio circulante, completando, assim o dinheiro que falta para a comercialização de todas as mercadorias. Caso isso não ocorra, haverá uma redução do nível da demanda e uma diminuição das taxas de crescimento.

Usualmente, o Governo emite, isto é, coloca mais dinheiro em circulação. Então, a causa principal da inflação é o poder de monopólio das grandes empresas, que elevam constantemente os preços (num contexto de baixa capacidade do mercado consumidor), e obrigam às autoridades monetárias a lhes fornecer mais crédito e a emitir. Mas, para os monetaristas a coisa se daria ao inverso. Em primeiro lugar, o mercado consumidor não seria deficiente. Além disso, os preços subiriam devido à abundância de crédito e de dinheiro, uma vez que isso estimula as pessoas a gastar.

Então, quando o Governo emite, a fim de cobrir seus déficits, estaria provocando uma elevação da disponibilidade de dinheiro em poder do público e das empresas, criando, portanto,

um poder aquisitivo maior do que a disponibilidade de mercadorias. Quando os consumidores disputam as mercadorias, os preços sobem. Logo, a melhor maneira de impedir a elevação dos preços seria fechando as válvulas do crédito e diminuindo a emissão.

Infelizmente, este curto espaço exige uma simplificação tanto da explicação monetarista, quanto dos ricos argumentos de Rangel, e nos impede de explicar algumas discordâncias com esse brilhante economista no tocante a questões como a da deficiência crônica do mercado consumidor brasileiro, para escapar ao risco de nos desviarmos do propósito de discutir as práticas monetaristas recentes.

Simonsen e a inflação pós 1974

Desde que assumiu a pasta da fazenda, o Min. Simonsen vem quebrando lanças contra moinhos de vento com suas táticas anti-inflacionárias. A cada dose de contração de crédito (o remédio preferido dos monetaristas), segue-se uma onda de indisciplina nos preços, saindo o tiro pela culatra. Parece que os quase cinco anos de tentativas frustradas foram insuficientes para testar a inoperância dessas técnicas. E o regime até aprendeu a conviver com 40% de inflação ao ano, mantendo margens de lucro razoáveis, se bem que modestas em relação aos lucros nababescos do «milagre».

Até agora, não se sabe se a maior dificuldade da tecnocracia é apontar as causas da inflação ou divulgá-las. Com isso, as explicações oficiais continuam sendo casuísticas, oscilando entre causas «externas», como a crise do petróleo em 1973, ou atribuindo-a, à alta de preços de produtos de menor importância, como insossas hortaliças tipo chuchu, pepino, etc. Curiosamente, nenhum deles se lembra de falar nos potentes monopólios industriais e financeiros que controlam a economia brasileira e possuem amplo poder de manipulação dos preços, ante aos decorativos órgãos governamentais de controle de preços como Conselho Interministerial de Preços (CIP) ou a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

O fato é que a partir de 1974, a acumulação de capital começou a perder o seu ímpeto, especialmente à medida em que o Estado foi esgotando seus recursos para transferir aos oligopólios que passaram a reduzir seus investimentos para ver o que ia acontecer. Estes começaram a jogar os seus lucros no mercado financeiro, que possibilitava ampla margem de especulação. Daí para a frente, os «lucros não operacionais» (lucros da especulação financeira no open-market, over-night etc.), passaram a ganhar terreno nos balanços das empresas em relação aos lucros operacionais, enquanto o sistema financeiro ia se tornando uma mina de ouro para o capitalismo caboclo.

A especulação financeira: a nova mina de ouro.

A liberalidade e o favoritismo governamental em relação ao sistema financeiro, tem estimulado a especulação e redundado em lucros faraônicos para os bancos e similares, que tem obtido taxas de lucratividade até superiores a 100% ao ano. Isso, naturalmente, eleva o custo do dinheiro financiado e o custo das empresas que o utilizam. Estas, por sua vez, incluem es-

ses custos nos seus preços, e a batata quente acaba ficando nas mãos dos consumidores.

Nas condições atuais, a inflação não tem incentivado os investimentos na produção ou as imobilizações, graças às excelentes oportunidades de especulação financeira (com juros bem acima da inflação, para os aplicadores de grosso calibre), inexistentes no período analisado por Ignácio Rangel. Assim, toda a vez que o Governo enxuga o crédito, com a pretensão de controlar os preços, consegue, no máximo, elevar a taxa de juros, aumentando os custos do sistema econômico. E as empresas oligopolistas, chegam até a elevar os seus preços, para compensar alguma eventual diminuição das vendas.

Além disso, as restrições creditícias costumam ser burladas. Para ficar nos exemplos mais conhecidos, o financiamento de automóveis pode ser feito, oficialmente, para um máximo de 24 meses. Porém, certas financeiras dão um jeito de espichá-lo para 48 meses, repetindo dois financiamentos sobre um mesmo carro.

Outro expediente frequentemente utilizado para contrabalançar os cortes financeiros, é a utilização mais rápida do dinheiro (aumento da velocidade de circulação da moeda), por meio do sistema de open-market. Assim se uma empresa tem um excedente de dinheiro por, digamos, uns dez dias, entrega-o a uma instituição financeira, que lhe paga juros de 6 a 7% ao mês, e por sua vez repassa esse cheque a uma segunda empresa, que o toma emprestado por 2 a 3 dias (pagando juros de 8 a 10% ao mês). Após 3 dias, a financeira já pode repassar o mesmo dinheiro a uma terceira empresa, a que também precisa dele por mais uns 2 ou 3 dias. E assim por diante, fazendo uma mesma soma de dinheiro passar por um batalhão de endividados.

O que dizer pois, do último pacote monetarista? Os efeitos são conhecidos e já começaram a aparecer: elevação dos custos financeiros, pressão das grandes empresas para garantir «o crédito» (e são sempre bem sucedidos), descoberta de formas de burlar as restrições, elevações dos preços dos monopólios, para compensar o aumento dos custos financeiros, e daí por diante.

Então o pacote anti-inflacionário corre o risco de aumentar as taxas de inflação e engordar ainda mais o sistema financeiro, que cobrar à juros mais elevados pelos empréstimos. Para não dizer que vai ser totalmente inócuo, o «pacotão» deverá atingir as pequenas e médias empresas que não têm acesso às manobras das grandes empresas e nem capacidade para sustentar prejuízos por muito tempo além, naturalmente, dos trabalhadores que vivem engulindo os sapos do monetarismo.

Nota

(1) O «cérebro» da escola monetarista está sediada em Chicago, onde costuma estar Milton Friedmann, um dos seus maiores expoentes. Friedmann notabilizou-se por ter recebido um nobel de economia e por ter fornecido ao General Pinochet uma receita para acabar com a inflação chilena (inflação ao molho pardo). No Brasil, os destaques dessa escola ficam com Eugênio Gudin, Octávio G. de Bulhões, Roberto Campos, além do atual Ministro da Fazenda.

TRABALHADORES APONTAM

“CRIME ORGANIZADO” DOS PATRÕES

A máfia empresarial funciona com demissões, ameaças, intimidações e circulação de listas negras com nomes dos operários que participam da luta sindical.

Terezinha Vicente Ferreira

«Os empresários sempre se organizaram livremente na defesa dos seus interesses. Já os trabalhadores encontraram sempre obstáculos de toda a ordem no desenvolvimento pleno de suas atividades. Nós, como os patrões, temos o direito de unir e lutar pelos nossos interesses. Por isso, não aceitamos o crime organizado contra a mobilização dos trabalhadores, nem tampouco a condenação ao desemprego e à miséria de todos os que militam nas lideranças do nosso movimento».

Esta afirmação faz parte de um documento firmado na madrugada da última quinta-feira, dia 14, por representantes de mais de vinte Sindicatos, seis Oposições Sindicais e algumas entidades como a Frente Nacional do Trabalho, Movimento do Custo de Vida, Ação Católica Operária, vindos de São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e decidiram lançar nacionalmente uma campanha pelo direito ao trabalho. Para tanto, e como primeira medida, divulgavam um manifesto denunciando a onda de demissões que vem ocorrendo nos últimos meses e decidindo, concretamente, a criação de um fundo de greve.

É a terceira reunião de um movimento que teve início a partir da última campanha salarial, dos metalúrgicos de São Paulo, que culminou com uma greve de 250 mil operários. Impedidos de derrubar novamente o direito de greve, reconquistado na prática pelos trabalhadores, os empresários tentam vencê-los através do desemprego, pela fome. Alguns trabalhadores já passam por grandes dificuldades financeiras, por terem sido demitidos por justa causa, e as perspectivas de encontrarem trabalho parecem remotas.

Apesar da grande rotatividade de mão-de-obra ser expediente largamente utilizado pelas empresas, como forma de aumentar os seus lucros,

neste ano as demissões têm sido bastante seletivas, atingindo aqueles trabalhadores com maior militância sindical, visando desmantelar as lideranças do movimento operário. Listas negras, com informes sobre esses trabalhadores, estavam correndo entre os empresários para evitar que encontrem emprego.

Assim é que, só na Caterpillar, onde a greve se estendeu por mais tempo, quarenta metalúrgicos foram demitidos sem direito, conforme informações de alguns deles. Na Massey Ferguson, quinze elementos pertencentes à Comissão de Fábrica também foram dispensados, e outros dois encontram-se suspensos respondendo a inquérito «por falta grave», pois têm estabilidade no emprego. Esta indústria ainda, como outra forma de intimidação, prometeu cortar todos os presentes de Natal que normalmente dá a seus empregados todos os anos.

Entre os metalúrgicos de Santo André, São Bernardo do Campo e Osasco a situação é semelhante. Desde o início do mês, Lus Inácio da Silva, o Lula, e Benedito Marcolino, presidente do sindicato metalúrgico de São Bernardo e Santo André, respectivamente, vêm denunciando demissões de operários que participaram de atividades sindicais. Segundo Lula, só a Volkswagen demitiu onze empregados que participaram do Congresso

de Metalúrgicos este ano. Em São Bernardo, inclusive, a Equipamentos Villares já sentiu a primeira greve de solidariedade, quando 270 trabalhadores paralisaram o trabalho em protesto pela demissão de um companheiro, agredido pelo contra-mestre conhecido como Bate Estacas, mesmo sendo aplicadas sobre os grevistas duas suspensões e mais oito demissões.

A discussão levantada pela Oposição Metalúrgica de São Paulo rapidamente se estendeu à outras categorias e cada vez mais aumenta o número de entidades participantes nesse debate intersindical. O que se percebe é que, individualmente, a criação de um Fundo de Greve já surgiu em diversas categorias como forma de enfrentar o desemprego.

Salvador Pires, da Frente Nacional do Trabalho, faz questão de lembrar de como os ceramistas de Itu conseguiram fazer vitoriosa sua greve, em agosto último, criando um «Fundo de Combate à Fome» muito bem organizado para resistir às pressões patronais.

O fato é que, no decorrer deste ano, a tônica de todas as campanhas salariais das categorias mais combativas foi a greve, e as represálias patronais começavam a ser uniformes e não se fizeram esperar. Além dos metalúrgicos, jornalistas, químicos, bancários, têm sido atingidos pelas demissões seletivas.

SUCESSÃO DE DENÚNCIAS

Na semana passada, Almir Pazzianoto, advogado da Federação dos Químicos, denunciava o Instituto Aché de Laboratórios Farmacêuticos, sediado em Guarulhos, pela demissão «por justa causa» de 111 empregados que participaram da campanha salarial. Augusto de Oliveira Campos, presidente da Chapa 2 da Oposição Bancária de São Paulo, fala da sua categoria: «No final da última campanha salarial, em setembro último,



Depois das greves metalúrgicas de São Paulo, as demissões.

tivemos 200 bancários demitidos e noventa por cento deles eram ativistas, com bastante participação na greve». Também a chapa de oposição, que perdeu as eleições da Sabesp, já se encontra desfalcada em dez de seus membros, segundo informe de um deles.

As denúncias se sucedem a cada reunião dos Sindicatos. O documento da FIESP com instruções aos empregadores de como proceder em caso de greve, divulgado na última reunião em Santo André.

Pensando na criação de um Fundo de Greve, representantes dos trabalhadores já delineiam espaços bem mais amplos para o movimento.

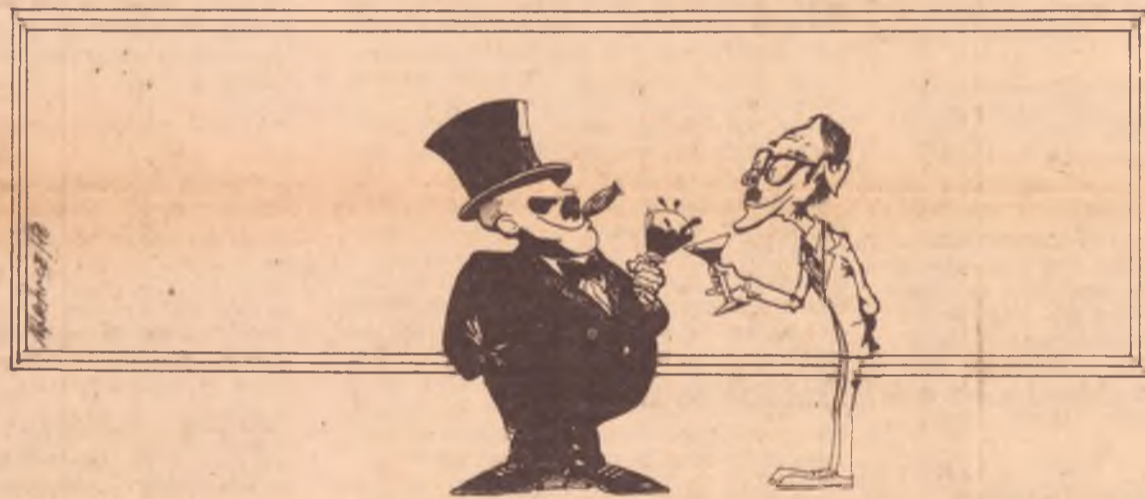
Na reunião anterior, ocorrida dia 6, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Lula já expunha o que viria a ser o eixo central da luta: «A curto prazo temos que angariar fundos. Mas temos que começar uma campanha para catequizar os trabalhadores, mostrar ao trabalhador que a briga mais importante no momento é pela manutenção do emprego. A médio prazo conseguimos conscientizar a classe trabalhadora de que ela tem que se sustentar».

Alguns sindicalistas, como o dirigente do Sindicato dos Trabalhadores no Couro e Cortume de São Paulo, chegam inclusive a colocar que este movimento pode se tornar tão importante como foi a luta pelo décimo terceiro salário, ou pela jornada de oito horas.

Resta agora levar o movimento para as bases da classe trabalhadora. Apesar de nesta última reunião em Santo André estarem presentes cerca de 200 pessoas, eram todas dirigentes sindicais ou líderes de oposições. Para tanto, pretende-se redigir um boletim a ser distribuído amplamente dentro das empresas, convocando os trabalhadores para uma grande assembléia no dia 10 de janeiro e divulgando o movimento. Outra proposta anunciada é a de paralisação por uma hora a cada trabalhador demitido.

Para o encaminhamento dos trabalhos, formou-se uma Comissão Executiva, composta de alguns dirigentes sindicais e a criação de cinco centros arrecadadores para os fundos recolhidos. Nova assembléia está marcada para o dia 20, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a fim de se dar continuidade ao movimento.

Bancários metidos a banqueiros



Oitocentos mil cruzeiros foi o que as cúpulas sindicais dos bancários gastaram para fazer o XI Congresso Nacional da categoria, no Grande Hotel de Araxá. Um verdadeiro show de mordomia com o dinheiro recolhido pelo Imposto Sindical dos empregados de banco. O encontro rejeitou as teses que defendiam Anistia Ampla Geral e Irrestrita, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a formação de um partido dos trabalhadores exatamente como querem os banqueiros.

O Grande Hotel de Araxá, no interior de Minas, foi o cenário do XI Congresso Nacional dos Bancários e Securitários, mais parecido com um luxuoso encontro de banqueiros.

Com capacidade para 800 hóspedes, o albergue, oferecia para seu atendimento o serviço de 300 funcionários e mais: piscinas emanatórias para homens e senhoras, banhos de lama radioativa, hidroterapia, sauna, inalação e limpeza de pele; salões para televisão, leitura, beleza, jogos, além de cinema, boate, piscinas externas, canchas de esportes e um lago com barquinhos.

Os poucos bancários de base, presentes, não muito acostumados com a mordomia dos encontros sindicais de cúpula, sentiram-se constrangidos e deslocados — eram assalariados que contrastavam com os vitrosos importados, o gesso das colunas e mármore de Carrara trazidos da Itália para o deleite das elites nacionais.

Por outro lado, mais à vontade, algumas cúpulas sindicais, vistas principalmente na sauna e piscinas do que nas sessões plenárias, deliciavam-se em jantares de camarões regados a vinhos chilenos e portugueses. Para cobrir alguns excessos foram solicitadas remessas urgentes de seus sindicatos: a Federação de Pernambuco — 15 delegados, nenhum de base, dentre os quais esposas, filhos e «assessores», — recebeu no Banco do Brasil de Araxá, uma ordem de pagamento de Cr\$ 100 mil. O congresso custou só em Araxá Cr\$ 800 mil — compareceram 235 congressistas, representando mais de 100 entidades sindicais.

O ambiente era o de um congresso de patrões. Com o dinheiro do Imposto Sindical de milhares de bancários de suas bases, algumas cúpulas deslocaram-se em custosas viagens de avião, sem o que poderiam, no mínimo, triplicar a delegação com a participação efetiva das bases, desde que o fizessem em ônibus.

A festividade na participação foi incrementada pela Confederação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Crédito CONTEC, que distribuiu centenas de chaveirinhos e calendários em que, no verso, posavam provocantes e belas mulheres nuas.

Tudo como o planejamento pelas cúpulas: um congresso longe dos grandes centros, longe de uma cobertura e divulgação pela imprensa, com uma reduzida participação das bases, marcado

em época de provas escolares e logo após uma intensa campanha salarial.

Registrou-se a presença de «jornalistas» que tiveram uma participação intensa e exaustiva, tirando fotos individuais, fazendo perguntas sobre o nome de determinados congressistas, normalmente os que ocupavam o microfone tomando posições combativas.

Decisões conservadoras

Afastado ao máximo dos grandes centros, o encontro passou despercebido da opinião pública e foi marcado por decisões conservadoras demais para ser identificado como um encontro de trabalhadores de baixa renda, como são em geral os bancários.

Sem ser levado a sério pela grande maioria dos dirigentes sindicais que não realizaram assembléias nas suas bases para debater amplamente os temas de pauta, o encontro teve como presença dominante as cúpulas distanciadadas dos bancários e acostumadas na tradição do peleguismo.

Desde o começo notou-se uma tendência clara para o esvaziamento e despolitização do encontro. A Contec apresentou um Regimento Interno que não permitia a participação de todos os bancários presentes nas decisões, mas apenas as cúpulas. Quarenta delegados de base de Porto Alegre propuseram o direito de voto a cada bancário presente, o presidente da entidade, Wilson Moura declarou que não admitia modificações no regimento. Esta demonstração de autoritarismo proporcionou um protesto geral.

Mas as manobras estavam apenas começando. A seguir, de igual manipulação seriam alvos os representantes da Oposição Sindical do Rio de Janeiro que, levaram um estudo sobre um Novo Modelo Sindical mas a Wilson Moura não permitiu que o trabalho fosse sequer apreendido por uma das dez comissões, alegando ser contrário ao Regimento Interno.

Foi espalhado entre os presentes, que o Ministério do Trabalho havia telefonado de Brasília dizendo que não gostaria de ver aprovados temas como o da Assembléia Nacional Constituinte e a Anistia. Não deu outra coisa. A tese da anistia ampla, geral e irrestrita, proposta por vários sindicatos autênticos não passou. Os oradores que

se colocaram contra, argumentaram que «não queremos ver terroristas e assassinos de bancos anistiados juntamente com líderes cassados». Também, a tese da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, «não foi endossada pelo plenário, o que levou o deputado Rui Brito a declarar posteriormente que «não se admite que um congresso de trabalhadores tenha recusado a Constituinte, seria melhor que não tivesse sido convocada».

Outra proposta levada pelas bases foi a de um partido dos trabalhadores. Segundo Ramos, presidente do Sindicato de Belo Horizonte, «os trabalhadores têm de pensar em se organizar politicamente, fora dos sindicatos, no âmbito de um partido, a fim de assegurar um outro canal de pressão nas decisões nacionais». Apesar da delegação gaúcha, a maior do Congresso, ter votado em peso pelo partido dos trabalhadores, a proposta foi rejeitada.

Tão logo, as oposições presentes no Congresso constataram que não teria espaço suficiente para um debate amplo e democrático dos problemas da categoria, resolveram partir para reuniões paralelas. Elaboraram uma carta protesto denunciando as mordomias e as manobras dos pelegos.

Avaliação

O presidente do Sindicato dos bancários de Porto Alegre, Olívio Dutra, avaliou para este seminário que o XI Congresso, «significou um retrocesso na tomada de posição dos bancários e securitários, duas importantes categorias de trabalhadores do setor terciário, no rumo da transformação da própria estrutura sindical. O que aconteceu é bem revelador da decrepitude da estrutura sindical vigente. As direções predominantes neste encontro, na sua maioria militantes de vários anos (alguns até de algumas décadas) do sindicalismo bancário, estão, por comodismo, mais dispostos à cooptação do sistema do que às fecundações das bases.»

O caráter da estrutura sindical, repredutora do peleguismo, de acordo com os argumentos de alívio ficou bem evidenciado: «propostas vindas das bases mais combativas que implicaram, no mínimo, em sacudir o imobilismo gerado e incentivado pelo sindicalismo de orientação oficial, foram, na sua maioria, rejeitadas ou então aprovadas com emendas ou supressões que as descaracterizaram. É o caso, por exemplo, da Anistia que só não acabou rejeitada integralmente porque alguém propôs que ela não deveria ser ampla, geral e irrestrita.»

E conclui o gaúcho: «Por essas e por outras é que esse Congresso não marcou nenhum avanço nas lutas que a categoria vem desenvolvendo em diferentes pontos do país. A reflexão que devemos fazer será no sentido de que entre o que pensamos e desejamos a maioria das direções sindicais e a própria categoria, há um vazio enorme que deve ser preenchido com um trabalho de base.»

(Cobertura de Aírton Ortiz e José Luiz, de Porto Alegre)

Está em transe o MDB baiano:
Pai do adesismo faz
chamego no
grupo «autêntico»

O que estará acontecendo no partido opositor na terra de Castro Alves?
Ney Ferreira, velho dono da agremiação, declara à imprensa que está disposto a entregar a direção do MDB aos «autênticos». A incredulidade é geral.

De repente, a bomba estourou nas fileiras do MDB baiano: o sr. Ney Ferreira, velho «dono» do partido na Bahia, conhecido mentor do adesismo no Estado, estava disposto a entregar a direção da agremiação aos autênticos, que ele chama de «os jovens». Essa declaração ele deu no aeroporto «Dois de Julho», em Salvador, quando voltava de Brasília, a um repórter do JORNAL DA BAHIA.

A incredulidade era geral, mas as declarações estavam lá, apesadas e tudo, para quem quisesse conferir. E ele era pródigo até nos detalhes, pois dispunha-se até a antecipar a convenção do partido no sentido de fazer valer a sua intenção e ainda indicava o nome de Domingos Leonelli, o candidato mais votado do MDB nas últimas eleições e integrante do núcleo «autêntico» na Bahia, como o mais indicado para assumir o comando da agremiação emedebista.

As pistas para a compreensão dessa atitude, até o momento, são escassas. Afinal, ninguém entrega nada de mão beijada, sem obter alguma coisa em troca. As especulações eram muitas, mas certeza nenhuma, ou quase nenhuma. O que se tem quase como certo é que por detrás disso esteja um rompimento entre o velho cacique peessedista, Antonio Balbino e o governador eleito, Antonio Carlos Magalhães.

Laços íntimos

Ninguém desconhece as profundas ligações entre o sr. Ney Ferreira e o velho Balbino. Não fossem as afinidades políticas, seria necessário, ainda, computar o fato de que Ney Ferreira é casado com a filha do legendário peessedista. A verdade é que durante todos esses anos o deputado emedebista sempre obedeceu às orientações de Balbino, brandindo a sua astúcia, acrescida sempre de uma razoável dose própria de truculência.

Depois de ter ameaçado pessoas, sequestrado emissários de autênticos e até, segundo algumas acusações, ter apontado, aos órgãos de segurança, os nomes da Ala Jovem, em 1975, o que redundou em dezenas de prisões, é difícil, de fato, acreditar na sinceridade de propósitos do sr. Ney Ferreira. Mas, descrenças à parte, o deputado se comprometeu publicamente em entregar o comando do partido aos emedebistas mais autênticos.

A par de um possível rompimento com Antonio Carlos Magalhães, a quem hoje Ney — sinal dos tempos — chama de «hipócrita» é possível procurar outras pistas para entender a entrega, na bandeja, da direção partidária. Afinal, quando a esmola é demais o santo desconfia e não há quem, entre os autênticos, esteja tranquilo diante da proposta. O que estará por detrás dela?

Nunca é bom menosprezar o inimigo, substituir a sua competência. Não são somente aqueles que descortinam a história nos seus horizontes mais longínquos que conseguem apreender o movimento político, ao menos no seu nível mais imediato. É certo que Balbino e mesmo Ney já perceberam que é praticamente irreversível o processo de fortalecimento de tendências mais claramente opositoristas dentro do MDB, cujo limite, à direita, salvo alguns bolsões tipo Chagas Freitas, estaria no sr. Ulisses Guimarães.

Mais do que isso — e ele dá declarações nesse sentido — Ney Ferreira (e, é claro, Balbino) sabe que há um processo intenso e inexorável de luta pelas liberdades democráticas e que o próximo general-presidente não terá um governo tranquilo. E Ney passa, então, para espanto de todos quantos o conheceram, a defender a anistia e a Constituinte e, ainda, a propugnar os nomes de Freitas Nobre e Jarbas Vasconcelos para a liderança e secretaria-geral do MDB, respectivamente.

Novos ventos

É difícil conceber Balbino não se apercebendo da nova situação, dos novos ventos que estão soprando no cenário brasileiro. E para se adquirir a certeza da nova situação, há evidências empíricas nada desprezíveis, algumas das quais afetando diretamente a prática daqueles que preferiram ficar no MDB aderindo ao Governo. Afinal, além da derrota de muitos adesistas em escala nacional, o próprio Ney Ferreira viu a sua votação diminuir consideravelmente em relação à eleição anterior e viu um jovem como Marcelo Cordeiro superá-lo, isso sem falar na votação que obteve Francisco Pinto, mais de 100 mil votos, de quem Ney se dizia um forte concorrente.

Provavelmente, é considerando tudo isso que o sr. Ney Ferreira, quase que certamente acionado por Balbino, decidiu mudar o curso de sua rota e se aliar com os «autênticos», pelo menos ao nível do discurso. Aliado incômodo esse, certamente. Resta ver, agora, a capacidade que os candidatos que foram eleitos recentemente terão para assimilar a atitude de Ney. Seguramente, não devem entrar de peito aberto, mas também não deverão recusar a proposta, quanto mais pelo fato de que ela corresponde, na Bahia, a uma resposta do eleitorado.

As últimas eleições, na Bahia, provocaram o surgimento de uma bancada cujo tom, sem dúvida, será dado pelos «autênticos». Entre os candidatos eleitos, cinco, pelo menos, devem ser alinhados, sem qualquer dúvida, entre os chamados candidatos populares: Adelson Oliveira, Jádriel Matos, Filemon Matos, Domingos Leonelli e Luciano Ribeiro, sendo possível, ainda, aos «autênticos» chamar para suas fileiras Marcos Cardoso e Raimundo Cafezeiro. No centro entre os moderados, estarão Clodoaldo Campos, Arquimedes Pedreira Franco e Gutemberg Amazonas, além de Gerson Gomes. E à direita, estarão os únicos reconhecidamente adesistas, Lourival Evangelista e Almir Araújo.

Assim, pode-se dizer que a preferência do eleitorado dirigiu-se para os candidatos mais combatidos. Para assimilar a proposta de Ney, os chamados «autênticos» terão de compreender a necessidade de caminhar unidos, em cima de metas mínimas, para colocar o partido numa rota claramente opositorista, pelo menos de claro combate ao regime, combate onde cabem interpretações variadas de tática e estratégia. Ney Ferreira falou em Leonelli. Outros têm falado em Rômulo Almeida para o comando do partido. O fato é que um ou outro significará um passo gigantesco rumo à consolidação de uma perspectiva de colocar o MDB como um polo de oposição ao governo, o que até hoje nunca ocorreu na Bahia. (Sucursal de Salvador)

Incrível...

Venderam o Brasil:

Pros americanos, alemães, japoneses, italianos etc. ou melhor para as empresas multinacionais destes países. Isso acaba de ser confirmado pelo próprio governo, que gerenciou a transação ao longo dos anos. Num estudo financiado por um órgão de planejamento, o Finep, a economista Maria da Conceição Tavares desmontou a estrutura industrial do País e mostra a operação.

Belisa Contino, do Rio.

«O Brasil está vendido aos americanos». Esse era um comentário comum há alguns anos, presente nas conversas de donas-de-casa, motoristas de táxi e estudantes, nas músicas «de protesto», boca do povo.

Hoje, os comentários são menores, as pessoas discutem mais o custo de vida, os salários — problema maior — mas o Brasil continua vendido. Não só para os americanos, mas para os alemães também, para os japoneses, os italianos e, principalmente, vendido ou quase dado às grandes empresas sem nacionalidade certa: as multinacionais.

Na verdade, o crescimento da indústria brasileira, que tornou possível a fabricação aqui de produtos antes só conseguidos pela importação dos países desenvolvidos, só fez aumentar o número destas empresas multinacionais e as vantagens que elas têm a mais, na frente das empresas brasileiras e até mesmo das empresas do Governo.

Quem disse isso não foi um brasileiro qualquer, que acorda escovando os dentes com produto de fábrica estrangeira e, se chega a ter algum eletrodoméstico sabe que ele vem de uma multinacional. Quem reconheceu isso foi um órgão do próprio Governo — a FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos, ligada ao Ministério do Planejamento — através de um amplo estudo sobre a nossa estrutura industrial, coordenado pela professora Maria da Conceição Tavares.

Uma das principais conclusões deste estudo foi a de que, apesar do brasileiro e do norte-americano serem homens tão diferentes, terem salários tão discrepantes e de seus países mostrarem um nível de desenvolvimento tão desigual, eles consomem praticamente as mesmas coisas. Quer dizer, o estudo da Finep concluiu que em vez de mantermos nossos hábitos de consumo e procurarmos produzir bens que satisficam às nossas necessidades, acabamos importando os hábitos de consumo, estrangeiros. Isto porque as multinacionais impuseram aqui os seus «hábitos de produção», fabricando e vendendo o mesmo que fazem em seus países de origem.

Uma invasão generalizada

Depois de uma série de pesquisas, sempre usando dados de órgãos do próprio Governo, o estudo da Finep chegou à conclusão de que o capital estrangeiro está presente em todos os setores da nossa indústria. Além disso, em muitos ramos, ele é a parte mais forte, pois as empresas multinacionais são sempre grandes

empresas enquanto a maioria das empresas nacionais é pequena ou média. Assim, de acordo com o estudo, se forem consideradas as maiores empresas de cada setor — as que mais produzem e mais faturam, liderando o conjunto — metade do valor da produção industrial corresponde ao capital estrangeiro, ficando as empresas nacionais com 1/3 do valor da produção e as empresas estatais com apenas 1/6.

O estudo diz ainda que esta situação é muito antiga e que a participação do capital estrangeiro na nossa indústria vem acompanhando todas as fases de desenvolvimento do Brasil, desde a década de 20. Nos últimos anos, a situação se agravou e as únicas empresas que podem fazer frente ao poder das multinacionais são as empresas do Governo. Entretanto, apesar de serem também grandes empresas, como as estrangeiras, as estatais produzem um tipo de produto diferente — não são bens de consumo, mas aço, minério, petróleo etc. — que pede investimento de muitos recursos, diminuindo os seus poderes de concorrência no mercado.

Com a fraqueza das empresas brasileiras, as multinacionais ganham terreno. Segundo o estudo da Finep, elas dominam absolutamente os setores que produzem bens de consumo duráveis — os automóveis, eletrodomésticos, etc — e também estão presentes de forma decisiva nos setores que produzem máquinas e equipamentos, os chamados bens de capital.

As multinacionais mais antigas no País, ainda segundo o estudo, são as que estão nos setores de fumo, perfumaria e farmacêutica, em algumas indústrias importantes do setor de produtos alimentares (como queijos, conservas, etc), na fabricação de tecidos e na de roupas prontas.

Uma presença assegurada

As empresas estrangeiras que estão no mercado brasileiro há menos tempo são as que produzem bens intermediários — usados para fabricar outros bens, como o vidro, a borracha, os componentes elétricos, as tintas, etc — ou as que produzem máquinas e equipamentos. O estudo diz também que a vinda destas empresas para o País está ligada ao fato da industrialização brasileira nos últimos anos ainda estar comandada pela estratégia de crescimento e pelo padrão de produção das indústrias estrangeiras automobilísticas e pelas do setor eletro-eletrônico (produtor de equipamentos elétricos). Como esses dois setores cresceram muito, eles criaram espaço para o aparecimento de indústrias que forne-

cessem os seus materiais para produzir. Além disso, o estudo diz que o próprio Governo criou novos mercados que foram preenchidos pelas multinacionais, nos setores químicos que produzem insumos para a petroquímica (produtos comprados pelo grupo da Petrobrás, por exemplo).

O estudo da Finep preocupou-se ainda em pesquisar como essas empresas conseguem ser líderes e controlar os seus mercados que dizem, como elas conseguem lucrar mais que as nacionais, estabelecendo monopólios e vendendo ao preço que elas mesmas determinam. Segundo o trabalho, a forma mais comum e eficaz de controle continua sendo a de transferir para o mercado a ser explorado uma filial «fechada», isto é, uma filial que siga as políticas tecnológicas, comerciais e financeiras de sua matriz. As transações entre a matriz e a filial são responsáveis por fenômenos como a transferência de preços, a diversificação excessiva de produtos e de tecnologia, a política atada de importação-exportação, onde a matriz importa da filial e exporta para ela sempre com desvantagens para as divisas do país.

O estudo cita ainda, como formas de controle, o estabelecimento de endividamento externo e de monopólio de tecnologia. Ele exemplifica algumas formas de controle de mercado: no setor de fumo, ou no de perfumaria e farmacêutica, as empresas estrangeiras dominam os mercados porque têm maior controle das matérias-primas o que acontece também nos casos de leite e laticínios, moagem de trigo, produção e refinação de óleos vegetais. As empresas estrangeiras controlam totalmente os agricultores que cultivam suas matérias-primas, comprando suas produções por preços determinados por elas, em troca de alguma assistência técnica, mudas, sementes, etc.

A verdade do milagre

O trabalho coordenado pela professora Conceição Tavares também analisa as modificações que



surgiram na estrutura industrial do país, durante a época em que houve um crescimento muito grande da produção e que se passou a chamar de «milagre brasileiro». Em síntese: o estudo da Finep mostra que o milagre não foi tão milagroso assim.

Na primeira fase de crescimento, as indústrias foram utilizando a sua própria capacidade ociosa, isto é, passaram a usar em tempo integral todos os equipamentos de que já dispunham e que vinham sendo pouco usados, com a produção restrita. Os setores que mais cresceram nesta época, chamada de «recuperação», foram os que produzem bens duráveis, principalmente a indústria automobilística e os eletrodomésticos, baseados em vendas só possíveis através do crédito ao consumidor (muito facilitado na época). As vendas aumentavam porque os financiamentos aumentavam seus prazos e não porque aumentasse a renda da população.

Na época seguinte, iniciada por volta de 1970 e chamada de «expansão», os setores que mais cresceram foram os que produzem máquinas e equipamentos, pois a maioria das indústrias estava aumentando a sua capacidade de produção. Apesar disto, o estudo mostra também que cresceram muito neste período as importações de bens de capital, quase no mesmo nível que o aumento da produção interna. Quer dizer, não se aproveitou a expansão para uma maior nacionalização da indústria de máquinas e equipamentos.

A situação do trabalhador

Outro ponto importante levantado foi o de que as multinacionais produtoras de bens de consumo duráveis — eletrodomésticos, automóveis etc —

apesar de perderem a liderança do crescimento para o setor produtor de bens de capital — continuaram muito bem situadas. Principalmente as que vendem produtos supérfluos ou supérfluos, como aparelhos de ar condicionado, aspiradores de pó, ventiladores, vitrolas, automóveis e televisores.

Ao contrário, os setores que produzem bens de consumo essenciais, também chamados bens-salário, por serem os que são comprados pelos assalariados — como roupas, calçados, alimentos básicos, etc — foram os que menos cresceram durante o «milagre». Esses setores são os que reúnem um maior número de empresas nacionais e os que dependem diretamente do crescimento da renda da população para se expandirem.

O trabalho da Finep mostra exatamente porque estes setores não cresceram: porque houve uma grande exploração dos trabalhadores durante a fase do «milagre brasileiro». Os dados da Finep apontam um grande crescimento da participação do lucro bruto no produto. Quer dizer, em cada produto, na época do auge, 85% do valor era lucro para o empresário.

A situação do trabalhador foi exatamente inversa. Justamente porque este aumento de lucros se deu em cima de uma diminuição dos salários reais. A taxa de excedente, quer dizer a taxa de lucro sobre salários aumentou de 4,8 em 1970 para 5,6 em 1973. Isto quer dizer que a taxa de mais valia aumentou muito. Por exemplo, enquanto em 1970 a um salário de Cr\$ 100,00 correspondia um lucro de Cr\$ 480,00 em 1973 a um salário de Cr\$ 100,00 correspondeu um lucro de Cr\$ 560,00.

Modelo econômico em nova rota

No último dia 22 de novembro, o governo lançou um «pacote» de medidas econômicas financeiras com a anunciada intenção de controlar a inflação neste final de ano e em 1979. Até aí nada de novo, pois «pacotes» como esses foram adotados nas mesmas épocas dos últimos quatro anos. Viraram moda, mas não funcionaram. Ao contrário, a inflação aumentou de um ano para outro. Em 1977 atingiu 38,2% e nesse ano deve chegar aos 41%.

Desta vez, contudo, o «pacote» trouxe uma novidade: limitou o endividamento das empresas estatais, tanto no mercado financeiro externo como no interno, controlando assim seus investimentos. Isso pode indicar que o objetivo dessas medidas ultrapassa o combate puro e simples da inflação, apontando para uma reorientação do modelo econômico.

Enfim, nos últimos quatro anos essas empresas funcionaram como pólo dinâmico da economia, absorvendo enormes investimentos, dentro das prioridades fixadas no II Plano Nacional de Desenvolvimento. A tendência do próximo governo, entretanto parece ser diferente. Existe algo mais do que pura demagogia nas declarações do futuro presidente imposto à Nação, o general Figueiredo, ao afirmar em diversas ocasiões que a prioridade econômica do próximo governo será o setor agropecuario. Ai seriam concentrados os investimentos, dentro de uma política voltada para aumentar a produtividade, através da introdução de modernas técnicas e equipamentos.

Para realizar tal projeto, com a participação do grande capital internacional e nacional, será preciso reorientar o fluxo de investimentos. Projetos estatais, como o siderurgico ou petroquímico, perderiam a importância, seriam desacelerados, em benefício das inversões no setor agropecuario voltado para as exportações. Desacelerando os investimentos em alguns projetos estatais, uma expressiva parcela dos empréstimos externos seriam transferidos para o polo agrícola. Ao mesmo tempo, essas empresas deixariam de pressionar o mercado financeiro interno, liberando outras parcelas de capital.

Nada de ilusões

No plano mais geral, o simples fato do setor agropecuario se transformar no carro-chefe da economia, com garantias de mercado e perspectivas de uma margem de lucros superior à de outros setores, seria suficiente para atrair estoques de capital ociosos, existentes no Brasil ou no mercado financeiro internacional.

Nada de ilusões. O fortalecimento desse pólo agrícola exportador nada tem a ver com a modernização da estrutura agrária, uma reforma agrária ou algo semelhante. A pequena propriedade permaneceria à margem desse processo. As massas de trabalhadores rurais sem terra, permaneceriam nas mesmas condições. Na melhor das hipóteses, uma parcela desses trabalhadores poderia ser absorvida nos grandes projetos agropecuarios na condição de assalariados. O aumento da produtividade ao que tudo indica, se daria pela concentração dos investimentos em grandes propriedades, estruturadas em formas tecnicamente modernas, incorporando recentes

Os desdobramentos do recente pacote econômico baixado pelo Governo podem indicar que o objetivo das medidas adotadas ultrapassa o combate puro e simples da inflação e aponta para uma reorientação de todo o modelo, a ser testado pelo governo Figueiredo.

Ottoni Fernandes Jr.

conquistas da técnica agrícola, equipamentos mecanizados. Enfim, projetos que só poderiam ser realizados, nas condições sociais e políticas do Brasil, pelas grandes empresas transnacionais ou nacionais.

O aumento da produtividade agrícola teria um destino certo. O mercado dos países capitalistas desenvolvidos. A modernização técnica poderia garantir produtos de exportação a preços menores, fortalecendo as margens de competitividade e alimentando as indústrias desses países com matérias-primas baratas. Subsidiariamente, uma vantagem no plano interno. A queda dos preços da produção de exportação também repercutiria na parcela dos produtos agrícolas (secundária) destinada ao abastecimento interno. A diminuição do preço dos alimentos, significaria uma diminuição do custo de reprodução da força de trabalho urbana, ou seja, uma forma de a burguesia urbana poder resistir às pressões salariais da classe trabalhadora, sem a necessidade de aumentos ainda maiores de salários, para acompanhar o custo de vida em constante elevação.

Pacto social

Sem dúvida, uma reorientação do modelo econômico implicaria também em modificações do pacto social entre os diversos setores da burguesia. A margem de lucros de alguns deles cairia, em benefício de outros. O setor de equipamentos pesados, por exemplo, muito ligado aos grandes projetos estatais, certamente seria atingido, aumentando ainda mais a capacidade ociosa acumulada nesses quatro últimos anos de desaceleração da produção industrial. Em contrapartida, a indústria da construção civil poderia ser ativada, segundo vêem afirmando diversos empresários ligados ao setor.

O raciocínio desses empresários é simples: o aumento da produtividade agropecuária, pela introdução de técnicas e equipamentos modernos, vai provocar a liberação de mão-de-obra rural e um aumento de êxodo para a cidade, com o risco de seríssimos problemas sociais nos centros urbanos já satura-

dos populacionalmente. Assim, como complemento dessa prioridade nos investimentos no campo, deverá ser incentivado o setor da construção civil (imóveis e infra-estrutura urbana), capaz de absorver mão-de-obra rural não-especializada, sem gerar pressões maiores sobre a balança comercial, pois essa atividade usa poucos bens importados e ainda incorporando novos contingentes à massa de consumidores urbanos. Interessa também aos empresários do setor de construção civil o potencial consumidor dos assalariados de baixa renda. A construção e projetos habitacionais destinados a populações urbanas de menor renda, pode ser uma forma de realização do capital ocioso acumulado por empresas do setor nos últimos dois anos.

E assim a realização dos lucros. Nada de espírito comunitário, apenas uma lei básica do capital em ação: a busca de maiores lucros, ainda mais que parece estar transitoriamente esgotada a demanda por moradias na classe média urbana, o mercado que impulsionou o setor de 1970 até 1976. Nada estranho, portanto, que construtoras como a Adolfo Lindenberg conhecida pelos seus edifícios estilo Mediterrâneo, que se espalham pelos bairros de classe média alta do Rio e São Paulo (e por seu proprietário, intimamente ligado à organização ultra-direitista Tradição, Família e Propriedade), partirem para a construção de núcleos habitacionais na periferia.

Essas modificações das posições relativas dos diversos setores da burguesia terão de ser negociadas, isto é, surgirão pressões de cada um deles por seus interesses, tendo em vista a abertura relativa do quadro político. Mais ainda, existe a pressão crescente das forças populares, que tentam ganhar espaço próprio e aproveitar as fraturas no bloco dominante. Para neutralizar essas pressões, todos os instrumentos serão válidos, inclusive apelos populistas da parte do general Figueiredo, como vem fazendo em discursos recentes e como certamente fará, capitalizando por exemplo, os incentivos aos projetos habitacionais para populações de baixa renda.

Mas não é populismo que comanda essa possível reorientação do modelo econômico, com a prioridade para o setor agropecuario moderno exportador. Esse projeto está de acordo com os interesses do grande capital internacional e surge como uma alternativa dentro de uma economia fortemente controlada pelas grandes empresas transnacionais e amarrada aos interesses do capital financeiro internacional, em virtude do volume da dívida externa brasileira, que já atinge 800 bilhões de cruzeiros.

Um projeto, portanto, de acordo com uma nova divisão internacional do trabalho, dirigida pelo capital financeiro internacional, que tem poderes significativos para influir neste processo. Nada de intervenções militares, trabalhos sujos (que, em alguns casos, ainda podem ser usados). Basta apenas um controle maior das torneiras dos empréstimos para os países dependentes e em desenvolvimento. Enfim, conceder empréstimos prioritariamente para certos países e certos tipos de investimentos.

A grande concentração desses capitais internacionais facilita esse projeto. O artigo do jornalista Aloysio Santos, publicado na Gazeta Mercantil de 5 de dezembro último, citando uma matéria do número de agosto da revista norte-americana Business Week, lembra que os 400 bilhões de dólares existentes no mercado financeiro europeu, para empréstimos ao Exterior (no qual o Brasil obtém mais de 2/3 de seus empréstimos externos) é administrado por «apenas uma dúzia de bancos e manipulado por apenas 450 grandes corporações multinacionais», podendo ser transferido de um país para outro em 24 horas.

Conselhos Internacionais

Nesse artigo, Santos indicou também que existem grandes coincidências «entre as prioridades do próximo governo — agricultura, matérias-primas e energia — e as prioridades de dois importantes parceiros do sistema financeiro supranacional, a Comunidade Econômica Europeia, CEE e o Japão». Como exemplo, ele citou um trabalho da CEE, realizado em agosto (Dossier sur l'Interdependance Europe-Tiers Monde), que recomenda aos países fomentar sua produção «principalmente em matérias-primas». Essa política também fica evidente numa publicação japonesa, o jornal «Nihon Keizai Shimbun», de 24 de outubro, que se refere a um documento que o Ministério do Comércio Internacional e da Indústria do Japão está preparando, fazendo uma convocação para as nações do Terceiro Mundo investirem na produção de matérias-primas, sobretudo alimentos, para atender às necessidades japonesas.

Conselhos deste tipo também foram dados pelo banqueiro norte-americano, Franklin Cole, do American National Bank, em visita ao Brasil em novembro. Para ele, os governos dos países em desenvolvimento deveriam deixar de lado as atitudes chauvinistas, querendo criar todos os tipos de indústrias (siderúrgicas, petroquímicas, por exemplo) e sim concentrar esforços no aproveitamento de seus vastos recursos naturais, para a produção de matérias-primas. Além disso, ele afirmou que os métodos monetaristas de combate à inflação só funcionam se acompanhados da redução dos gastos e investimentos estatais e na própria interferência do governo na economia. Esse banqueiro diplomaticamente assegurou que não se referia ao Brasil em particular, mas ficou evidente que estava bem informado sobre o que ocorria por aqui. Nada estranho, diante desse poder do capital internacional.

Essa reorientação do modelo econômico brasileiro, acentuará ainda mais o caráter dependente do País. Assumir esse papel de fornecedores de matéria-primas para os países capitalistas desenvolvidos, significa criar condições para que o setor industrial desses, possa retornar brevemente seu ciclo de expansão. Assim, tanto a CEE quanto o Japão, parceiros importantes do mercado de moedas, saberão deslocar uma parcela do fluxo mundial de moedas para financiar esse curso de desenvolvimento», como afirma Santos em seu artigo.

VIRAMUNDO

NICARÁGUA

E agora, depois da anistia?



Contra a parede, o desgastado ditador Somoza enviou na última semana ao Congresso um projeto de anistia ampla, geral e irrestrita (e, inevitavelmente, «recíproca»), que anula todos os «delitos políticos» cometidos desde 1967. A assassina Guarda Nacional do ditador, que já está em decomposição desde a insurreição popular de setembro, tem esperanças de escapar da punição dos seus crimes, via anistia. Contudo, um dos chefes da tortura, o major Juan Bermudez, não teve tempo de alimentar suas ilusões. Foi surpreendido na quarta-feira num cassino clandestino de Managua por um comando de sandinistas e morreu varado de balas.

A FSLN, preocupada com as consequências da «saída honrosa» que o imperialismo norte-americano montou para Somoza via Comissão Internacional de Mediação, já rompeu, também na quarta-feira, com a Frente Ampla de Oposição — de tendência liberal

burguesa — e fez um apelo para que não sejam aceitas meias medidas, que facilitem a sobrevivência do somozismo sem Somoza. Enquanto anunciava a preparação de uma nova ofensiva militar contra o regime e realizava ataques na cidade de Diriamba e na região próxima à fronteira com a Costa Rica.

A tendência, no momento, é o fortalecimento da «saída honrosa», com a perspectiva de realização de um plebiscito popular em fevereiro, que decida sobre a óbvia necessidade de se acabar com o regime. O problema é quem garantirá as condições de realização livre da consulta popular, com todo o esquema de Somoza montado. Do ponto de vista dos sandinistas, a saída continua sendo a destruição das bases do regime pelo povo em armas.

Contudo, é importante observar as consequências, para a luta popular, da conquista da anistia, que libertará milhares de presos políticos e possibilitará o retorno de outros milhares de exilados.

CORÉIA DO SUL

Farsa eleitoral mais «biônicos»

Cerca de 20 milhões de sul-coreanos tiveram mais uma oportunidade de eleger dois terços dos deputados da Assembleia Nacional do país. O outro terço, como não poderia deixar de ocorrer em ditaduras zelosas das suas condições de dominação, é composto de «biônicos». Mas «biônicos» que, pelo menos, não são escolhidos para permanecer por tempo igual aos eleitos na Assembleia: têm um mandato de três anos, exatamente a metade do mandato dos outros.

O presidente Chung Park, mais uma vez, foi o vitorioso nas eleições. O que sem dúvida, coroa de êxito as perspectivas do seu próximo mandato presidencial.

A Coreia do Sul, ao lado da do Norte, que vive uma experiência de transição ao socialismo, representa um dos piores cartões de visita no confronto entre as alternativas capitalistas e socialistas. Sobreveio às custas da defesa norte-americana — com homens e armas — no seu território, de uma terrível repressão e de campanhas constantes de provocação contra a Coreia do Norte, estimuladas pela conhecida indústria do anticomunismo. O atual baluarte dos direitos humanos, o sorridente Jimmy Carter, à semelhança de como reage com relação às descaradas violações dos direitos humanos no Irã, faz ouvidos de mercador (de amendoim, certamente) diante da situação e reage satisfeito ao simulacro de eleições, como as agora realizadas.



ZIMBABWE (EX-RODÉSIA)

Um grande golpe contra Ian Smith

O avanço da luta armada contra o regime racista do Zimbábwe (ex-Rodésia) acaba de marcar presença com a destruição da maior refinaria de petróleo bem como da mais significativa rede de armazenamento de combustíveis do país, cuja propriedade se encontra em mão das companhias Shell, British Petroleum, Caltex (Texaco) e Mobilil.

Trata-se de uma ação realizada pelo Exército Revolucionário do Povo Zimbábwe (ZIPRA), o destacamento armado da União do Povo Africano do Zimbábwe (ZAPU). A explosão que provocou gigantesco incêndio — cujas chamas chegaram a atingir até 200 metros de altura sendo visíveis a uma distância de 15 quilômetros — foi desencadeado pela utilização de potentes foguetes.

O incêndio durou cerca de doze horas, sendo que todos os efetivos do corpo de bombeiros foram convocados para tentar apagá-lo. O chefe do corpo de bombeiros, Vin Lowrie declarou que este foi «o maior incêndio da história de Salisbury».

A destruição da refinaria adquire dimensões políticas bastante amplas, na medida em que os combustíveis estão racionados na Rodésia devido às sanções da ONU. A ação guerrilheira parece refletir a consciência crescente do povo na luta contra o governo do apartheid de Ian Smith e a urgência de expulsar esta minoria branca e os colaboracionistas negros como Jeremiah Chrau, Abel Muzorewa e Ndbanangui Sithole. Os revolucionários da ZAPU pretendem lutar até a vitória final contra Smith, os seus aliados negros serviais e o imperialismo.

BOLÍVIA

Padilla aceita os comunistas

O general de plantão no poder boliviano, David Padilla, deixou claro na última semana que «no futuro governo do País os comunistas poderão participar». Tal declaração, na boca de um general golpista, que promete garantir as condições de realização de novas eleições no país (dessa vez livres e sem fraudes escandalosas, porque os não-escandalosos os partidos burgueses sempre sabem fazer), não deixa de criar uma expectativa positiva junto às oposições bolivianas. Padilla, contudo, fez questão de explicar que «tal participação não poderia vir a se transformar em hegemonia», pois, caso isso viesse a ocorrer, certamente os vizinhos da Bolívia não gostariam e poderiam

tornar providências. No fundo, a velha história; a democracia deve responder ao que o povo quer, mas se o povo, porventura, escolher o socialismo, aí não vale. O general, que conta com a simpatia de grande parte das oposições, pelo menos deixou as coisas claras.

Padilla subiu ao poder há cerca de 20 dias, depois de derrubar outro general, Pereda Asbun. Pereda foi o que derrubou Banzer, em julho, um recordista na permanência no governo, ou seja, sete anos. Pereda, candidato de Banzer nas fraudulentas eleições de 9 de julho, ganhou, não levou, e deu o golpe. Vamos ver as eleições de 1979.

IRÃ

A monarquia cercada pelo povo

Dois milhões de manifestantes nas ruas de Teerã. Dois milhões. A produção de petróleo, principal riqueza do país, que normalmente é de quase 7 milhões de barris diários, está em pouco mais de um milhão, devido à greve dos trabalhadores do setor. Os americanos, como ratos que fogem do navio que está para afundar, estão saindo em massa do país. De Paris, o Aytollah Khomeini, considerado a principal figura da oposição ao regime corrupto e assassino do xá Reza Pahlevi, radicalizava cada vez mais suas posições e conclama os suboficiais e soldados a se rebelarem e levantarem suas armas contra o regime. Também de Paris, nosso colaborador ARI CÂNDIDO FERNANDES traça um quadro da crise iraniana.

A revolta que há meses ameaça o trono iraniano — e que num só dia de dezembro levou mais de dois milhões de pessoas às ruas, em protesto contra a monarquia despótica e corrupta de Reza Pahlevi, — apresenta poucos traços de semelhança com os demais movimentos populares do Terceiro Mundo.

Ela coloca em cheque uma monarquia sustentada por um exército moderno o gendarme da região, cuidadosamente armado pelo imperialismo norte-americano, e que tem por missão primordial garantir os investimentos das multinacionais neste país. Mas este gigantesco movimento se desenvolveu após o fracasso do movimento comunista tradicional, tanto do pró-soviético quanto do maoísta. A esmagadora maioria dos que enfrentam os exércitos do xá, vêem-se como seguidores de um líder religioso, o Aytollah Khomeini. Portanto, para se entender a crise iraniana, é necessário responder a uma primeira pergunta: como pode um movimento religioso adotar caráter progressista e canalizar atualmente a oposição no país, fazendo convergir para si liberais, democratas e mesmo os marxistas iranianos?

Sunnitas e Xiitas

Existem duas grandes variantes do islamismo no mundo muçulmano: o sunnita e o xiita. O primeiro, majoritário em muitos países da região, como o Egito e a Arábia Saudita, é um aliado fiel das elites dominantes, afirmando, desde sempre, que «os fiéis» devem obedecer aos governantes.

Ao contrário — e é isto que provoca pesadelos em Reza Pahlevi e em todos os membros da oligarquia iraniana — o islamismo xiita, predomina no país,

é, doutrinarmente, um adversário do poder estabelecido. Como os puritanos de Cromwell, que souberam bater os exércitos reais e não recuaram diante da execução de Carlos Stuart, os xiitas são contrários a qualquer hierarquia imposta, temporal ou religiosa. Consideram que nenhum poder deve se intrometer entre os homens e Deus — e, se alguma instituição ousa fazê-lo, então é injusta e deve ser combatida.

Além de princípios ausentes no culto sunnita, como os de justiça e igualdade, o islamismo xiita admite a existência de 12 santos. Mas o 12º ainda não chegou à Terra, para implantar a justiça e abolir as relações de força entre os homens. Seu lugar, então, é ocupado por precursores — os Aytollah's — dos quais o mais famoso é o Aytollah Khomeini, ausente de seu país há mais de vinte anos e que, de um subúrbio de Paris, mobiliza seus seguidores contra o vacilante trono iraniano.

O poder carismático

Figuras típicas do islamismo xiita, os Aytollah's mostram muitas semelhanças com os bispos do cristianismo primitivo, escolhidos pela comunidade. Isto é, sua autoridade é fundamentalmente carismática: são reconhecidos pela massa na medida em que representam os seus interesses e aspirações, organizando a vida social e econômica do grupo. Quando os seguidores consideram que o «eleito» está falhando em sua missão, dirigem-se livremente para outro yatollah, que melhor lhes possa coordenar espiritual, política e economicamente. Dessa perspectiva, é fundamental que existam, entre os líderes religiosos, divergências de opiniões — e liberdade — de discussão, para que as massas possam optar.

Lutas, mortes e mais lutas.

15 de novembro de 1977 — O xá visita Washington, enquanto 16 estudantes são assassinados pela polícia na Universidade de Teerã.

9/1/78 — 70 entre 5 mil manifestantes são assassinados pela polícia por protestarem contra o insulto que o jornal do governo fez a Khomeini. O massacre desencadeia manifestações de 40 em 40 dias, período tradicional do luto muçulmano.

18/2/78 — Fechamento do comércio para protestar contra o massacre anterior. Em Tabriz, a greve transforma-se em levante popular que a polícia se recusa a reprimir. O exército interveio: 100 mortos e 650 presos.

28/30/3/78 — Protestos pelo massacre de Tabriz. Novas mortes.

9/5/78 — Novas manifestações em 33 cidades.

22/6/78 — Manifestações em Mashad — 250 mortos.

5/8/78 — O xá anuncia a realização de eleições para junho de 79.

12/8/78 — É decretada a lei marcial em Isfahan depois de tumultos que duraram três dias e um que morreram 100 pessoas.

27/8/78 — O xá nomeia novo gabinete.

4/7/78 — Grandes manifestações pacíficas em Teerã.

8/9/78 — O xá impõe a censura a todos os órgãos de informação. Deputados abandonam o parlamento recusando-se a dar um voto de confiança ao novo primeiro-ministro Sharif Emami.

12/9/78 — Khomeini é preso no Iraque e chama à greve geral. Vários jornais são impedidos de circular. Ex-ministros são presos acusados de fomentarem a oposição. Em Qom e Mashad milhares de manifestantes são dispersados a bala.

13/9/78 — Pelas críticas ao xá, o parlamento é cercado pelo exército.

21/9/78 — Em Mashad, 40 mil pessoas protestam contra o xá.

1/10/78 — O xá pressionado, concede uma anistia parcial. Um chefe de polícia é morto. A Frente Nacional de Oposição chama à greve geral. O governo autoriza o regresso de Khomeini.

7/10/78 — Vários setores estatais aderem à greve geral.

9/10/78 — A greve amplia-se ainda mais e atinge até o poder judiciário. Todos os julgamentos são interrompidos.

11/10/78 — Os dois maiores jornais iranianos aderem à greve.

17/10/78 — Em Teerã, 100 mil manifestantes concentram-se no cemitério principal da cidade. 600 mil trabalhadores estão em greve.

19/10/78 — O xá envia emissário a Paris para falar com Khomeini que recusa-se a recebê-lo.

23/10/78 — Durante a visita de um emissário de Carter, 28 políticos da oposição enviam uma carta aberta ao presidente norte-americano criticando seu apoio ao xá.

24/10/78 — Novas manifestações e muitas vítimas em várias cidades.

29/10/78 — O exército cerca a universidade na capital por causa de uma manifestação de 15 mil pessoas no seu interior. O governo lança um plano de emergência para pôr fim à greve nos setores vitais da economia. 30 mil bancários aderem a greve.

1/3/10/78 — O exército ocupa as instalações petrolíferas em greve enquanto esta se amplia para outros setores.

4/11/78 — Manifestações estudantis reprimidas. 10 mortos.

5/11/78 — 60 mil estudantes fazem uma passeata de protesto na capital. Os professores aderem a voz de Khomeini é ouvida através de auto-falantes. Os trabalhadores da telecomunicações entram em greve exigindo fim da lei marcial, aumento de salários, e anistia. A Frente Nacional Iraniana exige a derrubada da ditadura.

Atitudes frontalmente antagônicas ao «espírito» do regime repressor do xá.

Além disso, o fato de o Aytollah, livremente escolhido, ser apenas um representante provisório do «12º Santo», faz com que «autoridades» como o xá Reza Pahlevi não disponham de qualquer ascendências espiritual sobre o povo iraniano. Na verdade, mesmo antes da islamização do país ocorria a oposição entre a autoridade temporal e espiritual — e isto porque o governo estava quase sempre ligado a uma dominação estrangeira, enquanto a religião representava as massas camponesas nativas, somente quando pesava sobre o país a ameaça de uma agressão vinda do exterior é que o poder era legitimado pela religião. Mas é em vão que Reza Pahlevi procura improvisar retalhos ideológicos trazidos do pré-islamismo, como o «Shah-In-Shah» ou Rei dos Reis concentra todos os poderes. Os tempos são outros, e o soberano que dispõe de 40 mil conselheiros norte-americanos, que governa sustentado nas baionetas de um exército de material, estratégia e linha de comando norte-americana, dificilmente pode aparecer como «nacional». E especialmente quando entrega a grande riqueza do país, o petróleo, às multinacionais. Como a Cia confessou abertamente, o primeiro-ministro Moadegh foi derrubado, em 1953, por haver nacionalizado o petróleo do país. A nacionalização foi abolida e Reza Pahlevi voltou ao trono — desde esse momento, ficou claro que se opor à dinastia corrupta e repressora significava se opor ao imperialismo.

Pedido espúrio

Essa interligação tornou-se descaçada quando o xá enviou um emissário

ao Centro de Formação do Aytollah Khomeini, que então se encontrava no Iraque, pedindo-lhe estas coisas: «Não criticar os Estados Unidos, não criticar Israel e não falar do xá». O emissário recebeu a seguinte resposta: «É exatamente sobre esses três pontos que jamais abdicarei de falar».

A atitude digna de Khomeini valeu-lhe as simpatias de amplos setores democratas e mesmo da esquerda, igualmente empenhados na resistência aditadura. Seguiram-se anos de «benevolente governo real», em que as torturas da polícia política eram secundadas por técnicas de manipulação de massas, como a glorificação da reforma agrária «concedida» pelo xá e o transporte, por ocasião das eleições, de operários em caminhões, para que votassem nos «candidatos do governo». Mas a crescente oposição ao regime, tanto no interior do país quanto no exterior, levou o xá a «pecar» politicamente, ao dar ordens que se atirasse sobre os xiitas no decorrer de uma manifestação religiosa. A resposta foi a explosão popular contra o regime, nas ruas de Teerã e outras cidades.

Hoje, o Aytollah Khomeini não se limita a «falar do xá». Vai muito além, conclama os soldados e suboficiais de sua pátria a se levantarem contra o regime, recebe abertamente personalidades iranianas que procuram mudar de campo enquanto há tempo, e se coloca, em última análise, como uma alternativa ao vacilante poder real. A menos que algum milagre sunnita (e, mais concretamente, as armas fornecidas pelos norte-americanos) consigam ainda salvar a dinastia Pahlevi, o Irã pode tornar-se uma república em que «nenhum homem tenha o direito de dominar o outro», como afirma o islamismo xiita.

Khomeini: religião e oposição.



O Aytollah Khomeini

«Imam» Khomeini nasceu há 78 anos, numa província do norte do Irã. Cresceu numa família de religiosos com grande tradição de luta. Seu avô e seu pai eram ambos profundos conhecedores religiosos, tendo vivido no Iraque e no Irã. Seu pai Seyed Mustafa Moussavi foi assassinado por bandidos. Deixou três filhos e três filhos dos quais o último é Seyed Rouhollah al Moussavi al Khomeini.

Seu avô materno era também um profundo conhecedor religioso e ensinava teologia.

Khomeini perdeu o pai enquanto era bebê. Foi criado pela mãe e por uma tia. Com 15 anos, perdeu as duas. Nesse ano ele terminava os estudos oficiais. Em seguida, iniciou os estudos islâmicos.

Primeiramente com seu tio-avô Ayotallah Passandideh, depois em Isfahan, em Arak e enfim em Gom (cidade santa dos chiitas). Aqui Khomeini obteve o grau mais elevado dos estudos islâmicos e tornou-se um dos sábios mais importantes da grande escola religiosa desta cidade.

Com 27 anos, começou a ensinar filosofia. Entre os chefes religiosos, Imam Khomeini destacou-se por ter sido aquele que durante 50 anos teve a maior e a melhor cadeira de ensino do xiismo. Escreveu mais de 20 obras sobre os diferentes problemas religiosos, entre os quais se destacam um livro que trata das grandes linhas do governo islâmico e um outro cujo título — «O grande combate» — significa «como é preciso lutar contra todas as alienações».

CHINA

A abertura para o Ocidente

Apresentado o atual quadro político da China (EM TEMPO anterior),

José Carlos Avelino,

de Paris, revela as razões que levaram os dirigentes do Partido Comunista a levarem às últimas consequências a abertura do país para o Ocidente, buscando os recursos necessários para a realização da "modernização" chinesa a qualquer custo.

De Pinochet a Mobutu, chegando até a NATO, a China tem acordos inclusive com o regime brasileiro — um plano quinquenal para venda de petróleo — por sinal o primeiro do gênero feito com um país estrangeiro.

Na última matéria da série,

que será publicada no próximo número,

Avelino analisa o significado das quatro modernizações:

no campo da indústria, da agricultura, da defesa nacional e das ciências e técnicas.

De posse do quadro político chinês podemos abordar as chamadas quatro modernizações na interpretação que Teng Siao-ping (e Hua Kuo-feng) lhes dá e verificar como elas estão sendo aplicadas hoje. Buscaremos avaliar a descontinuidade da política dos dirigentes chineses e a amplitude das transformações operadas nesta sociedade nos últimos anos.

As quatro modernizações foram propostas por Mao Tse-tung na III Assembléia nacional popular, em 1964, e retomadas no relatório que Chou En-lai apresentou à IV Assembléia, em janeiro de 1975, sobre o trabalho do governo. Neste discurso, Chou En-lai estabeleceu duas metas a serem atingidas. Uma primeira: criação de uma economia autônoma, para os próximos dez anos. Uma segunda, as quatro modernizações: da indústria, da agricultura, da defesa nacional, das ciências e das técnicas, meta a ser atingida até o fim do século (V. Documentos da I sessão da IV APN da RPC. Edições em línguas estrangeiras, Pequim, 1975, pg. 58).

Hoje estas quatro modernizações são lançadas como programa imediato de governo, dentro de um contexto totalmente diferente do anterior e associadas a outras diretrizes políticas.

A primeira questão que nos vem logo à mente é o porquê da necessidade imperativa de modernizar a todo custo e abrindo mão de tantas conquistas socialistas. Uma só explicação nos parece plausível: a sobrevivência da atual equipe no cume da hierarquia do Partido (e do Estado). A hierarquização da sociedade e a burocratização da estrutura de poder na China levam a que as camadas diretamente implicadas no Poder decidam sobre a composição das altas esferas de sua estrutura. Explicar a necessidade imperativa de modernização pela sobrevivência política da atual equipe vem a ser o mesmo que caracterizar a atual equipe como sendo a representante da burocracia e da tecnocracia do Partido e do Estado. As duas explicações se completam. Devemos acrescentar à isto o nacionalismo dos atuais dirigentes que reetem insistentemente que a China deve

edificar um «grande Estado socialista poderoso e moderno».

Os recursos

Quando a atual equipe dirigente se dispôs a aplicar a política das quatro modernizações, como programa de governo, teve que resolver concomitantemente como iria conseguir os fundos necessários para este projeto que entre outras coisas prevê um crescimento anual de 5% da produção agrícola e de 10% da produção industrial.

O caminho que a União Soviética tomou para se industrializar foi o de utilizar o excedente agrícola como principal fonte de «acumulação socialistas». Ao que tudo indica não é esta a perspectiva do PCC. Isto levaria a tensões perigosas na sociedade chinesa, criando descontentamento no seio da população rural e principalmente levaria ao esfacelamento da principal base de legitimação e sustentação do atual poder. E a URSS está muito próxima (geográfica e historicamente) para que os dirigentes chineses não tomem em consideração a sua experiência...

A China já conta com um certo grau de industrialização e um relativo desenvolvimento agrícola que lhe fornecem um excedente interno considerável. Porém não o suficiente. Os dirigentes optaram então por adotar uma política pragmática de abertura em direção aos países capitalistas capazes de colaborar no seu projeto de desenvolvimento. Os países capitalistas têm razões de sobra para ajudar a China.

Estas razões vão desde o medo da União Soviética — veja-se os debates em junho deste ano na União da Europa Ocidental, organismo de segurança composto pelos oito principais países europeus, onde o papel da China na defesa da Europa contra a URSS foi o principal assunto — passando pela busca de novos mercados e assim abrindo a crise do sistema, até a certeza de que a China não representa um perigo subversivo. Porém o que importa aqui é ver como a China encara esta ajuda.

A República popular da China aceita todas as formas de ajuda financeira, to-

das as formas de crédito e todos os tipos de transação comercial em uso no mundo ocidental. O conteúdo de suas importações comporta tecnologia de ponta, cereais, produtos siderúrgicos, adubos químicos e minério de ferro. Em geral não há importação de bens industriais de consumo e a importação que mais cresce é a de usinas «chaves em mãos» (usinas completamente construídas pela companhia estrangeira contratada com mão-de-obra chinesa).

As relações

As relações que a China está desenvolvendo com os novos acordos se assemelham ao tipo das relações que os países capitalistas desenvolvidos estabelecem com os países economicamente atrasados: endividamento externo e exportação de matérias-primas, tais como Petróleo, carvão e outros minerais (acrescente-se o fato de que nas exportações tradicionais chinesas o peso do item produtos industrializados é importante).

O que varia fundamentalmente em relação aos países economicamente atrasados da periferia do sistema capitalista é o desdobramento dos investimentos: depois de pagos os custos de instalação e um lucro, anteriormente combinado, todas as instalações passam às mãos do Estado. Varia também o desdobramento da importação de tecnologia: esta depois vai ser produzida por eles.

Assim, os acordos assinados entre o Japão e a China em fevereiro deste ano e ampliados logo depois a pedido da China significam, em síntese, uma troca de fábricas e tecnologia japonesas contra petróleo e carvão chineses. Fan Yi, vice-primeiro ministro, em visita à França, propôs a troca de metais não ferrosos (titânio, valádio, etc) e metais chamados «terras raras» em troca de técnicas de exploração destes minérios.

A reserva de divisas chinesas foi avaliada recentemente pelos especialistas americanos e japoneses em apenas 5 bilhões de dólares. As possibilidades de aumentar estas reservas cambiais dependem de um lento aumento das exportações e o projeto de desenvolvimento não pode esperar. A solução encontrada tem sido variada: adiamento do prazo de pagamento das importações e depósitos cruzados em divisas fortes (formas disfarçadas de crédito, já utilizadas há mais tempo), financiamentos e empréstimos por parte de bancos privados (é o caso da construção e financiamento de uma siderúrgica pelos japoneses; é o caso de vários acordos com os alemães, é o caso da importação de 2,5 toneladas de trigo dos EEUU, etc) e empréstimos governamentais, com o que cai mais um bastião da doutrina marxista de «contar com as suas próprias forças».

Crédito disfarçado

Há já algum tempo que a China vem utilizando uma forma disfarçada de crédito

to que consiste em fazer acordos com bancos japoneses, e posteriormente britânicos e americanos, instituindo depósitos cruzados em moedas fortes remunerados à taxa de cerca de 7,5%. Este dinheiro, depositado por 3 ou 4 anos no Banco da China em Hong Kong lhes permite fazer compras no exterior.

Outra forma disfarçada de crédito, praticada principalmente pelos exportadores japoneses, tem como intermediário o Banco Export-Import de Tóquio que fornece os créditos necessários à venda de produtos à China. Esta pode assim adiar o prazo de pagamento das compras até 4 ou 5 anos. A taxa de juros de 7,5% ao ano é incluída no preço do produto.

A abertura seguinte em meados deste ano foi para empréstimos junto a bancos particulares. A primeira proposta dirigiu-se aos bancos britânicos e marcou uma grande mudança de atitude deste país que até então tinha se recusado a fazer empréstimos diretos. Mais tarde a China propôs ao Export-Import do Japão de contrair um empréstimo a 6% de juros. O Dresdner Banc está disposto a abrir um crédito de compra de 28 bilhões de dólares alemães ao Banco da China se a Schloeman-Siemag for encarregada de construir um complexo siderúrgico gigante conforme pedido dos chineses. Com relação ao Japão, o valor total das negociações do conjunto dos projetos programados e em curso eleva-se a 30 bilhões de dólares; a chave da expansão do comércio sino-japonês é o financiamento pelos bancos particulares japoneses destas exportações.

A aceitação de empréstimos governamentais só chegou em meados de outubro e a Itália já ofereceu um crédito da ordem de um bilhão de dólares sobre um período de 4 anos à taxa de 7,5%. Este crédito amortizável em 8 a 10 anos não está ligado a nenhuma operação comercial em curso mas visa fortalecer as discussões atualmente em curso com a Fiat.

O Turismo

Existem outras formas, marginais porém, a serem consideradas, de arrecadação de divisas. Turismo por exemplo. A perspectiva desta atividade é a de desenvolver-se; até o fim do ano cerca de 100 mil turistas terão visitado a China, ou seja, o dobro do ano passado. Para melhorar a rede de hotéis foi feito um acordo de princípio com as principais sociedades imobiliárias de Hong Kong que deverão construí-los rapidamente. Depois de prontos cabe aos chineses geri-los e mantê-los. Estas sociedades imobiliárias receberam o pagamento por intermédio das agências de viagem; estas pagarão as imobiliárias até cobrir os custos acrescidos de uma percentagem de lucro; em seguida estes hotéis passam a ser do governo chinês. Acordo semelhante foi concluído no início de novembro com a cadeia de hotéis Intercontinental (filial da Pan Am) para a construção de hotéis num total de mil quartos de luxo distri-

buidos entre Pequim, Changai e Cantão.

Outra forma de arrecadação de divisas é a abertura da China à sociedade Asian International Electronics de Hong Kong para a montagem de cassetes, hi-fi e televisão a cores. Estes produtos depois de montados são colocados a venda aos chineses de ultramar aos visitantes estrangeiros. Os chineses de ultramar colaboram com cerca de 400 milhões de dólares por ano.

Os acordos

Como corolário de sua ofensiva diplomática vários países já estabeleceram com a China os acordos de cooperação desejados por esta e os acordos comerciais estão se ampliando consideravelmente.

As exportações chinesas no primeiro semestre deste ano aumentaram de 28,5% e as importações de 60% em relação ao mesmo período do ano passado. Nas importações o que mais cresceu foram as instalações de usinas «chaves em mãos» (+70%). Nas exportações continua crescendo o item de produtos industriais e a balança comercial chinesa mantém-se positiva, segundo a agência noticiosa iugoslava Tanyoug que não dá cifras mais precisas (Monde, 17/8/78).

O principal comércio se dá com o Japão. Em fevereiro, os dois países concordam em passar a 20 bilhões de dólares o valor do comércio entre eles para os próximos 8 anos e a China propôs mais recentemente dobrar este valor.

Com os países europeus, a China também tem aumentado o seu comércio. Além das relações bilaterais já firmadas o primeiro acordo comercial com o CEE (Comissão Econômica Européia).

Com os Estados Unidos as coisas caminham mais lentamente em virtude da ausência de relações diplomáticas. Mas a compra por parte da China de 2,5 milhões de toneladas de trigo americano levou os senadores deste país a adotarem um projeto de lei autorizando a Commodity Credit Corp. a ceder um empréstimo à China Popular a fim de iniciar estas compras. Em meados de outubro, as relações sino-americanas deram um salto espetacular ao ser confirmada a possibilidade de os EUA entregarem à China um satélite de comunicação. Destinado oficialmente a uso civil, é inegável a sua utilidade militar. Será a primeira vez que uma troca deste tipo de equipamento se efetuará entre os EUA e um país não capitalista.

Com o Brasil, a China Popular assinou recentemente um acordo quinquenal de venda de petróleo, o primeiro do gênero entre a China e um país estrangeiro, segundo informa o Bulletin Quotidien de 10 de novembro de 1978. O mesmo boletim nos informa que também foram assinados um certo número de contratos importantes para a venda de minério de ferro, de açúcar e de produtos metalúrgicos brasileiros bem como para a compra de produtos farmacêuticos chineses.

Os "Três Mundos" do pós-maoísmo

A partir da "Teoria dos Três Mundos", atribuída a Mao Tsé-tung, a União Soviética é considerada «o principal inimigo dos povos», superando até mesmo o famoso "tigre de papel", o imperialismo norte-americano. Aonde esse tipo de política está levando a China?

Apesar do recente desencadeamento de uma campanha anti-maoísta na China, que promete se ampliar (Ver Em Tempo nº 40) os dirigentes chineses ainda defendem que a linha atual da revolução decorre diretamente do que preconiza Mao Tse-tung. Os esforços empreendidos para tornar a China uma «nação socialista moderna e poderosa, até o ano 2000», capaz de rivalizar com os maiores países capitalistas, são apresentados como uma aplicação das diretrizes traçadas por Chou En-lai e chanceladas por Mao na Quarta Assembléia Nacional Popular, em janeiro de 75.

Da mesma forma, a continuidade da luta «contra o hegemonismo» e particularmente «contra o social-imperialismo soviético», pilar da política externa chinesa, é apresentada como uma aplicação da «teoria dos Três Mundos», geralmente aceita na China como criação do ex-presidente.

Estas duas políticas foram aprovadas na Quinta Assembléia Nacional Popular, em fevereiro de 1978 sob a palavra de ordem — «unir-se com todas as forças com as quais seja possível compor» para levar adiante a modernização do país e a luta contra o hegemonismo. Palavra de ordem que, se evidentemente exclui os partidários do «Bando dos Quatro», serve para o atual regime mobilizar o apoio das forças não comunistas remanescentes na China. Assim é que, nas vésperas da Quinta Assembléia, convocou-se a Conferência Con-

sultativa Política do Povo Chinês, órgão da Frente Única Democrática que reúne, além dos comunistas, representantes religiosos, das minorias nacionais, e da pequena burguesia. Esse órgão se encontrava desativado desde a Revolução Cultural, quando seu presidente era Chou En-lai (o presidente agora é Teng Hsiao ping). A reabertura da Conferência Consultativa Política do Povo Chinês, por outro lado, coincidiu com a dissolução dos «Comitês Revolucionários», órgãos de base criados durante a Revolução Cultural, com a função de controle político e administrativo, e que funcionavam nas fábricas, fazendas coletivas, brigadas de produção agrícola, escolas, etc. Esses comitês foram denunciados como órgãos paralelos de poder.

Pinochet é unificável

Mas a palavra de ordem «Unir-se com todas as forças unificáveis» é sobretudo usada na justificativa da política externa chinesa. Nesse caso, a composição abarca em maior ou menor medida todas as forças do espectro internacional (podendo acolher até os EUA) com a única exceção da União Soviética, contra a qual é dirigida. Desde o início do conflito sino-soviético a URSS passou a ser considerada pela China como «o inimigo principal de todo o povo do mundo». É essa a política que tem levado a China a apa-



Teng Hsiao ping (ao fundo), Ye Kien-ying e Hua Kuo-feng saudam os membros do Comitê Nacional da Conferência Consultativa Política do Povo Chinês. Após a morte do «Grande Timonero», intensificou-se a virada à direita e a Teoria dos Três Mundos foi levada às últimas consequências.

recer na companhia íntima de governos os mais reacionários e até fascistas, que vão de Pinochet à ala extrema-direita da democracia Cristã alemã, de Mobutu à OTAN.

A teoria dos Três Mundos

Ante a estupefação geral que essa política provoca, o governo chinês se defende escudado na «teoria dos Três Mundos» que seria nada mais, nada menos que a «síntese científica da realidade objetiva da etapa atual da luta de classes em escala mundial». Isto é, os dirigentes chineses partem da concepção de que a única maneira de desenvolver a luta de classes a nível mundial em nossa época é através da união de todos os países na luta anti-hegemonista contra as duas superpotências, os EUA e, sobretudo, a URSS. A luta anti-hegemonista não apagará as contradições de classe existentes nos países da coligação do Terceiro Mundo (países dependentes e países socialistas) com o Segundo Mundo (países imperialistas

de segundo plano, como França e a Alemanha, o Japão ou o Canadá), mas as subordinariam à contradição principal opõe o «Terceiro Mundo» e o «Segundo Mundo» ao «Primeiro Mundo».

A novidade na teoria dos Três Mundos, como tentativa de estabelecer uma escala de prioridades na luta anti-imperialista internacional, é a estranha dialética que coloca a URSS, por um lado, em pé de igualdade com os EUA formando o «inimigo comum dos povos» e, de outro lado, como «o inimigo principal dos povos».

A «Explicação» é que a URSS, depois que a «camarilha Khrushchev-Brzhnev» transformou a «ditadura do proletariado em ditadura fascista, convertendo uma economia socialista altamente concentrada em uma economia capitalista monopolista de Estado igualmente concentrada», passou a rivalizar com os EUA na exploração e opressão internacionais. Entretanto, enquanto os EUA, pelas derrotas militares internacionais sofridas, encontram-se na defensiva, a URSS, mili-

tarizando toda a economia nacional e o aparato de Estado, está em plena ofensiva, tornando-se por isso «na principal fonte de guerra de nossos dias». A belicoidade da URSS elegeu a Europa como local privilegiado de garantia para seus planos de dominação mundial. Por isso existe uma base objetiva que permitiria a união do Segundo Mundo ao Terceiro, na luta anti-hegemonista comum.

Reforço do imperialismo

Para os dirigentes chineses, a teoria dos Três Mundos é perfeitamente justificável do ponto de vista dos princípios, em precedentes historicamente «elaborados por Lenin e Stalin». (SIC). Ressaltam os chineses que tanto Lenin quanto Stalin viam a contradição básica de nossa época entre o campo socialista e o imperialista, segundo as circunstâncias impostas pelo momento histórico. Assim é que a linha revolucionária internacional já tomou como principal referência a divisão do mundo entre nações opressoras e oprimidas (Lenin), ou a divisão entre nações fascistas e anti-fascistas (Stalin). Agregam os chineses que em nossa época a realidade mundial tornou-se mais complicada porque desde «a traição ao marxismo-leninismo» da «camarilha de renegados revisionistas soviéticos», o campo socialista deixou de existir, estabelecendo-se as condições para a divisão internacional em «Três Mundos».

Para os críticos desta teoria, é muito difícil conciliar seus resultados práticos com os objetivos gerais do movimento socialista na medida em que a lógica da oposição absoluta à URSS tem conduzido a China a reforçar as piores manifestações do imperialismo, e da reação mundial.

Vera Martins

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo CEP: 05415.

Aparte

A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado. E mais: solicita-se que os correspondentes na base de 70 toques por linha, dêem seus nomes e endereços completos.

Agora são 254 as vítimas da repressão

Mais um nome na lista de mortos

O Congresso Brasileiro pela Anistia, recentemente realizado em São Paulo, elaborou uma relação de 253 nomes de pessoas mortas ou «desaparecidas» pelo regime militar.

Do presidio político da Frei Caneca, Rio, o leitor Amadeu Rocha pede um aparte e acrescenta o nome de Milton Soares de Castro, dado oficialmente como suicida por enforcamento no presidio político de Linhares, Juiz de Fora.

Sr. Redator,

Na relação dos companheiros mortos ou desaparecidos, desde 1964, publicada no Em Tempo nº 37, não consta o nome do companheiro MILTON SOARES DE CASTRO.

Milton foi preso na Serra do Caparaó, juntamente com outros companheiros, e dias depois — nos primeiros dias de abril de 1967 — apareceu morto numa Cela do Presidio de Linhares, em Juiz de Fora. A 4ª Região Militar declarou em nota oficial, que Milton havia suicidado — suicídio por enforcamento.

Durante os anos em que estive preso, em Juiz de Fora, procurei investigar, na medida do possível, a morte do meu companheiro de Caparaó e todas as pessoas com quem falei, inclusive alguns militares, nenhum aceitou a versão de que Milton suicidou.

Fiquei sabendo que ele foi retirado da cela ensanguentada e, por outro lado, verifiquei também ser praticamente impossível alguém se enforcar, pendurado num cano de torneira de aproximadamente 1,50 m de altura. Milton tinha mais ou menos 1,75 m de altura.

Esse é mais um dos «suicídios» da ditadura militar que aterroriza o nosso povo há mais de 14 anos. Registro aqui os nomes das autoridades que, em 1967,

direta ou indiretamente, estão envolvidos com o caso:

• General de Divisão Itiberê Gouveia do Amaral, comandante da 4ª Região Militar, e seu chefe de Estado Maior;

• 2ª seção de Estado Maior — que diretamente participou dos interrogatórios, eu mesmo fui por ele interrogado;

• Major Ralph Greenald Filho, encarregado do Inquérito Policial Militar — IPM do Caparaó;

• Procurador Militar, Dr. Joaquim Simões, ainda lotado na Auditoria Militar de Juiz de Fora, principal interrogador na fase policial e acusador no julgamento;

• Capitão Rocha, Comandante da Cia. de P.E. do QG — 4ª RM — e seu subcomandante, um 1º tenente, cujo nome não me recordo no momento.

Sr. redator, ficar-lhe-ia agradecido se a presente carta fosse publicada no seu jornal.

Outrossim, estou lhe mandando cópia de um documento sobre a minha prisão, que oficialmente, em 1976, encaminhei ao Presidente da República Atenciosamente,

Amadeu Rocha
(condenado a 12 anos e 6 meses — Presidio Político da Frei Caneca — Rio).

Distrital, distrital. É melhor e não faz mal!

A recente investida para implantação do voto distrital deve ser tomada a sério: esse sistema traria benefícios enormes ao regime militar.

O que ocorreu outrora na Inglaterra, serve como exemplo: cidades operárias populosas como Manchester enviaram um ou nenhum representante ao parlamento da rainha, enquanto aldeias rurais quase desabitadas elegiam seus deputados, graças à mágica do voto distrital.

Maurício Godinho

A idéia do voto distrital de há muito está presente nas considerações do pensamento político conservador do Brasil. Ainda no governo Médiç, o político Gustavo Capanema, oriundo do Estado Novo e do ex-PSD, acenava com um projeto de implantação do sistema distrital, buscando obter apoio nos meios oficiais do regime. Sua pretensão foi arquivada na época tanto pela indiferença do próprio partido do governo, como pela pronta objeção que outros políticos tradicionais da Arena faziam ao voto distrital.

Após as recentes eleições de 15 de novembro, ressurgiu a velha idéia, revigorada com adesões de última hora na área restrita do Palácio do Planalto. O senador Petrônio Portela é um exemplo. Logo em seguida à abertura das primeiras urnas apontando a derrota do governo e um fortalecimento de mais de 100% no grupo dos autênticos do MDB, sentenciou: «Diante dos resultados das eleições eu, que sempre me opus ao voto distrital, terei de reconsiderar minha posição».

Como funciona

O sistema de voto distrital consiste na criação de uma nova base eleitoral para as eleições gerais. Ao invés de considerar o Estado da federação como a base de onde serão eleitos os representantes (deputados estaduais e federais), como ocorre nas eleições proporcionais, criam-se novas bases eleitorais dentro desses Estados: os distritos eleitorais. Assim, os deputados não serão eleitos com votos vindos de todo o Estado, tal como ocorre hoje, mas somente com aqueles provenientes do distrito eleitoral em que se acharem inscritos. Por exemplo: se um candidato de um determinado distrito receber votos de outros distritos eleitorais ainda que do mesmo Estado, esses votos serão considerados nulos. O sistema distrital substituiria o sistema das eleições proporcionais (para a Câmara

Federal e Assembléias Legislativas), não se aplicando, portanto, às eleições majoritárias para o Senado, nem aos pleitos municipais. A objeção de vários políticos conservadores a este sistema decorre da incerteza que ele traria à sua própria sobrevivência política. Como se sabe são poucos os parlamentares, mesmo do partido governista, que possuem um único reduto eleitoral que lhes garanta a eleição. Em geral, seus currais acham-se espalhados em pelo menos duas ou três regiões de seus Estados. Pelo novo sistema, eles se candidatariam somente por uma região, o que poderia lhes custar o mandato.

As eleições de 1978 criaram, entretanto, um fato novo: não apenas confirmou o veredito popular contrário ao governo, repetindo 1974, como fortaleceu muito a corrente mais combativa e avançada do MDB, os «autênticos». Essa circunstância, que certamente pode agregar novos problemas ao regime, fez renascer a tese do voto distrital, a despeito do mal-estar que ela possa vir a causar em uns tantos membros do partido do governo. Neste caso, os interesses do regime falariam mais alto e o sistema distrital, no todo, seguramente lhe traria vantagens.

Artifícios

O novo sistema dificultaria a eleição dos representantes da oposição mais consequente, pelo simples motivo de limitar demasiadamente a área de sua atuação. Em Estados mais conservadores, por exemplo, as candidaturas mais combativas têm necessariamente, que fazer sua campanha em várias regiões, pois, uma única área não é suficientemente grande para elegê-las.

Por essa razão, muitos dos chamados autênticos do MDB precisam espalhar seu trabalho por várias zonas de seu Estado de origem. A limitação drástica que o voto distrital traz para este tipo de trabalho é que leva os

arautos desse sistema a afirmarem que ele «impede o voto ideológico», como gostam de se referir ao voto mais avançado de oposição. Mas os artifícios do voto distrital não terminam aí. A maneira de dividir os distritos eleitorais é talvez a maior arma que esse sistema fornece às forças conservadoras interessadas em sua implantação.

Na distribuição dos distritos eleitorais por um Estado, leva-se em conta não apenas a população que corresponderá ao distrito, mas também a sua extensão geográfica. Dessa forma, faz parte das regras do jogo existirem distritos eleitorais com grande concentração populacional e extensão com população rarefeita. E caberá a cada um o mesmo número de representantes. Assim, pelo simples mecanismo de divisão dos distritos eleitorais nos Estados, o governo estará assegurando:

a) o isolamento das áreas de grande concentração operária e de voto oposicionista (conferindo a elas uns poucos distritos eleitorais);

b) a divisão e aumento do valor eleitoral das grandes áreas rurais, de voto situacionista, ao criar nelas vários distritos eleitorais em função de sua larga extensão territorial.

Dessa maneira as forças conservadoras estariam garantindo um aumento sensível do número de seus representantes (deputados estaduais e federais), independentemente da elevação ou não do número de sufrágios conferidos a sua legenda, já que o coeficiente eleitoral entre os distritos de um mesmo Estado seria diferente: maior para os distritos localizados nas grandes cidades e zonas operárias e menor para aqueles situados nas regiões rurais. E em todos esses casos, certamente, os candidatos de posição política mais à esquerda teriam dificuldades redobradas para se elegerem.

O novo sistema também fortalece em demasia as cúpulas partidárias, já que o caráter polarizador que adquirem as eleições em cada distrito faz com que a seleção de candidatos em cada partido tenda não somente a reduzir o seu número, para não dispersar os votos, como a preferir aqueles de propostas mais abrangentes ou, noutras palavras, não-classista. Tornando-se a experiência do MDB atual, onde normalmente é difícil a consecução de legenda pelos candidatos mais combativos, principalmente se recém ingressados na política partidária, pode-se perceber o quadro que o sistema distrital conferirá, nesse aspecto particular, aos elementos da oposição mais consequente.

Tradição e Mistificação

A recente investida para a implantação do voto distrital deve ser tomada a sério. Ainda que no Brasil de agora a conjuntura política seja diferente da de outras épocas, o regime já demonstrou por variadas vezes sua grande capacidade de tentar impedir ou falsear a vontade popular. E nesse campo o sistema distrital só lhe traria benefícios, assegurados por uma antiga folha de serviços cheia de eficiência e boa dose de caradurismo.

Já na Inglaterra do século XIX, produziu o seguinte quadro no vez por outra admirado liberalismo inglês: enquanto cidades operárias como Manchester, com mais de 100 mil habitantes, enviavam um ou nenhum representante ao Parlamento da rainha, por corresponderem a apenas um ou nenhum distrito eleitoral, aldeias rurais quase desabitadas elegiam seus deputados pelo fato de pertencerem a um ou mais distritos eleitorais geograficamente extensos.

Não se chega a tamanha acinte no século XX. Mas, ainda assim, os setores dominantes não deixam de perceber as vantagens do voto distrital como forma de colaboração à dominação política em seus países. E não foi outra coisa que fez o general De Gaulle, na França, quando exigiu para sua volta ao poder em 1968, em meio a uma crise política, a implantação do sistema distrital naquele país. Efetivado o sistema, a representação parlamentar da esquerda francesa caiu para níveis desprecupantes, embora sua votação continuasse a experimentar uma relativa ascensão. Alguns diriam que todas essas questões são formais e portanto não seriam decisivas para a dominação política; mas certamente em alguma coisa contribuem.



Nelson Fereira

Estudantes, o apito na panela de pressão.

As lutas por melhores condições de ensino e pela democratização da universidade não são possíveis se não estiverem combinadas com as lutas dos setores oprimidos da sociedade brasileira.

À redação,

Nós de «Estratégia» (tendência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora) gostaríamos de criticar a forma como saiu o artigo «As eleições do DCE de Juiz de Fora» em EM TEMPO Nº 38 e retificar que, como oposição à atual diretoria do DCE-UFJF, conseguimos sair vitoriosos nas eleições para os DAs de Ciências Biológicas, Farmácia e Bioquímica, além de fortalecer nossa posição nas escolas de Odontologia, Engenharia, ICH, ICE, Medicina e Comunicação.

Nossa crítica vai diretamente à parte da matéria que truncou a verdadeira posição alcançada por «Estratégia» nas eleições e, além disso, omitiu a apresentação dos eixos centrais de nossa plataforma de lutas: Organização Democrática do DCE, criando canais efetivos e permanentes de participação dando orientação consequente às lutas travadas e levando a entidade central a estar presente no dia-a-dia do estudante; Democratização da Universidade, lutando pelo controle de estudantes, professores e funcionários das decisões na Universidade, pelo acesso das camadas oprimidas ao ensino superior, por um ensino voltado para as reais necessidades da população, combinando as lutas mais imediatas às mais gerais, as reivindicações transitórias às definitivas. Porém as lutas por melhores condições de ensino e pela democratização da Universidade não são possíveis sem que se combine tais lutas às

dos setores oprimidos na sociedade brasileira.

A Universidade reflete a organização da sociedade e a força das classes que estão em conflito dentro dela. A Universidade só mudará com a mudança na sociedade. A luta pela sua democratização só é, portanto, possível aliada à luta do povo oprimido pela democracia. Nessa luta o ME aparece como força auxiliar, não cabendo a ele substituir os trabalhadores na luta pela democracia, mas funcionando como «apito da panela de pressão», abrindo espaço para que eles se organizem, e levantando bandeiras que interessam aos setores populares.

É de fundamental importância, ainda, a unificação do movimento popular e o estabelecimento de um programa que aponte para a democracia real, para o socialismo, para a propriedade coletiva dos meios de produção e a ampliação da democracia, com o estabelecimento de um governo dos trabalhadores. Se é verdade que o socialismo não está «batendo às portas», porque o equilíbrio de forças é ainda desfavorável para os trabalhadores, é possível pensar-se na criação de um movimento socialista que se organize a partir das reivindicações mais imediatas da população, aproveitando os espaços abertos pelas eleições parlamentares e a rearticulação partidária.

TENDÊNCIA «ESTRATÉGIA» (JUÍZ DE FORA)

Do Irã, um leitor analisa a situação política de lá:

Mudanças profundas não virão agora

Uma das razões que escrevo é que vocês devem ter ouvido um boado sobre o Irã ultimamente. É difícil, numa carta curta como esta, dar um quadro sintético sobre o que ocorre aqui. Entretanto, como estou mais ou menos familiarizado com o que os jornais ocidentais divulgam, distorcendo tudo o que se passa no Irã, creio que seria bom reforçar sua compreensão. O movimento tem uma clara natureza democrática e anti-imperialista. A religião formou e, talvez o tenha enquadrado, mas é pura propaganda imperialista dizer que são os «tradicionalistas», isto é, os muçulmanos fanáticos, que se opõem ao domínio do xá e que são contra a chamada «modernização». O caráter mais importante do movimento é sua clara demarcação como reformismo dos liberais e da burguesia nacional que tentam sufocar o movimento revolucionário e limitá-lo a algumas concessões à cianca do xá. Mas, ainda uma vez, são

as massas pobres (parcialmente conscientes) que neste período, tomaram a frente do movimento e é difícil segurá-las ou controlá-las. O triste é que falta uma esquerda organizada, entretanto, a situação atual ajuda sua formação. Esta é, no geral (naturalmente muito no geral) a situação no Irã. Não vou falar na intensificação da repressão que diariamente metralha pessoas e prende maciçamente, etc.

Por último é importante ressaltar a importância do Irã tanto para o imperialismo norte-americano quanto para os movimentos de libertação no mundo inteiro. A repercussão é imensa, particularmente na Ásia. Estou certo que suas implicações serão mais importantes que a própria revolução cubana.

As próximas semanas serão cruciais, apesar de sabermos que nenhuma mudança substancial terá lugar no Irã por um período relativamente longo (como no Vietnã). Hari Sav

Debate Partidos.

Luta interna no MDB agora em nova etapa

O setores adesistas do MDB estão bastante isolados e enfraquecidos. A principal polarização dentro da agremiação oposicionista é entre a burguesia liberal conservadora e o bloco popular. O desfecho poderá ser, inclusive a conquista da hegemonia e da direção desse partido pelo campo popular, embora isso não seja líquido e certo. Haveria uma mudança no caráter de classe da política oposicionista no plano parlamentar.

Antonio Carlos de Carvalho

Ainda ressoa em todo o país, a estrondosa derrota do regime militar nas eleições de 15 de novembro. A manifestação popular, o voto contra o Governo, mostrou o imenso potencial acumulado na classe operária e no povo, expresso na votação maciça dos candidatos populares mais combativos, que foram para as ruas e fizeram vigorosa denúncia do regime de opressão em todos os seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Apesar de vergonhosamente derrotado, o regime não está para cair. Está isolado, enfraquecido, mas ainda está de pé e vai absorver o desgasto do resultado das urnas e retornar a iniciativa política. Antes do fim da ditadura, muita água ainda vai passar por baixo da ponte.

Moderados x Autênticos

O grande vencedor destas eleições foi o bloco oposicionista. Mas a grande novidade foi o crescimento das forças populares dentro do MDB. As expressivas votações — os primeiros lugares — e o aumento significativo do número de parlamentares eleitos pela oposição popular, tanto nas Assembléias Legislativas, quanto na Câmara Federal e até para o Senado. Isso altera os polos de disputa dentro do MDB.

Os setores adesistas do MDB estão bastante isolados e enfraquecidos. Hoje, pode-se dizer com segurança que o principal polarização dentro do MDB é entre a burguesia liberal conservadora e o bloco popular. Ou seja, entre os «moderados» e os «autênticos». Isso abre uma nova etapa de luta interna dentro do MDB, cujo desfecho poderá ser, inclusive, a conquista da hegemonia e da direção desse partido pelo campo popular. Neste caso, haveria uma mudança no caráter de classe da política oposicionista no plano parlamentar.

Isso demonstra que a política de Frente Popular foi plenamente vitoriosa nestas eleições. Mais que isso, ultrapassou as expectativas. Antes defendíamos que era possível (e necessário) a formação de um bloco popular de forças, com expressão própria e independente, também no plano legal e parlamentar. Hoje, esse campo popular, em configuração, pode fazer pender o seu favor a correlação de forças dentro do MDB e impor uma direção consequente na luta contra a ditadura.

Expurgo dos Adesistas

Assim, a formação da Frente Popular a nível parlamentar, passa necessariamente pelo desenvolvimento dessa luta interna dentro do MDB. Centrando fogo nos adesistas e exigindo seu expurgo, trabalhando para aumentar seu isolamento principalmente junto a seus redutos eleitorais como é o caso do Rio de Janeiro. Com isso fortaleceremos o campo popular e enfraqueceremos politicamente os liberais que muitas vezes se apoiam nos adesistas para atacar os setores mais combativos.

Não é líquido e certo que a luta interna seja vencida pelos setores populares. Mesmo assim é nesse processo de luta política e ideológica, entre o liberalismo burguês e o campo popular, que poderá melhor se formar esse bloco de forças. No caso de vitória, o mais provável é que uma parte dos liberais procurem outra agremiação partidária, enquanto outros, mais comprometidos com a luta pela democracia, permaneçam no partido, mesmo sob direção popular.

É realmente inaceitável para as forças populares entregar a legenda do MDB para setores adesistas ou vacilantes sem que haja luta. É necessário se opor firmemente às manobras do regime para dissolver o MDB — cassar sua legenda modificando seu nome. Denunciar mais

essa tentativa de burlar a vontade popular, bem como a tentativa de implantação do Voto distrital e o adiamento das eleições de 1980. Fazer uma campanha nacional contra essas medidas que visam perpetuar o regime autoritário. É vital para o movimento oposicionista impedir que o regime consiga levar adiante esse seu intento.

História para boi dormir

Quanto a essa história de que «não se muda de time quando se está ganhando» (artigo, «Tem carão debaixo desse angu», Tiberio Canuto, Em Tempo nº 39), é boa pra boi dormir. Quem está ganhando? O artigo diz que devemos permanecer «dentro do MDB para pressionar a direção para que ela não componha com o Governo». «Não que se espere ganhar a máquina partidária... mas inviabilizar profundas guinadas para a direita». Diz ainda que cabe manter a frente entre socialistas democratas, trabalhistas e liberais. «Não que ela vá por um fim ao Regime Militar», pois esse será abalado fundamentalmente por «uma frente tendo como eixo as camadas populares» cuja atuação principal não se situa no parlamento. Quanto à essa última parte, estou de pleno acordo e é o que tenho defendido insistentemente. No entanto, não é possível concordar com essa história de que a oposição no parlamento cabe aos liberais e que nós seremos simplesmente uma força auxiliar de pressão. Não entregaremos nada de mão beijada.

Lutaremos para que a força que tenhamos no movimento popular se expresse também no plano parlamentar reduzindo a influência política da burguesia liberal na direção do movimento de massas. Mais que um direito, essa é uma obrigação. Disputar em todos os níveis, inclusive organizando campanha de filiação em massa no MDB visando a organização de novos diretórios e a disputa dos setores populares, defendendo claramente a necessidade do povo conquistar a maioria do MDB.



EXCLUSIVO:

Finalmente laudo médico esclarece o verdadeiro Mal de Neves: Bayer, Shell, Rhodia, etc.

Comprovado: defensivo agrícola matou os lavradores em Minas.

Um laudo médico assinado pelo anátomo-patologista Washington L. Tafuri, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, prova que as mortes de onze lavradores e seus familiares ocorridas na Fazenda Colina no município de Ribeirão das Neves a 40 km de Belo Horizonte foram mesmo causadas por defensivos agrícolas — produtos químicos utilizados na lavoura.

O registro de necropsia, que leva o número 19.570 e o timbre da Faculdade de Medicina, só agora vem à tona, revelado por este semanário. O documento conclui que Cristóvão Damasceno (uma das vítimas do que se convencionou chamar de «Mal de Neves») morreu de **hepatite e nefrose tóxicas exógenas**. Isso quer dizer: situação clínica dominada por graves alterações, principalmente no fígado e nos rins, provocada por intoxicação vinda de fora.

Na fazenda 21 marcas diferentes

Embora o laudo do dr. Tafuri não indique expressamente qual foi o agente externo causador da morte do lavrador Damasceno, a definição da «causa mortis» já diz tudo. Não precisa explicar se é Bayer, Shell, Rhodia, ou outra marca.

Em julho deste ano, o médico Pedro Lúcio Tavares Ramos — funcionário da firma Sermeco (Serviços Mecanizados de Engenharia e Construções S/A) — informou ao Núcleo de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde de Minas Gerais da ocorrência de uma doença não diagnosticada, causadora, até aquela época, da morte de cinco trabalhadores da Fazenda Colina de propriedade da empresa. Nos meses seguintes, o total chegou a 23 vítimas com registro de 11 óbitos. Em geral, as mortes aconteceram aproximadamente oito dias após o acometimento da doença, e as vítimas apresentavam um quadro final caracterizado por convulsões e coma.

Foram feitos todos os exames de laboratório de rotina desde os de sangue, urina, função hepática, bacteriológico de água e outros, até os anátomo-patológicos, realizados na Faculdade de Medicina e no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte. Estes últimos foram os decisivos para o estabelecimento do diagnóstico de **hepatite e nefrose tóxicas exógenas**.

Que tipo de produtos químicos «exógenos», ou melhor, que tipo de defensivos teriam atacado os lavradores?

Há duas hipóteses: organo-fosforados ou organo-clorados, segundo a complicada definição téc-

nica. Na fazenda da Sermeco são utilizadas 21 marcas de defensivos agrícolas. No cafezal, por exemplo foram utilizados os organo-fosforados Lebaycid, Folidol em 60% e Folimat 1000, da marca Bayer, entre outros. E também usa-se lá o organo-clorado Formicida Shell Super 5% Aldrin, dentre outros. As vias de absorção desses compostos pelo organismo humano são: oral, respiratória e pela pele.

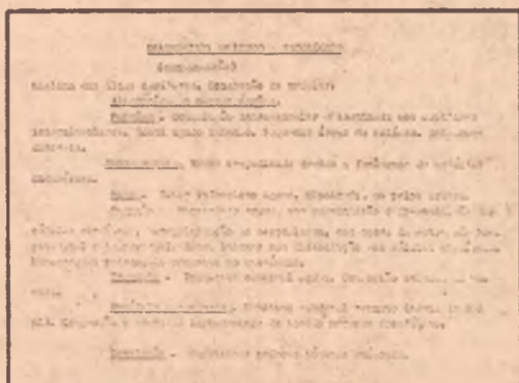
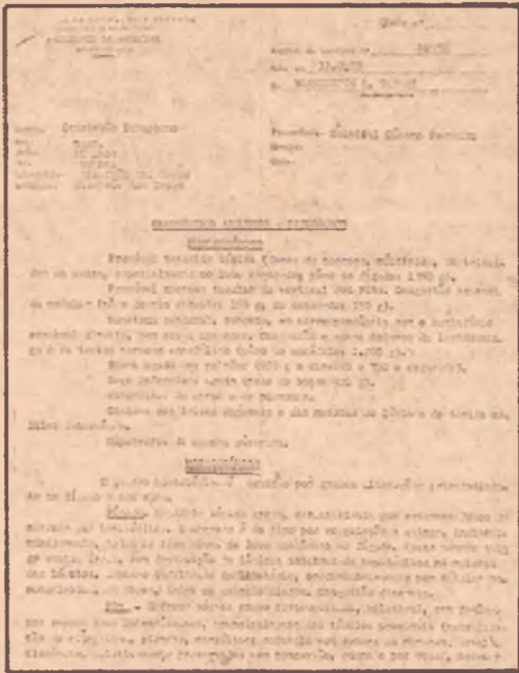
Os defensivos agrícolas organo-fosforados provocam no homem a seguinte situação clínica: acúmulo de secreções, tosse, edema pulmonar, problemas cardíacos, náuseas, vômitos, tremores de língua, lábios, pálpebra, perda do controle das fezes e urina, espasmos e paralisias; e sobre o sistema nervoso central, produz os efeitos da ansiedade, dor de cabeça, crises convulsivas, parada respiratória, torpor e coma.

O quadro clínico gerado pelos compostos organo-clorados se manifestam decorridos 30 minutos da contaminação; caracterizando-se por vômitos, dores abdominais, diarréia, distúrbios de equilíbrio, espasmos, tremores, e convulsões. A morte pode ocorrer por insuficiência respiratória, devido às convulsões repetidas, ou por depressão do sistema nervoso central.

Seis vítimas numa só família

Com 40 anos, cor branca, nascido e residente em Ribeirão das Neves, Cristóvão Damasceno, o lavrador do laudo, foi parar no Hospital Cícero Ferreira dia 5 de setembro e morreu no dia 10. Sua família, de 14 membros, perdeu 6 de maneira semelhante.

Franklin José da Costa, conhecido por Frankelino, 36 anos, foi o primeiro da série de 23 a morrer, no dia 17 de novembro do ano passado. Deixou mulher grávida e dois filhos. O menino tem hoje 11 anos e a viúva Maria de Jesus da Costa (que se mudou da fazenda no dia do enterro do marido) está hoje «sofrendo as maiores dificuldades que uma pessoa pode passar, há tempos que não sabe o que é dinheiro, leite, nem carne», como afirmaram alguns amigos da família. Espregada num barraco de dois metros por três, ela conta como foi a morte do marido: — «Ele trabalhava na fazenda, furando covas e plantando o cafezinho. Nunca reclamava nada, era forte e de muita saúde. Só mesmo no dia que ele chegou da roça e não quis se alimentar, que ele reclamou que estava sentindo muita dor nas pernas e na cabeça. Isso foi no dia 15. No outro dia, sentiu febre. Levei ele no farmacêutico aqui em Neves e deram remédio pro fígado. Num deu



O laudo apontou na conclusão a responsabilidade pelas mortes.

tempo nem de internar. Não durou nada. No dia 17, já tava morto».

Maria de Jesus levanta as suas suspeitas, agora comprovadas finalmente: «Eu tô achando que o que matou meu marido só pode ser alguma coisa lá da fazenda. Porque então a coisa não atacou nós também, eu e os meninos? Tem que ser alguma coisa das plantas de lá», diz ela, depois de informar que está sendo auxiliada pela Conferência de São Vicente de Paula, uma entidade assistencial.

Numa fazenda em Ribeirão das Neves, próximo a Belo Horizonte, 23 lavradores e familiares apareceram de um ano para cá com dores nas pernas e na cabeça. E 11 deles morreram dias depois de sentir os sintomas dessa doença, que logo foi batizada de «Mal de Neves».

Meses atrás o caso veio à tona e o responsável apontado logo de cara: era o uso de defensivos agrícolas — produtos químicos tóxicos ao ser humano. Mas até hoje nada ficou provado, pois os interesses das multinacionais do setor químico estão em jogo. Agora em primeira mão, surge um laudo médico. O registro de necropsia de uma das vítimas o lavrador Cristóvão Damasceno.

A mesma versão é apresentada por José Damasceno, de 66 anos, que desabafa: «Tô cansado de falar, de dar entrevista, e não resolve nada. Eu perdi foi seis — mulher, quatro filhos e um neto. Tudo porque depois de um certo tempo prá cá, que eles começaram com o plantio deles lá, é que escangalhou aqueles meio tudo ali. Eu toda vida fui nascido e criado ali. Ali era de uma saúde medonha. Agora tivemos que mudar e com essa porção de gente pra tratar e pagar aluguel de casa. Isso não é mole não. Penso que era pra ter algum direito, alguma indenização».

A última vítima foi Simone Alves Abreu, nove anos. Morreu no último dia 24 de outubro. Inicialmente apresentou os sintomas que deixaram nos parentes a certeza da morte. O Hospital da Previdência, onde foi internada primeiramente, diagnosticou que Simone seria portadora de **encefalite pós-sarampo**. Já o seu atestado de óbito fornecido pelo Hospital da Baleia, dava sua morte como ocasionada por **causa indeterminada**.

Metidos na história: Governo, empresas multinacionais

Na época que os fatos emergiram com grande alarde na imprensa, o secretário estadual de Saúde de Minas, Francisco Reis Araújo, viajou até Brasília para dar conta ao Ministro da Saúde do que acontecia em Neves. De volta a Belo Horizonte, Reis declarou que, mesmo que os exames não sejam totalmente satisfatórios, por exclusão pode-se afirmar que os defensivos agrícolas são realmente os causadores das mortes dos lavradores.

O presidente do ativo Centro para a Conservação da Natureza de Minas, entidade conceituada na defesa do meio ambiente, prontamente concordou com a explicação do secretário. Versão que coincidia com o ponto de vista dos moradores da região e das autoridades municipais de Neves. Mas aí começaram a aparecer os desmentidos oficiais, até com endosso ministerial.

De repente, através de matéria paga nos jornais, sai a campo em defesa dos defensivos agrícolas nada mais nada menos que a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas — ANDEE. No calor dos debates, os defensivos ganharam

outro defensor e protetor: o ministro Aylsson Paulinelli, da Agricultura, que em entrevista coletiva preferiu chamar de prematuras as afirmações do secretário do Governo mineiro.

Hugo Werneck comprou a briga: «O que é preciso que se tome conta, é que as multinacionais são feito camaleão». Em cada país elas tomam a coloração moral daquele país. E como aqui no Brasil, negociadas e coisas excusas não são incomuns, as multinacionais estão nessas. Só assim é concebível que elas atuem de maneira livre para tirar os maiores lucros e nos menores prazos de tempo. Com o conhecimento e até consentimento do próprio Governo. O uso abusivo de defensivos pode provocar desequilíbrios biológicos de ressonâncias desconhecidas».

Por outro lado, a empresa Sermeco figura na revista **Balanço da Gazeta Mercantil** em 15º lugar na lista das grandes firmas que operam no setor de montagem industrial, com um faturamento declarado de Cr\$ 348 milhões em 77, e lucro líquido de Cr\$ 59 milhões. Seus maiores acionistas são Luiz Paulo Dias Duarte (diretor também do Grupo Renault no Brasil) e Paulo César Guimarães, do Grupo Guimarães. (que controla a Magnesita, monopólio nacional de produção de refratários e um banco). A Fazenda Colina está registrada em nome do sr. Lauro Mourão Guimarães.

O ecologista Hugo Werneck alerta para a possibilidade de novas ocorrências, semelhantes e impunes, por outros cantos do País: «O problema de Neves foi um sintoma de todo um contexto de irresponsabilidade, de injustiça social, pois quem foi atingido foram famílias humildes. Pelo Brasil inteiro está se derramando estes produtos em dosagens irracionais. Os inseticidas têm escrito no rótulo - mata-tudo - e nesse tudo, a pessoa humana está contida. Não houve nenhum outro agente tóxico que tivesse passado pela existência desses homens».

Para Werneck, pouco adiantam manifesto públicos de protesto, porque «se for enviado à Presidência da República, o sr. Ludwig vai verificar se as assinaturas são verdadeiras. Como ele é o ministro das explicações do Governo, diria até que algumas assinaturas têm letra parecida, que o problema não existe, que o presidente da República está passando bem e nunca teve intoxicação, nem mesmo com a «vitória» da Arena nas eleições...»

ENVENENAMENTO POR PESTICIDAS NO BRASIL					
ANO	LOCAL (Estado)	ESPECIFICAÇÃO	PESTICIDA	NÚMERO DE DOENTES	NÚMERO DE MORTES
1967 a 1970	São Paulo	Plantações de algodão	Principalmente Paration	329	103
1972 a 1973	Goiás	Plantações de algodão	Principalmente Paration	Praticamente toda população de 2 cidades com sintomas	
1974	R G Sul	Culturas de soja	Paration e Endrin	427	6
1975	R G Sul	Culturas de soja	Paration e Endrin	500	10
	Rio	Aplicação contra mosquito de lar	Diclorvos	5	3
	Goiânia, GO	Aplicação contra piolhos	Paration	5	3
	Icó, CE	Água contaminada	Inseticida organo-fosforado	200	6
	Ibirapora, Bahia	Alimentos contaminados	Aldrin	?	14

Defensivos eram usados como gases de guerra nos EUA e Alemanha

O médico Waldemar F. Almeida, diretor da Divisão de Biologia Animal do Instituto Biológico de São Paulo e membro da Comissão de Toxicologia de Pesticidas da Organização Mundial de Saúde, em palestra proferida por ocasião do 1º Encontro Estadual de Defensivos, fez uma grave denúncia sobre toxicologia, usos e abusos de defensivos agrícolas no Brasil. Dizia ele: «Cerca de 400 pesticidas diferentes, incluídos em quase oito mil formulações, estão licenciados no Brasil. Nesta verdadeira avalanche de substâncias ativas, com diferentes graus de toxicidade para o homem, o médico necessita manter-se diariamente bem informado a fim de poder atender aos

casos clínicos que surgem, às vezes isoladamente e, outras vezes em verdadeiros surtos epidêmicos». «Os inseticidas agrícolas compreendem numerosos produtos, alguns dos quais altamente venenosos para o homem. Para exemplificar, lembramos que compostos fosforados orgânicos, tão em voga para aplicação agrícola, foram inicialmente produzidos para serem utilizados como gases de guerra, com os nomes de Schradan, na Alemanha, e de Sarin, nos Estados Unidos da América».

«Com a justificativa de precisarmos desenvolver nossa agricultura, é permitida a utilização, praticamente sem fiscalização, de produtos que acarretam intoxicações graves

e mortais nos aplicadores. Esta lamentável falta de consideração pela vida humana e pela saúde pública não se verifica em numerosos países onde o uso e a venda de pesticidas tóxicos são controlados pelas autoridades. Apesar de não haver no país dados estatísticos regulares sobre a ocorrência de envenenamentos por pesticidas, sabemos que surtos graves de intoxicação são relativamente frequentes».

A tabela de registro (ao lado) de envenenamento por pesticidas no Brasil, preparada pelo dr. Waldemar Almeida, confirma a denúncia sobre usos e abusos de defensivos agrícolas no Brasil.

Revelação:

Jogaram Jorge Defensor no lugar errado!

O operário que virou manchete pelas torturas que sofreu da polícia mineira conta pela primeira vez que a ordem recebida pelos investigadores que o aleijaram era jogá-lo no Rio São Francisco e não no Hospital São Francisco.



«Eles queriam me matar. Teve um dia que um médico, que era da polícia também, chegou lá e me olhou. Mandou por uma pedra de gelo nas minhas costas e depois falou que eu não saía. Ai, eu escutei eles falando no telefone, que eu ia morrer. E veio a ordem de jogar no Rio São Francisco. Mas eles não entenderam. Era pra jogar no rio São Francisco. Eles confundiram e me levaram para o Hospital São Francisco». Assim, o ex-operário da construção civil Jorge Defensor, — que virou manchete dos jornais em agosto de 1977 por ter sido vítima da violência da polícia mineira — revelou ao repórter de Em Tempo na semana passada, um detalhe importante, mas ainda obscuro nas investigações sobre seu caso: por que ele foi conduzido a um hospital, no estado de saúde em que se encontra. Chegou com a coluna partida em três lugares, a bexiga e os órgãos genitais destruídos, além do ânus perfurado; ferimentos que o deixaram paraplégico e marcado para sempre. Com essa nova declaração, fica uma explicação sobre porque Defensor deu sorte (ou azar?) e foi parar no Hospital São Francisco e não nas

águas do rio São Francisco, a centenas de quilômetros dali. O «caso Defensor» ressurgiu na semana comemorativa do 30º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos. Depondo no DOPS, em processo que se arrasta, há quase dois anos, ele apontou alguns dos seus torturadores: Sebastião Criminal, Adélmo Silva, Jandir Martins da Silva e Fiel. Todos investigadores da extinta e terrível Metrópol: Polícia Metropolitana de Belo Horizonte. Num leito da enfermaria de indigentes da Santa Casa de Misericórdia, de Belo Horizonte, para onde foi transferido recentemente, Jorge Defensor acrescentou: «Foram muitos, mas eles não levaram todos. Eu só pude reconhecer esses aí. Queriam que eu falasse de qualquer jeito uma coisa que eu não tinha feito. E na hora que a gente pedia pelo amor de Deus, que não aguentava mais, eles falavam que Deus era eles». A denúncia do caso só apareceu três meses depois que foi internado no Hospital São Francisco. Ele se lembra: «O pau comeu noite e dia sem parar. Foram nove dias seguidos. Ficava todo mundo em roda e, quando um cansava e começa-

va a suar, o outro entrava. Se tinha algum que não podia pegar porque estava de plantão de noite, quando chegava o dia ele queria bater também. Era pau de arara, choque elétrico, cabo de vassoura, cacete, pimenta e sal nos olhos e nas feridas. Bucha na boca pra gente não gritar. Sala de som pra ninguém ouvir». Segundo os autos do processo, Defensor foi preso no dia 29 de abril de 1977 por agentes da Polícia Metropolitana, acusado de roubo e estupro de um menor, sendo levado para uma delegacia, na periferia da cidade, já quase destrocado pelas torturas, semi-morto, foi internado no Hospital São Francisco no dia 6 de maio, pelo Delegado Michel Bichara. Na portaria do Hospital, o Delegado afirmou que o operário fora vítima de um atropelamento. Descoberto por acaso, por repórteres do Estado de Minas, Jorge Defensor ocupou durante

várias semanas as páginas policiais dos jornais. O então governador Aureliano Chaves teve, inclusive, de visitá-lo no Hospital, pedindo esclarecimentos para o caso. Até hoje, porém, a tragédia de Defensor se arrasta. De um lado a imprensa. E de outro, a polícia. A cobertura feita pelo Estado de Minas chegou a dar um «Prêmio Esso de Reportagem Regional a seus repórteres. Para a polícia mineira contudo, a imprensa pretende é denegrir sua imagem conforme Antonio de Assis Lucena, afastado de superintendência da Metrópole. O delegado Prata Neto, então chefe da Metrópol, se queixava de que o comportamento de seus subalternos tinha sido até humano, pois se dependesse dele, tinha matado e jogado no mato (ou no rio São Francisco?)». O Delegado Prata Neto, os delegados Michel Bichara e Expedito Mascarenhas, o Sub-inspetor Sebastião Criminal, o Inspetor Stofilo e os detetives Adélmo Silva e Jandir Martins da Silva foram apontados pelo Procurador Geral do Estado, Alberto Pontes, como responsáveis pelas

barbaridades cometidas contra Jorge Defensor, depois de discordar do inquérito policial conduzido pelo subcorregedor da Polícia, Valtér Diniz Camargos (que tentava inocular os policiais). Enquanto isso, Jorge Defensor continua rodando de hospital em hospital. As pernas atrofiadas pela paralisia, obrigado a usar permanentemente uma sonda na bexiga, devido à castração de seus órgãos genitais, com hemorragias constantes causadas pelas perfurações do ânus e intestinos. Nos pés, chagas ainda abertas causadas pelas amarras no pau-de-arara. Defensor vive hoje da esperança de poder passar o natal com a sua mulher e os quatro filhos. Atualmente sobrevivendo com uma pensão do INPS, que não chega a mil e quinhentos cruzeiros. Diante dos dois guardas da Polícia Militar que guardam permanentemente a enfermaria, Jorge Defensor lança ainda uma última exclamação: «Eu acho que foi Deus que me segurou pra eu poder contar o caso. Mutos já foram antes de mim...» (Sucursal de Minas)

